



**CEFET-MG**

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

Natália Luize Pereira da Conceição

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCRITA DE PIRES DE ALMEIDA:  
Um estudo sobre “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”,  
de 1889**

Belo Horizonte  
2019

Natália Luize Pereira da Conceição

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCRITA DE PIRES DE ALMEIDA:  
Um estudo sobre “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”,  
de 1889**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro de Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

**Orientadora:** Profa. Dra. Carla Simone Chamon

Belo Horizonte  
2019

C744e Conceição, Natália Luize Pereira da  
A educação profissional na escrita de Pires de Almeida: um estudo sobre "Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação, de 1889. / Natália Luize Pereira da Conceição. -- Belo Horizonte, 2019.  
110 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2019.  
Orientador: Profa. Dra. Carla Simone Chamon

Bibliografia

1. Ensino Profissional - Brasil. 2. Educação – História – Brasil. 3. Almeida, Pires de, 1843 - 1913. I. Chamon, Carla Simone. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 378.155981



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET  
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Natália Luize Pereira da Conceição

“A educação profissional na escrita de Pires de Almeida: um estudo sobre  
“Instrução Pública no Brasil(1500-1889): História e Legislação”, de 1889”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 26 de agosto de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Carla Simone Chamon – Orientadora  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira  
Universidade Federal do Paraná

Para a minha avó Maria e minha mãe Andréa,  
meus amores incondicionais,  
a razão da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas que se tornaram amigos queridos e também aos que foram aporte emocional, intelectual e financeiro nesse percurso acadêmico.

Primeiramente, agradeço a Deus, meu Pai, que em seu amor incondicional sempre me deu forças e sabedoria para não desistir desse sonho. Nos momentos mais difíceis da vida, Ele sempre me lembrava de que estava cuidando de tudo, pois Ele tudo pode, ele é Deus!

Agradeço à minha mãe e à minha avó, meus eternos amores, que me educaram e nunca mediram esforços para me ajudar nessa fase. À vovó, que festejou cada conquista que tive nesse mestrado. À minha mãe, que sempre trabalhou muito para que pudesse me dar condições de estudar e chegar até aqui.

À minha orientadora, a Professora Dra. Carla Simone Chamon, um exemplo de ser humano e uma inspiração para a vida. Agradeço por toda paciência, empenho, orientações minuciosas e correções necessárias sem nunca me desmotivar. Quando ‘crescer’ quero ser como você.

Agradeço ao Professor Dr. Carlos Eduardo Vieira e ao Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa, por aceitarem compor a banca para a apresentação da dissertação. O Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira, possibilitou-me um primeiro contato com textos relativos a Pires de Almeida e a obra estudada nessa dissertação. O Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa me ensinou, a partir dos escritos de Bachelard, que não é inspiração, mas sim muita transpiração ao se elaborar uma pesquisa acadêmica.

Aos professores e colegas do mestrado, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos. Sempre estarão em minha memória. Em especial, agradeço à Cíntia Teixeira, Marcela Lemos, Nívea Ramos, Vinícius Campos, Priscila Farias, Helbert Félix, Poliana Belmon, Simone Ribeiro, Priscila Mariano, Renata Rodrigues e Jaqueline Silveira pela cumplicidade e carinho. São irmãos de coração que o mestrado me concedeu.

Ao amigo e motorista Marcos pela paciência nas viagens aos campi do CEFET-MG, que geralmente tinham longas esperas.

À querida amiga Catarina Lavezzo, irmã do coração, historiadora e artesã, pelas palavras de carinho e por confeccionar lindos portas-ficha e fichário que registraram as minhas dúvidas, descobertas e ideias para a escrita dessa dissertação.

À amiga do coração, Cida Guedes, meu carinho e gratidão incondicional.

À Sâmara e Júnior, meus pais do coração e exemplo de bondade, carinho e humildade.

À Letícia, a doce revisora, que, com seu olhar atento e profissional, fez as devidas modificações na escrita da dissertação.

Agradeço também aos funcionários da secretaria do Programa de Mestrado, em especial, à Miliane e ao Narlisson, que sempre foram atenciosos e prontos a me orientar nas dúvidas e a auxiliar na solução dos problemas.

Ao CEFET-MG, por ter me concedido uma bolsa de estudos e apoio do PROAP, o que me possibilitou maior dedicação ao mestrado e a realização viagens de pesquisa e participações em eventos.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional, que durante a minha semana de pesquisas, me ajudaram na busca pelas obras e outros materiais de e sobre Pires de Almeida. Quando chegava ao setor, pela manhã, sem precisar pedir, já estava em minha mesa [reservaram uma mesa para mim] materiais para consultas e registros fotográficos.

Por último, agradeço à minha família e amigos, pelo apoio que me deram, em especial à minha prima Lúcia que, com seu jeito doce e meigo, esteve presente em um dos momentos mais delicados de minha vida e, com palavras de carinho, me deu forças para continuar nessa empreitada.

(...)

*Liguei para saber da sua escolha: o seu trabalho ou o seu mestrado?*

*Respondi: O mestrado. Já estou nele.*

*Então, tomei a liberdade de colocar outra pessoa em seu cargo.*

*Assim começa a minha história...*

## RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo central tratar a educação profissional na escrita de José Ricardo Pires de Almeida, em fins do Império. Este intelectual formou-se em Medicina, teve atuação como médico higienista, e foi ainda comissário vacinador na Corte, adjunto da Inspetoria Geral de Higiene e médico na Guerra do Paraguai. Atuou também como arquivista da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e como arquivista e bibliotecário da Inspetoria Geral de Higiene da Corte. Participou também da comissão responsável pela escolha da nova capital do Estado de Minas Gerais. Além de sua significativa atuação profissional, destacou-se também por ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A partir de 1870, percebeu-se a atuação intelectual do médico-historiador ao produzir não somente obras, mas também ao discutir, em jornais cariocas, sobre o ensino de ofícios. Pode-se destacar o jornal francês que circulava no Rio de Janeiro “L’Estafette du Brésil: Journal Politique, Littéraire et Commercial” (1874) no qual era editor-chefe, a produção das obras “Officina na escola” (1886), “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” (1889), “Agricultura e Indústrias no Brasil” (1889), sendo que as duas últimas foram escritas em francês. Para esta dissertação, analisou-se a obra “Instrução pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, que foi produzida para ser apresentada no Pavilhão Pedagógico que ocorreu na Exposição Universal de Paris, de 1889. Dedicada ao Conde D’Eu, esta obra buscou apresentar os esforços imperiais em prol da instrução pública da Independência até os dias atuais de 1889, incluindo a educação profissional. No momento em que Pires de Almeida escreveu, o país vivenciava transformações sociais, econômicas e políticas e uma forte efervescência intelectual, como nos mostra Alonso (2002), sendo a educação e a educação profissional temas presentes no debate político. O que se pretendeu foi compreender de que maneira o autor, a partir da escrita da obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” se insere nesse debate público, evidenciando seus argumentos em prol do ensino profissional.

**Palavras-chave:** Pires de Almeida. Educação Profissional. Império Brasileiro. Geração de 1870.

## ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to discuss professional education in the writings of José Ricardo Pires de Almeida, at the end of the Empire of Brazil. This intellectual graduated Medical, worked as a medical hygienist, a vaccination commissioner at the Court, an adjunct of the Hygiene General Inspectorate and a doctor on the Paraguayan War. He also worked as an archivist for the Municipal Chamber of Rio de Janeiro and as an archivist and librarian for the Hygiene General Inspectorate of the Court. He also participated in the commission responsible for choosing the new capital of Minas Gerais. In addition to his significant professional contribution, he was also a member of important association, such as the Brazilian Historic and Geographic Institute (IHGB). From 1870 on, the doctor-historian not only produced written works, but also discussed the teaching of professions on Rio's newspapers. Some notable ones include the French newspaper in Rio "L'Estafette du Brésil: Journal Politique, Littéraire et Commercial" (1874) for which he was editor-in-chief, the written works "Officina na escola" (1886), "Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação" (1889), "Agricultura e Indústrias no Brasil" (1889), the last two being written in French. For this dissertation, the work "Instrução pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação" was analyzed, which was to be presented in the Congress that took place in the 1889 Paris Universal Exposition. Dedicated to the Count of Eu, this work sought to present the imperial efforts in favor of public instruction from Independence to the current days of 1889, including professional education. At the time Pires de Almeida wrote it, the country was experiencing social, economical and political transformations and a strong intellectual effervescence, as Alonso shows, and both education and professional education were a theme in the political debate. The aim was to understand in which way the author, upon writing "Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação", inserts himself in this public debate, demonstrating his arguments in favor of professional teaching.

**Keywords:** Pires de Almeida. Professional Education. Brazilian Empire. Generation of 1870.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Pires de Almeida.....	48
<b>Figura 2</b> - Escola-Officina de Santa Cruz.....	57
<b>Figura 3</b> - Escola-Officina de Bôa-Vista.....	58
<b>Figura 4</b> - Exposição Universal de Paris: exposição brasileira. Área externa do Pavilhão do Brasil, 1889. Paris, França / Acervo Arquivo Nacional.....	60
<b>Figura 5</b> - Obra original “L’Instruccion Publique au Brésil”.....	71

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Escolas de ofícios em províncias brasileiras.....	37
<b>Quadro 2</b> - Liceus criados no país a partir da segunda metade do século XIX.....	38
<b>Quadro 3</b> - Organização da obra: versão traduzida do ano 2000. ....	63
<b>Quadro 4</b> - Organização da obra: versão original do ano de 1889.....	63

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Distribuição de alunos por idade – Liceu de Artes e Ofícios, RJ, 1879- .....	80
<b>Tabela 2</b> - Quadro das inscrições de alunos no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, de 1858 a 1887. ....	82
<b>Tabela 3</b> - Distribuição de alunos na escola-oficina da Quinta de Boa Vista entre 1882 a 1888. ....	86

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 - O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL EM FINS DO IMPÉRIO NO CONTEXTO DE MUDANÇAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS.</b> .....	25
1.1 Contexto socioeconômico brasileiro a partir da segunda metade do século XIX.....	26
1.1.1 O crescimento industrial no Brasil em fins do Império. ....	26
1.1.2 Os percursos da Abolição da Escravatura no Brasil. ....	30
1.1.3 A imigração: mão-de-obra estrangeira no contexto de modernização industrial do país. ....	33
1.1.4 O trabalhador nacional e o desenvolvimento econômico do país. ....	35
1.2. As iniciativas para a qualificação do trabalhador nacional.....	36
1.3 Avalanche de propostas: o movimento intelectual de 1870.....	40
<b>CAPÍTULO 2 - PIRES DE ALMEIDA: HISTORIADOR DA EDUCAÇÃO</b> .....	47
2.1. A trajetória de Pires de Almeida.....	48
2.2. A escrita de Pires de Almeida sobre a educação.....	55
2.2.1 Oficina na escola: o ensino profissional em prática nas escolas do Imperador. ....	56
2.2.2 Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação. ....	59
2.3 Repercussões do projeto de escrita da obra Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889): História e Legislação. ....	65
<b>CAPÍTULO 3 - A ESCRITA DE PIRES DE ALMEIDA: APROPRIAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	73
3.1 A educação profissional na obra “Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889): História e Legislação”. ....	75
3.1.1. As iniciativas para a educação profissional.....	76
3.1.2 A defesa e os argumentos de Pires de Almeida sobre a educação profissional. ....	87
3.1.3 Diálogos de Pires de Almeida sobre a educação profissional.....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104
<b>ANEXO 1</b> – Notícia do Jornal Diário de Notícias de 19 de julho de 1890 referente a divulgação da cooperativa de ensino que oferecia ensino elementar, secundário, superior e até mesmo o profissional, pertencente a José Ricardo Pires de Almeida, Adrelino Leite de	

Barcellos, Honório Hermeto Correia da Costa, Antônio Soares de Almeida e Nunes Álvares  
Pereira de Souza. .... 108

**ANEXO 2** – Autorização da Biblioteca Nacional para acesso a edição do Jornal L’Estefette  
do Brasil de 1874..... 109

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação encontra-se inserida no campo de pesquisa sobre a História da Educação Profissional, vinculada à linha I do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) – Ciência, Tecnologia e Trabalho: Abordagens Filosóficas, Históricas e Sociológicas. No presente trabalho, pretendeu-se compreender o pensamento intelectual de Pires de Almeida sobre a educação profissional, a partir do estudo de sua obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, publicada em 1889, na cidade do Rio de Janeiro.

Produzir essa dissertação foi fruto de um grande esforço pessoal. Sou graduada em Administração, mas devido a minha inserção na educação como professora e gestora escolar, redirecionei minha vida acadêmica para esse campo. Fiz pós-graduações e licenciatura na área. Nesse contexto acadêmico, tive a oportunidade de fazer a disciplina isolada do programa de mestrado e me interessei pela História, sobretudo a História da Educação Profissional e o estudo dos intelectuais que trataram sobre esse assunto. Apesar de, naquele momento, conhecer pouco sobre essa linha de pesquisa, me dispus a participar do processo seletivo do Mestrado. Fui aprovada e tive a oportunidade de, em dois anos e meio, adentrar no campo da História e desenvolver esta dissertação. Fiz muitas pesquisas, leituras e acessei fontes diversas. Tenho ciência de que há muito a ser ainda aprendido, mas interpreto este estudo como um primeiro passo no campo das minhas investigações sobre história da educação. Nesse sentido, apresento, a partir de então, os resultados obtidos em meus estudos sobre Pires de Almeida e a obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889.

Pires de Almeida<sup>1</sup> nasceu em 07 de dezembro de 1843, na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou no Direito, mas no terceiro ano, abandonou o curso e entrou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou no ano de 1871. Durante a sua formação como médico, acontecia, na Faculdade de Medicina, um projeto que tinha por objetivo educar e civilizar os alunos nas escolas cariocas (GONDRA, 2005). Apesar de não localizarmos sobre a atuação do autor nesse projeto, é possível considerar que tenha participado das atividades propostas, que contavam com a atuação dos estudantes de medicina. Formado, Pires de Almeida exerceu os cargos de médico higienista, comissário vacinador na Corte, adjunto da Inspetoria Geral de Higiene e médico na Guerra do Paraguai.

---

<sup>1</sup> As informações sobre a biografia do autor estão disponíveis no Dicionário Blake de 1899.

Além de sua atuação como médico, Pires de Almeida foi também jornalista, escrevendo para alguns periódicos como o Diário de Notícias, o Jornal do Comércio e a Província de São Paulo e foi ainda editor-chefe do jornal *L'Estafette du Brésil: Journal Politique, Littéraire et Commercial*<sup>2</sup>. Escreveu também peças teatrais, sendo que, de acordo com Blake (1889) essas eram de diferentes temáticas e foram produzidas, principalmente, entre os anos de 1861 e 1896. Foi também arquivista na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Pires de Almeida foi escritor de obras que pautavam sobre a medicina e a educação. Nessa última, foco de nosso estudo, foi possível identificar a produção de “Officina na Escola” de 1886 e de “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889.

Em “Officina na Escola”, uma obra de vinte e cinco páginas, Pires de Almeida tratou sobre as oficinas-escola criadas e mantidas pelo Imperador, localizadas nas fazendas da Quinta da Boa Vista e em Santa Cruz. Para o autor, essa postura louvável do monarca se igualava à atitude visionária de homens que mudaram os rumos da história mundial. Apesar de se propor a apresentar essas escolas, o autor se ocupou em tratar, de maneira considerável, da abordagem histórica da educação profissional de países europeus, sobretudo na França. É possível perceber que a tratativa sobre as escolas do Imperador ocupam as páginas finais da obra.

A obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” é considerada, por Nunes (1995) a produção que fez Pires de Almeida ser considerado um historiador da educação. Essa obra é reconhecida como a primeira a tratar sobre a história da educação brasileira. Nessa produção, objeto de nosso estudo, Pires de Almeida se propôs a escrever sobre a instrução pública brasileira desde o período colonial até o ano de 1889. Apesar de ser esse um período considerável, é possível perceber que a educação na Colônia e no período entre Independência (1822) ao Ato Adicional (1834) é tratada de maneira rápida. Já a educação no período contemporâneo ao autor, a partir da segunda metade do século XIX, é abordada de maneira mais extensa.

Essa obra, escrita originalmente em francês e editorada pela Casa *Leuzinger*, foi produzida para participar do Pavilhão Pedagógico que aconteceu na Exposição Universal de Paris de 1889. Dedicada ao Conde D'Eu, genro do Imperador e chefe do Exército Brasileiro, traz, ao longo de suas 1102 páginas, na versão original, um esforço do autor para mostrar os avanços da instrução pública nos países. Nessa intenção, é possível evidenciar a postura conservadora de Pires de Almeida, que buscou sustentar o regime monárquico, o qual, devido às transformações vivenciadas pelo Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, se via

---

<sup>2</sup> Durante as pesquisas na Biblioteca Nacional, foi possível localizar apenas uma edição que data de 1874.

enfraquecido. Essa produção também é reconhecida pelo seu tom laudatório e ufanista: louvar a Monarquia e mostrar o Brasil como um país que se preocupava com o progresso e a civilidade, sobretudo na educação.

Além da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, outro lugar importante que, certamente, contribuiu para o acesso de informações sobre a educação e viabilizaram a escrita de “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Pires de Almeida foi membro honorário desse Instituto, que era reconhecido por seu papel de construtor da identidade nacional (GUIMARÃES, 1988). Dada a sua importância, ser membro desse Instituto representava não só *status* social, mas também intelectual. Seus membros escreviam obras, encomendadas ou não, que buscavam evidenciar os progressos do país e mostrar quais eram as riquezas do Brasil. Era uma forma de dar a ver ao mundo sobre o Brasil. Durante as nossas pesquisas, não foi possível localizar evidências que apontavam se a obra de Pires de Almeida foi fruto da iniciativa pessoal ou uma encomenda do governo imperial.

Do ponto de vista da iniciativa para a educação, foi possível verificar que o autor foi proprietário de uma cooperativa de ensino para meninos, que, conforme jornais pesquisados, data de 1890. Nesse empreendimento, Pires de Almeida atuou como diretor técnico, tendo como sócios Andreilino Leite de Barcellos, que foi o presidente, Honorio Hermeto Côrrea da Costa, que atuou como secretário, Antônio Soares de Almeida, sendo o tesoureiro e Nuno Álvares Pereira de Souto, que exerceu o cargo de gerente. Durante as pesquisas, não foram localizadas outras notícias que tratassem sobre a repercussão dessa cooperativa e seu período de funcionamento.

Pires de Almeida faleceu em 24 de setembro de 1913, aos 70 anos de idade.

Buscando compreender Pires de Almeida e a obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889, foram realizadas pesquisas nos Anais de Congresso de História da Educação Brasileira, Scielo, Brasileira Eletrônica, Biblioteca Nacional Digital e nos bancos de teses e dissertações da Capes, Anped, UFMG, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em estudos que tiveram estes objetos como alvo em suas pesquisas.

Durante as investigações, foi encontrado o que pode ser considerado como o primeiro estudo sobre a obra e o autor, produzido em 1995 por Clarice Nunes. Posteriormente, a obra será objeto de análise de José Gonçalves Gondra (1996), Luiz Antônio Cunha (2005)<sup>3</sup>, Cristiane

---

<sup>3</sup> A coletânea de três livros foi publicada, inicialmente, em 2000: “O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata”, “O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização”, “O ensino profissional na irradiação do industrialismo”.

Silva Melo, Rosileide Florindo e Maria Cristina Gomes Machado (2012), Cristiane Silva Melo e Maria Cristina Gomes Machado (2012) e Carlos Eduardo Vieira (2015).

Antes desses autores, a referida obra aparece citada em livros como os de Primitivo Moacyr (1936) e Fernando de Azevedo (1958), assim como em Theobaldo Miranda dos Santos (1965). Porém, Pires de Almeida não foi o foco desses livros, pois eles abordam, de forma ampla, a história da educação brasileira. As autoras Cristiane Silva Melo e Maria Cristina Gomes Machado (2012) apresentam de forma sucinta a importância do ensino profissional na obra, mas não foi possível verificar, nas demais produções, uma abordagem específica e direta sobre o ensino técnico. Entretanto, esses materiais localizados foram importantes para que se compreenda a obra objeto dessa pesquisa, o autor e o contexto da presente escrita.

Nunes (1995) descreve quem foi José Ricardo Pires de Almeida, destacando o interesse do autor pela educação e apresenta também os objetivos para a escrita da obra. A autora ressalta que a produção “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” está impregnada de patriotismo e ufanismo laudatório, revelando assim a intensa admiração do autor pelo Império e pela monarquia. Nunes (1995) complementa que a divulgação dessa obra sobre a história da instrução pública brasileira é uma espécie de grito pela sobrevivência social de uma classe, considerando-a como uma exposição de um médico, representante do Império, que vivia em um país que ansiava ser reconhecido por seu progresso, principalmente no âmbito educacional.

Gondra (1996) se debruça sobre a escrita historiográfica de Pires de Almeida e analisa o positivismo presente na obra<sup>4</sup>. O autor destaca que as tabelas e documentos oficiais utilizados pelo autor buscam construir uma visão da realidade da instrução pública brasileira que, sob a ótica de Pires de Almeida, seria neutra e imparcial. Entretanto, Gondra (1996) destaca uma característica ambígua na escrita do autor, que realiza constantes inferências nas informações descritas e apresentadas: “observamos (...) uma fala bipartida que objetiva fazer com que seu conteúdo seja encarado como descomprometido, isento de valores, ao mesmo tempo em que mascara, oculta, encobre seu compromisso na suposta neutralidade de seus fatos e dados” (GONDRA, 1996, p. 184). Para o autor, Pires de Almeida quer evidenciar a falta de credibilidade do regime republicano, que ganhava cada vez mais adeptos no Brasil.

---

<sup>4</sup> A teoria positivista foi organizada no final do século XIX, após a derrota do pensamento iluminista que, por sua vez, foi provocada pela ausência de concepções científicas (GADOTTI, 1993, p. 108). Ganhou maior densidade e sistematização na obra de Augusto Comte (1798-1857). Uma verdadeira ciência, segundo este pensador, deveria analisar todos os fenômenos da natureza, mesmo os humanos, como os fatos. A história seria, assim, uma grande coleção de dados e fatos e o historiador, por consequência, seu coletor. O positivismo entrou no Brasil na segunda metade do século XIX através de positivistas independentes, que faziam uma leitura mais flexível de Comte e do apostolado positivista, que desenvolvia uma leitura mais ortodoxa (GONDRA, 1996).

Vieira (2015), por sua vez, discute o intelectual Pires de Almeida e o historicismo da obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”. O autor faz uma análise historiográfica explicitando a contradição entre o anúncio de imparcialidade proferido por Pires de Almeida e a obra produzida. Como aponta Vieira, apesar da dita imparcialidade, há evidências de constantes apontamentos e opiniões do autor: “logo, o tom apaixonado, típico das situações de crise política aguda, pesou sobre sua obra” (VIEIRA, 2015, p. 767). O autor destaca ainda que o discurso de Pires de Almeida é impregnado por normas, leis e dados, buscando enaltecer a ideia de poder e superioridade: “O narrador escolheu a linguagem dos números, uma vez que esta encerra os sentidos da isenção e da objetividade de maneira a produzir uma mensagem plausível, convincente e plena de efeitos de verdade” (VIEIRA, 2015, p. 761). O autor finaliza explicitando que a escrita imbuída de paixão, visa, na verdade, a persuadir e mobilizar os leitores a acreditarem que o regime vigente (Império), estava contribuindo para o progresso do país e não precisava ser mudado.

Nunes (1995), Gondra (1996) e Vieira (2015), de maneira muito próxima, destacam a defesa de Pires de Almeida sobre a suposta superioridade do Império brasileiro, em matéria de instrução, comparado aos dados estatísticos de outras nações, particularmente, a República Argentina. Segundo esses autores, Pires de Almeida criou um discurso que buscou dar credibilidade às informações imperiais, tendo como contrapartida os duvidosos dados das nações republicanas. Além disso, descrevem o perfil de Pires de Almeida, as características de sua escrita, bem como o contexto de sua época; um período marcado por profundas transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil.

Os artigos de Cristiane Silva Melo, Rosileide Florindo e Maria Cristina Gomes Machado (2012), Cristiane Silva Melo e Maria Cristina Gomes Machado (2012) se preocupam em apresentar como a obra foi organizada e em destacar que Pires de Almeida, um “respeitado intelectual” (MELO *et al.*, 2012, p. 2), foi incumbido para a escrita da obra<sup>5</sup>.

As autoras corroboram as análises de Nunes (1995) e Gondra (1996) em relação ao objetivo de Pires de Almeida de mostrar a superioridade do Império em relação à República, destacando também o uso que ele fez de dados e informações oficiais em sua escrita. Ressaltam que a obra foi organizada de forma a contemplar a história da instrução pública brasileira, pois discute a educação nacional desde a atuação dos jesuítas, apresentando as contribuições de D. João no desenvolvimento cultural e educacional do país, destacando as ações de políticos que,

---

<sup>5</sup> As autoras Cristiane Melo, Maria Machado e Rosileide Florindo (2012) argumentam que Pires de Almeida foi incumbido de escrever a obra, contudo, elas não indicam quem a solicitou ao autor. Até o momento, não foi localizado nenhum material que aponte quem encomendou a obra estudada.

em fins do século XIX, se esforçaram em prol da instrução pública. Cristiane Silva Melo e Maria Cristina Gomes Machado (2012) esclarecem o objetivo da escrita da obra, ao afirmar que ela viria a “contribuir para o progresso da educação brasileira no período de 1822 a 1889” (MELO *et al.*, 2012, p. 3) e que os fatos foram narrados de maneira linear e evolutiva. Apesar de não desenvolverem a temática, as autoras pontuam a importância do ensino técnico para o preparo do trabalhador. Apontam também que, para Pires de Almeida, o preparo do trabalhador não deveria ser feito apenas a partir da instrução primária, mas também do ensino profissional.

Tendo como proposta traçar um quadro amplo da história da educação profissional no Brasil, Cunha (2005) destaca no livro “O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata” autores que no momento da abolição da escravatura discutiram a educação profissional. Sem se debruçar sobre o contexto intelectual da escrita de Pires de Almeida ou sobre seus interlocutores, a breve análise que Cunha faz da obra desse autor tem como objetivo reforçar o seu argumento de que não havia, naquele momento, uma preocupação com as camadas populares, mas apenas uma busca pela moralização da sociedade e pelo aumento da produtividade dos trabalhadores.

No período em que Pires de Almeida escreveu sobre a educação, houve um crescimento industrial no país. Também ganhava força o movimento, interno e externo, que defendia a abolição da escravatura. Nesse contexto, a imigração passou a ser vista como medida viável para o provimento de mão de obra para atender às indústrias. Paralelo a essa defesa cresceu também, entre intelectuais e políticos, a discussão sobre a necessidade de um tipo ensino destinado ao preparo do trabalhador nacional, que era visto como pouco capaz para lidar com o trabalho nas indústrias. Era necessário inserir os operários em escolas com a aprendizagem profissional, em que pudessem aprender o ofício e os comportamentos necessários ao trabalho. Segundo Chamon (2013), o ensino técnico tinha como objetivo o ensino dos ofícios às camadas populares, garantir a ordem pública e o desenvolvimento econômico do país. É possível ver uma dessas primeiras iniciativas a partir da criação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1856 (CHAMON, 2013).

No contexto político, houve também a manifestação de um movimento intelectual que tecia críticas ao *status quo* do governo imperial: a escravidão, a monarquia e o padroado, propondo reformas modernizadoras ao país. Alonso (2000) intitula este grupo como “Movimento da Geração de 1870”. Entre as diversas propostas desse grupo, foi possível identificar que a educação e a educação profissional também entraram na pauta de discussões. Pires de Almeida participou desse movimento e do debate público sobre a educação, ao utilizar a obra como estratégia para divulgar os feitos imperiais para o progresso do país.

Dado o contexto de escrita de Pires de Almeida, para essa dissertação, foi utilizada a versão<sup>6</sup> de “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” que foi traduzida nos anos 2000 e publicada pela editora PUC de São Paulo, com a tradução de Antônio Chizzotti e a edição crítica de Maria do Carmo Guedes. A produção original, escrita em francês e publicada em 1889, se encontra disponível na Biblioteca Nacional e no IHGB, sendo esses os dois lugares nos quais tive a oportunidade de realizar pesquisas. Além disso, foram também consultadas fontes na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, busquei por jornais brasileiros publicados a partir de 1850, que fizessem referência a Pires de Almeida e às obras “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” e “Officina na Escola”. A partir disso, localizei essas tratativas em edições dos jornais Cidade do Rio (1887-1902), Diário de Notícias (1885-1995), Diário do Commercio, (1888-1892), Gazeta da Tarde (1880-1901), Gazeta de Notícias de Alagoas (1880-1889), Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1890-1899), O Paiz (1884-1889), O Rio de Janeiro (1886) e Pharol (1876-1933). Essas notícias localizadas possibilitaram o conhecimento sobre Pires de Almeida e as suas obras, bem como a repercussão de “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”.

Na Biblioteca Nacional, tive acesso à versão original da obra estudada, “L’Instruccion Publique au Brésil (1500-1889): Histoire – Legislation” e também “Officina na Escola”, as quais pude fotografar na íntegra. Foi possível também acessar a dissertação de Pires de Almeida, intitulada “Parallelo entre duas escolas hystologicas, franceza e allemã” de 1871, a produção “Elogio Historico a D. João VI”, de 1885, e uma edição do jornal “L’Estafette du Brésil”, de 1874. Com o acesso à obra original de “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, pude apresentar os trechos em francês das citações que faço da obra traduzida, ao longo da dissertação. Em “Officina na Escola”, tive condições de identificar a tratativa do autor sobre a educação profissional e verificar que alguns trechos são novamente reproduzidos, mesmo que de maneira reduzida, na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”. As demais produções consultadas reforçam o papel de Pires de Almeida como escritor, mas de certa maneira, não possuem estreita relação com os objetos de estudo dessa dissertação, que são a educação e a educação profissional

Os artigos e livros consultados, e ainda os acessos a jornais e produções de Pires de Almeida contribuíram para que fosse possível delinear, mesmo que de maneira breve, a trajetória do autor, bem como a sua postura favorável ao governo monárquico, conhecer as

---

<sup>6</sup> A obra traduzida não se encontra em domínios online, estando apenas disponível nas versões físicas.

produções que pautaram sobre a educação e a relevância desses escritos para a história da educação brasileira.

Diante disso, essa pesquisa buscou, sobretudo, compreender de que maneira a educação profissional é tratada na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”. Esse estudo pretendeu realizar uma análise discursiva e contextual, buscando compreender os argumentos de Pires de Almeida e relacionando-os com as ideias que circulavam no Brasil sobre a educação profissional, a partir da segunda metade do século XIX.

Para compreender a educação profissional nessa obra, essa dissertação teve como referências teóricas a História Intelectual. Helenice Rodrigues da Silva (2003) aponta que o domínio da História Intelectual é complexo e abarca questões sociológicas e filosóficas que interligam a relação da produção intelectual com as condições sociais de sua produção. Nesse sentido, a autora aponta que a “História Intelectual oscila, por um lado, entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias” (SILVA, 2003, p. 16). Podemos considerar que, no contexto sociológico, os pertencimentos e “redes de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003) do autor. Segundo Sirinelli (2003), é um importante conceito para que se compreenda o pensamento intelectual, pois este se influencia pelos vínculos que cria, sejam por concepções iguais ou contrárias. No contexto histórico, podemos considerar as ideias que são propostas e defendidas por seus autores, um discurso político, que segundo Vieira (2017), é uma chave para a análise das performances, dos acontecimentos discursivos e dos atos de fala associados à ação política.

Conforme veremos, é necessário inserir o texto não apenas no seu contexto social de produção. É preciso também investigar elementos da trajetória do autor para saber como essa impacta em sua escrita e principalmente compreender o contexto linguístico no qual a obra foi produzida. Segundo Skinner, isso significa que, ao analisar um texto, devemos tomá-lo no contexto discursivo de seu tempo, ou seja, devemos tomá-lo no diálogo com os enunciados e conceitos compartilhados por aquela sociedade (VIEIRA, 2017).

Para compreender o discurso de Pires de Almeida sobre a educação profissional, presente na obra, as noções de circulação e apropriação e de lutas de representação, propostos por Roger Chartier (1990), também se fizeram importantes. O conceito de apropriação nos remete a compreender que as interpretações não são desencarnadas, destacando ainda a multiplicidade de usos dos saberes disponíveis. Não há uma cópia ou uma difusão de saberes, mas sim uma recriação de conhecimentos, das quais o sujeito incorpora ideias e constrói uma nova percepção. Chartier (1990) aponta que há também as lutas de representações. Essas se

baseiam na compreensão das estratégias que um determinado grupo lança mão para impor, ou tentar impor, sua percepção social, bem como os seus valores.

Tendo em vista a tratativa de Pires de Almeida sobre a educação profissional na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, e observando que existe uma lacuna na historiografia contemporânea que contemple esta abordagem, esboçaram-se algumas indagações preliminares em nosso trabalho: ao apresentar a instrução pública em sua obra, qual é o espaço reservado para tratar sobre o ensino profissional? Com quem Pires de Almeida dialoga para falar sobre a educação profissional? Quais são os seus argumentos? E por fim, quais são as suas motivações ao escrever a obra?

Posto isso, objetivou-se nesse estudo, conhecer as condições e o contexto de produção da obra, conhecer as motivações e intenções de Pires de Almeida na escrita dela e identificar e analisar o lugar da educação profissional na primeira obra sobre a instrução pública brasileira, bem como os argumentos (re) produzidos pelo autor para tratar do ensino profissional.

Essa dissertação foi organizada em três capítulos, além desta introdução, considerações finais e referências. No primeiro capítulo, tratamos sobre o contexto social, econômico e político contemporâneo à escrita de Pires de Almeida. Conforme já vimos, além do surto industrial vivenciado no país, também entrou em pauta a discussão para a abolição da escravidão, que, por pressão nacional e estrangeira, aconteceu em maio de 1888. Nesse sentido, o ex-cativo passou a compor a massa operária existente, mas sem a devida qualificação. A partir disso, criaram-se os discursos dos que defendiam a pouca capacidade produtiva e intelectual do trabalhador brasileiro, tendo a imigração como forma de resolver essa questão. E havia também os que acreditavam ser necessário preparar o indivíduo para o mundo do trabalho. Há que se considerar também, que nesse contexto, ganhou força um movimento denominado “Movimento Intelectual da Geração de 1870” (ALONSO, 2002) que propôs reformas para o país, baseando-se em teorias estrangeiras, e também quis atacar o *status quo* imperial. Dentre essas propostas desse movimento, havia também a discussão sobre a educação e a educação profissional.

No capítulo 2, trataremos Pires de Almeida como um historiador da educação. Apresentaremos um pouco dos elementos da trajetória do autor, buscando por momentos e espaços que entendemos fundamentais para a elaboração do seu pensamento, tentando entender também as motivações e intenções de sua produção sobre a educação, ao escrever e publicar a obra “Officina na Escola”, de 1886 e “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889. Adicionalmente, conheceremos a repercussão do projeto de escrita dessa última obra nos jornais.

Por fim, no capítulo 3, buscaremos compreender as ideias e argumentos de Pires de Almeida sobre a educação profissional que apareceram na obra estudada. Verificaremos também de que maneira Pires de Almeida se apropriou dos argumentos trazidos por autores como Liberato Barroso (1867) para escrever sobre a educação profissional.

## CAPÍTULO 1

### O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL EM FINS DO IMPÉRIO NO CONTEXTO DE MUDANÇAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS.

Que se julgue nossa querida pátria como ela é realmente, que se reconheçam seus esforços, suas lutas e seu progresso, que se lhe faça a justiça que merece, é nosso mais ardente voto; é também o objeto deste trabalho e seremos compensados se, ao menos em parte, forem alcançados<sup>7</sup>. (Prefácio – Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação, ALMEIDA, 2000, p. 23).

A partir da segunda metade do século XIX, foi possível perceber mudanças econômicas, sociais e políticas no Brasil. Houve um surto industrial que atingiu diversos setores de negócios: têxtil, metalurgia, chapelaria, móveis e mobílias e outros que serão tratados neste capítulo. Também ganhou espaço a discussão para a abolição da escravidão, que, por pressão interna e externa, em especial da Inglaterra, foi formalizada em maio de 1888. A partir de então, o processo de inserção dos libertos no mercado de trabalho se intensificou. Nesse contexto, há que se considerar a manifestação coletiva denominada “Geração de 1870” (ALONSO, 2002), que teceu uma série de críticas ao governo monárquico e que contribuiu para o enfraquecimento desse regime.

Para as elites proprietárias brasileiras, os operários nacionais tinham pouca capacidade produtiva e intelectual. Para eles, tal fato era um obstáculo ao desenvolvimento industrial desejado pelo país. Nesse sentido, atrair os imigrantes foi a forma encontrada para reorganizar o operariado nacional. Os imigrantes eram vistos como empregados experientes e que já dominavam as técnicas e rotinas do mundo do trabalho (KOWARICK, 1994).

Apesar de haver um forte e favorável discurso à imigração, ganhava espaço também a defesa de que seria necessário preparar o operário nacional para o mundo do trabalho que se desenvolvia no país, e este preparo seria possível a partir da educação. Dessa forma, foram criadas escolas para o ensino técnico. Na verdade, naquele momento, essas instituições para educação profissional tinham um caráter mais teórico do que prático, o que afastava o objetivo de sua criação: preparar o indivíduo para o trabalho e ensiná-lo a lidar com técnicas, máquinas e rotinas (CHAMON; GOODWIN, 2012).

---

<sup>7</sup> Trecho original da obra: “Que l’on juge notre chère patrie, (...) qu’elle est réellement, que l’on reconnaisse ses efforts, ses luttes et ses progrès, qu’on lui rende partout la justice qu’elle mérite, c’est notre vœu le (...) ardent; c’est aussi le but de ce travail et nous serons récompensé si nous l’atteignons, au moins en partie” (Almeida, 1889, p. XXXVI).

Nesse contexto, ganhou força um movimento denominado como “Movimento Intelectual da Geração de 1870” (ALONSO, 2002) que propôs reformas para o país, baseando-se em teorias estrangeiras e também quis atacar o *status quo* imperial. Entre essas propostas, havia também a discussão sobre a educação e a educação profissional.

Utilizando como fonte de estudos Celso Suckow da Fonseca (1986), Foot Hardman e Victor Leonardi (1991), Lúcio Kowarick (1994), Ângela Alonso (2002), Silva Maria Manfredi (2002), Luiz Antônio Cunha (2005), Carla Simone Chamon e James Goodwin (2012) e ainda Carla Simone Chamon (2014) buscamos compreender as iniciativas públicas e privadas para o ensino técnico em fins do Império, bem como as discussões políticas e intelectuais, sem deixar de verificar de que forma Pires de Almeida participou desse momento, marcado por transformações econômicas, sociais e políticas.

### **1.1 Contexto socioeconômico brasileiro a partir da segunda metade do século XIX.**

#### **1.1.1 O crescimento industrial no Brasil em fins do Império.**

Até meados dos anos 1850, as transformações sociais e econômicas vividas pela sociedade brasileira ainda eram lentas. Segundo Hardman e Leonardi (1991) a sociedade brasileira estava quase estagnada: as cidades provincianas eram pacatas, as casas extremamente humildes, as ruas, sujas e fétidas e ainda “sem iluminação, onde mulas de cargas e escravos tropeçavam sobre porcos e galinhas” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 39). A agricultura ainda não tinha avançado e as condições das estradas eram péssimas, tendo como meio de transporte os carros de bois, escravos e tropas de mulas. Na questão educacional, o analfabetismo era significativo e havia poucas iniciativas para o ensino técnico. Éramos, ainda, o único país do hemisfério sul sob o regime monárquico.

Foi em meados da segunda metade do século XIX que se percebeu um crescimento de indústrias no país. Hardman e Leonardi (1991) apontam que esse desenvolvimento se deu a partir do setor têxtil, que foi considerado como a “verdadeira indústria moderna surgida no Brasil” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 35). Isso se justifica pelo fato de o tecido ser considerado um material básico para o consumo.

Segundo Hardman e Leonardi (1991) o surgimento de poucas fábricas no período imperial não dava garantias de que estes estabelecimentos fabris fossem prosperar. Segundo

os autores, no ano de 1866, havia somente nove fábricas em todo o país. Em meados dos anos 1882, este número se acentuou e alcançou quarenta e cinco novos estabelecimentos fabris criados, sendo que “das 45 fábricas de tecidos criadas existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais”. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 33). É somente a partir dos anos 1880 que se intensificou a instalação desses “estabelecimentos fabris”:

A partir de 1885 aparecem indústrias em números cada vez maiores. Entre 1880 e 1884, foram aqui fundados 150 estabelecimentos industriais; de 1885 a 1889 esse número sobe para 248. Eram aí empregados 54.169 trabalhadores. Nos cinco anos seguintes foram criados 425 estabelecimentos. (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 21).

Nesse total de estabelecimentos fabris não se considerava apenas as indústrias modernas que utilizavam a mecanização da produção, o vapor e a energia hidráulica. Havia também as pequenas oficinas e fábricas de quintal, que se caracterizavam pelo uso de pouquíssimas máquinas e pelo trabalho manual e em conjunto do empregado e o empregador. Chamon e Goodwin (2012) ressaltam os diferentes setores em que essas pequenas fábricas atuavam: “têxtil, de alimentos, de metalurgia, de fabricação de calçados, de chapelaria, de móveis e de mobília, além daquelas ligadas ao ramo gráfico e da construção civil” (CHAMON; GOODWIN, p. 321).

Hardman e Leonardi (1991) fazem um panorama da situação dessas fábricas no país. Abordam sua localização, os maquinários utilizados, o número de operários e importantes dados que possibilitam compreender a organização desses estabelecimentos fabris em fins do Império.

No setor têxtil, os autores destacam que em meados dos anos de 1840, formaram-se fábricas modernas na Bahia, o que tornou o estado uma região forte no contexto fabril. Localizada às margens do Rio Una, a “Fábrica de Todos os Santos” (HARDMAN; LEONARDI, 1991), utilizavam-se maquinários com 128 cavalos, que produziam, por ano, 1.000.000 metros de tecidos diversos. Essas indústrias receberam investimentos financeiros de importantes comerciantes da época. Tal apoio financeiro possibilitou o reconhecimento como um modelo de sofisticação tecnológica nas máquinas utilizadas: “seis esfarrapadeiras de fabricação americana, sessenta cardadeiras e 22 maçaroqueiras americanas, sem considerar os 135 teares existentes” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 36). Havia também modernos estabelecimentos fabris do ramo têxtil em São Paulo e Minas Gerais, que se destacaram não apenas pela tecnologia utilizada, mas pelo número de operários existentes e pela alta capacidade

produtiva. Apesar de existirem as grandes indústrias têxteis pelo Brasil, percebeu-se também, a existência de pequenas fábricas espalhadas pelo país, que também produziam tecido.

Segundo Hardman e Leonardi (1991), a indústria metalúrgica do país era constituída, naquela época, por pequenas empresas. Essa característica pôde ser vista nos demais ramos industriais que existiram no período Imperial. As primeiras iniciativas do ramo metalúrgico datam da primeira metade do século XIX, mas é em fins do Império que se percebeu o crescimento e os avanços na utilização de tecnologias, entre elas, os motores a vapor. Havia fábricas em regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Este último Estado tinha indústrias que se especializaram no conserto e nos reparos de peças. Uma característica importante desse ramo se deve ao fato de acontecer a importação das principais matérias-primas “ferro-gusa, cobre, estanho, zinco, chumbo, antimônio, bronze, arame, tubos, carvão e coque” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 36). Apesar de ser uma das principais indústrias que se desenvolveram no país, parte significativa das matérias-primas da metalurgia precisava ser importada, tendo como consequência produtos com preço superior aos dos estrangeiros.

A indústria de couro, mais precisamente a de fabricação de calçados, se fez presente no surto industrial vivenciado pelo país. De acordo com Hardman e Leonardi (1991), a maior fábrica do Rio de Janeiro tinha cem empregados e produzia cerca de cinquenta mil pares de sapato por ano. Este processo produtivo caracterizava-se por um trabalho com máquina, mas que também o manual. Em fins do Império, os proprietários reclamavam que a concorrência com a França, Inglaterra e Espanha e o fato de boa parte da matéria-prima ser importada, dificultava o crescimento do ramo. Era um produto caro para uma população que tinha poucas condições e andava descalça.

O surgimento da indústria de chapelaria data da primeira metade do século XIX. Segundo Hardman e Leonardi (1991), a partir de 1860 utilizaram-se máquinas para compor o processo produtivo, que antes era totalmente manual. Importam-se “máquinas de costura, de lustrar, de engomar, de enfortir, de enformar, além de serras e caldeiras com abundante emprego do vapor” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 37). Paralelo à mecanização desta produção, foi necessário também aumentar a força produtiva para atender a demanda que crescia. Há que se considerar também que os preços dos produtos estrangeiros eram altos, mas os nacionais eram valorizados por serem de boa qualidade. Tal fato garantiu ao ramo ocupar lugar de destaque no mercado nacional, o que diferia dos demais ramos, que, devido à importação de matérias-primas, vendiam seus produtos a um alto preço. Dessa forma, o consumidor nacional preferia importar alguns produtos europeus a comprar produtos nacionais.

Hardman e Leonardi (1991) apontam que nas pequenas indústrias de móveis e mobílias que existiram no período Imperial, o trabalho braçal ainda se fazia presente. A matéria-prima, madeiras e colas, eram nacionais. Países como França, Estados Unidos e Alemanha eram fortes concorrentes, pois tinham um bom mercado no Brasil. Os produtos vindos desses países ainda eram vendidos em lojas de móveis usados, as quais, no Rio de Janeiro, totalizavam 74 estabelecimentos, em 1880. Em contrapartida, as lojas de móveis novos eram 37: metade das lojas que vendiam produtos usados. Assim, nota-se que os usados eram a preferência nacional.

Existiam, ainda, os pequenos estabelecimentos do ramo gráfico. Hardman e Leonardi (1991, p. 38) destacam que no ano de 1882, existiam “25 tipografias no Rio de Janeiro, quatorze litografias e dezenove oficinas de encadernação”. Para atender ao processo produtivo, utilizavam-se as máquinas a vapor. Havia também a dependência das matérias-primas estrangeiras: “papel, papelão, tintas, vernizes, bronzes, pedras litográficas” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 38). Entre os insumos importados, justificava-se esta escolha pela baixa qualidade do papel nacional. Na Exposição Nacional de 1866, os materiais gráficos nacionais foram considerados de qualidade. Mas, a partir de 1870, com o desenvolvimento da navegação, inicia-se a concorrência com os estabelecimentos europeus, que faziam repetidas viagens ao Brasil. Antes disso, demorava-se cerca dez meses para a entrega das encomendas, mas com este desenvolvimento, elas aconteciam em até três meses. Com isso, boa parte das impressões brasileiras passou a ser realizada na Europa.

A construção civil impulsionou o crescimento urbano no país, em especial, no Estado de São Paulo. A partir desse ramo, foi possível ver o “saneamento das cidades, a abertura de novas ruas, a construção de pontes e estradas de ferro, a realização de obras nos portos” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 39). Segundo os autores, os estabelecimentos desse ramo tinham, nos anos de 1890, cerca de 4000 operários, que produziam tijolos, telas, faziam argilas, pedras e outros materiais que foram utilizados para a construção de novos bairros e estruturas das cidades.

Com esse crescimento industrial, segundo Chamon e Goodwin (2012), houve nos últimos anos do século XIX o movimento de “mundialização do capitalismo e da inserção do Brasil nesse processo” (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 321). Tal fato se justificava pela proporção, a nível mundial, do capitalismo, que antes se centrava na Europa Central e nos Estados Unidos. Naquele momento, como forma de sobrevivência e modernização no mercado, vários países se sentiam obrigados a adequar a estrutura nos contornos do capitalismo.

Nesse bojo, torna-se crescente a necessidade de remodelar as formas de trabalho, e de maneira pontual, adequar o empregado para lidar com as “novas técnicas, ferramentas e

máquinas” (CHAMON E GOODWIN, 2012, p. 322) do ambiente de trabalho nacional que se estruturava sob a égide capitalista.

Nessa modernização industrial, ganharam força as iniciativas e discursos que repudiavam a escravidão e desejavam que esta forma de provimento da mão-de-obra das fábricas e fazendas fosse extinta no país.

### 1.1.2 Os percursos da Abolição da Escravatura no Brasil.

Concomitante ao desenvolvimento industrial vivenciado pelo país, a partir dos anos 1850 foi possível identificar iniciativas que buscavam mudar a fisionomia do Brasil. Esses esforços tinham como objetivo contribuir com a modernização nacional.

Nesse contexto de modernizações, houve a crescente defesa pelo fim da escravidão. Apesar de o regime escravocrata fazer parte da cultura brasileira, o que o fazia parecer ser natural e aceitável para muitos, crescia também o número de abolicionistas. A defesa pela permanência da escravidão se justificava pelo fato de o tráfico de escravos ser considerado o comércio mais rentável e lucrativo. Os ganhos obtidos ultrapassavam a cana-de-açúcar, o café e a mineração. Nesse bojo, crescia também o número de defensores que acreditavam que a escravidão era cruel e desumana: frequentes práticas de maus-tratos, péssimas condições de higiene e de alimentação vinham a conhecimento do público em geral.

Remodelar o pensamento político e social sobre a abolição da escravatura era um caminho lento e de conquistas. Para tanto, realizaram-se campanhas populares, publicações em jornais e o incentivo da fuga de escravos (FAUSTO, 1995). Os esforços em prol do abolicionismo tinham, em sua essência, a tônica de conscientizar ao governo, aos políticos e aos fazendeiros de que este era um verdadeiro obstáculo aos novos contornos sociais e econômicos delineados pelo país.

Entre as iniciativas, houve, em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico internacional de escravos. Por pressão inglesa, a partir de então, a escravidão foi condenada. Devido a movimentos humanitários, a Inglaterra não participava do tráfico de escravos desde 1808, o que criava condições de não aceitação e até mesmo intervenção nesta prática que ainda ocorria em outros países, entre eles, o Brasil. Segundo Hardman e Leonardi (1991) por ter a maior marinha do mundo, a Inglaterra tinha condições de controlar as transações no oceano. Este fato contribuiu para que a marinha inglesa entrasse em solo brasileiro e ameaçasse o bloqueio dos principais portos do país. Apreendeu também muitos navios que transportavam escravos (FAUSTO, 1995).

Paralelo a Lei de 1850, que condenou, a nível mundial, o tráfico de escravos, houve também sucessivas leis no país que contribuíram com a defesa da abolição da escravatura: a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885.

A Lei n.º 2.040, conhecida como “Lei Ventre Livre”, foi promulgada em 27 de setembro de 1881 e sancionada em 28 de setembro do mesmo ano. Segundo Krieger (2010), tal Lei teve aprovação tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados e foi sancionada pela Princesa Isabel. Por iniciativa do Gabinete Rio Branco<sup>8</sup>, a referida Lei declarou que os filhos de mulheres escravas, nascidos a partir daquela data, estariam libertos. Outro ponto contemplado nesta Lei referia-se à garantia de libertação do escravo que tivesse condições de indenizar ao seu senhor o seu valor. De certa forma, a Lei reforçou a ideia de que o governo Imperial apoiava o fim da escravidão, tendo-a como medida necessária à modernização nacional. Krieger (2010) ressalta que esta foi a primeira vez em que o Estado interferiu nas relações entre escravo e senhor, dando condições legais ao cativo para libertar-se e minando as forças dos proprietários, que de certa forma, não aceitavam ainda o fim da escravidão.

Na efervescência do debate público contra a escravidão e a intervenção do governo Imperial nessa forma de trabalho, foi também promulgada, em 28 de setembro de 1885, a Lei n.º 3.270, conhecida como a “Lei dos Sexagenários”. Essa Lei garantia a liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade (PINHEIRO, 2011). Apesar de ser mais uma maneira de libertar os cativos, mostrou-se pouco eficiente. Eram raros os escravos que alcançavam a idade determinada devido às péssimas condições de trabalho a que eram submetidos. Um ponto chama a atenção nessa Lei: apesar do seu caráter humano, preocupava-se também em educar o ex-cativo, inseri-lo no trabalho e discipliná-lo. Essa afirmativa pode ser identificada nos artigos 3 e 4 da referida Lei:

Art. 3. § 17. Qualquer liberto encontrado sem ocupação será obrigado a empregar-se ou a contratar seus serviços no prazo que lhe for marcado pela polícia. § 18. Terminado o prazo, sem que o liberto mostre ter cumprido a determinação da polícia, será por esta enviado ao juiz de órfãos, que o constringerá a celebrar contrato de locação de serviços, sob a pena de 15 dias de prisão com trabalho e ser enviado para alguma colônia agrícola no caso de reincidência.

Art. 4. (...) § 5. O Governo estabelecerá em diversos pontos do Império ou nas províncias fronteiras agrícolas, rígidas com disciplina militar, para as quais serão enviados os libertos sem ocupação (BRAZIL, 1885).

Segundo Menezes (2009), com o fim do tráfico negro, as Leis nacionais que afetavam a relação entre proprietários e cativos e o crescente debate público em torno da abolição da

---

<sup>8</sup> José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde do Rio Branco, foi uma personalidade importante no contexto de modernização brasileira, em fins do Império. Este político será abordado no tópico 1.3 deste capítulo.

escravatura pressionaram o governo Imperial a inserir essa discussão na pauta parlamentar de 3 de maio de 1888:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições. (SENADO FEDERAL, 1988, *apud* MENEZES, 2009, p. 13).

Dez dias mais tarde, em 13 de maio de 1888, foi assinada pela Princesa Isabel, no Paço Imperial, a Lei n.º 3.353, conhecida como “Lei Áurea”. Esta Lei declarou a extinção da escravidão no Brasil.

Com a extinção do tráfico de escravos, o país passou a depender, basicamente, da reprodução natural dos escravos remanescentes. Fausto (1995) destaca que o comércio de escravos tinha um fluxo de importações tão significativo que “os proprietários de escravos no Brasil nunca se preocuparam com sua reprodução”. (FAUSTO, 1995, p. 196). Com o fim das importações, tendencialmente, o número de cativos reduziu e tornou-se insuficiente. A transição de escravos para atender as fábricas e fazendas se dava de maneira clandestina entre as diferentes regiões dos estados e do país. Os ex-cativos foram mandados para as lavouras mais lucrativas e estas se concentravam nas regiões do sudeste do país (FAUSTO, 1995).

A Lei Áurea formalizou a libertação dos escravos; todavia, não garantiu a inserção social deles como cidadãos. De certa forma, deu-se a liberdade, mas não houve um apoio social e econômico. A consequência foi a pobreza, a falta de escolaridade mínima e, além disso, a discriminação.

Assim, é possível afirmar que apesar do fim da escravidão, os libertos continuavam sendo explorados nas pequenas fábricas e fazendas. Os ex-cativos contribuíram de maneira significativa para o aumento da camada marginalizada da população brasileira: não tiveram acesso à educação elementar e ainda não possuíam preparo técnico para trabalhar nos estabelecimentos fabris que cresciam.

Nesse momento, o país vivenciava também um surto industrial e por esse motivo, as fábricas precisavam de muitos operários para atender à crescente demanda. O liberto passou a compor a mão-de-obra braçal destes estabelecimentos industriais, sendo, na segunda metade do século XIX, a maior parte da força de trabalho existente nas fábricas (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Dessa forma, o ex-escravo engrossou a camada do trabalhador nacional que já existia, mas sem a necessária qualificação.

Apesar disso, havia projetos governamentais que destacaram a necessidade de educar o trabalhador, inseri-lo na sociedade e discipliná-lo. Mas o que se vê é uma desvalorização do operário nacional justificada pela crença da pouca capacidade de adequar-se às normas, rotinas e saberes do ambiente de trabalho. Houve então, a defesa de que a mão-de-obra estrangeira era a mais viável para atender aos estabelecimentos fabris do Brasil (KOWARICK, 1994).

Nesse contexto, o estigma do trabalhador nacional criou dois discursos: de um lado, havia os que defendiam a imigração, e do outro, um grupo que era favorável à qualificação do trabalhador nacional.

### 1.1.3 A imigração: mão-de-obra estrangeira no contexto de modernização industrial do país.

Paralelo à modernização industrial, o mercado de trabalho do Brasil se organizava em três importantes aspectos de uma mesma realidade: no primeiro, houve a transição da forma de trabalho, que deixou de ser escravagista para incorporar o trabalho livre. No segundo, houve o elemento nacional livre, que, naquele momento, passa a ser composto não só por negros, mas também por brancos pobres e livres e mestiços, que constituíram a força de trabalho do país. E no terceiro, referiu-se ao processo imigratório como forma de atender as fábricas do país (KOWARICK, 1994).

Após o fim do tráfico internacional de escravos e as Leis nacionais que criaram entraves à escravidão até a sua efetiva extinção, o ex-cativo foi inserido nas fábricas como operário. O liberto passou a fazer parte da camada de trabalhadores nacionais. Nesse contexto, havia dois receios: falta de mão-de-obra para atender às demandas produtivas que cresciam e o estigma da pouca capacidade do trabalhador nacional para atender e adequar-se aos estabelecimentos fabris.

O trabalhador nacional era visto como preguiçoso, vadio e avesso ao trabalho, o que atrapalhava o desenvolvimento nacional que se consolidava no país: “o espírito errante por natureza ou de uma mentalidade falsa e viciada, propensa, devido a uma degeneração irremediável, à vida fácil, ao alcoolismo e à imoralidade de toda sorte... estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo” (KOWARICK, 1994, p. 112). Além do estigma do trabalhador nacional, havia ainda a pouca capacidade que ele possuía em lidar com as novas máquinas que eram adquiridas. Daqui surgiu o pensamento a favor da imigração.

Segundo Kowarick (1994) ganhou espaço nas elites do país o discurso de que o imigrante europeu possuía maior inteligência e capacidade moral, sendo que essas

características não eram identificadas no trabalhador nacional. Naquele momento, atrair os imigrantes era fácil, pois a “mão-de-obra, que, empobrecida na Europa e com desejo de vencer na vida, não tinha outra alternativa senão a de vender, a preços aviltantes, sua força de trabalho” (KOWARICK, 1994, p. 65). Nesse contexto, a organização do trabalho no Brasil precisava de novos braços e esses deveriam ser de origem europeia. Lima (2017) aponta que entre os anos de 1855 a 1863, chegaram aproximadamente 46 mil imigrantes no porto do Rio de Janeiro.

A imigração passou a ser propagandeada pelo Governo, que se aproveitava das dificuldades enfrentadas dos diversos países, principalmente os europeus, para ofertar oportunidades de trabalho no Brasil. É válido destacar que a Depressão ocorrida na Inglaterra em meados de 1870, contribuiu para a falência de muitas fábricas e gerou uma massa trabalhadora desempregada. Nesse cenário, o operário se viu obrigado a buscar oportunidades de emprego em outros países, entre eles, o Brasil.

Atrair o imigrante europeu tinha algumas intenções implícitas: impedir que se tornassem futuros proprietários, submetê-los às mesmas condições dos escravos e também “branquear” a sociedade brasileira.

Promulgada duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós, a Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como “Lei de Terras”, estabeleceu que as terras públicas fossem vendidas e não doadas. Era uma forma de forçar o registro das propriedades. Esse processo não era barato, garantindo assim que as terras fossem adquiridas pelos donos de fábricas e fazendeiros brasileiros, impedindo aos imigrantes pobres de comprar tais propriedades. De certa maneira, era uma estratégia para que o poder das terras fosse mantido nas mãos dos seletos grupos de proprietários. Segundo Fausto (1995, p. 196), a “Lei das Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes”. A intenção, conforme já mencionado, era manter os imigrantes como operários.

O que se esperava era que os imigrantes estariam acostumados ao trabalho, conhecendo as técnicas produtivas, tendo a capacidade de manusear as máquinas e comportando-se de maneira compatível ao ambiente dos estabelecimentos fabris (KOWARICK, 1994). Era o perfil desejado pelos proprietários: entendiam do ambiente de trabalho e aceitavam os salários oferecidos. Apesar das mudanças que ocorriam no cenário do trabalho nacional, o proprietário ainda vivia nos preceitos da cultura escravagista. Nesse contexto, Fausto (1995) aponta que “em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão-de-obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários” (FAUSTO, 1995, p. 197).

Há que se considerar também a defesa da elite brasileira em “branquear” a população. Nossa sociedade era constituída por ex-cativos, brancos livres, pobres e mestiços, que tinham pouca capacidade intelectual e produtiva. Segundo Alonso (2002), a intenção era formar uma sociedade composta por pessoas culturalmente educadas e aptas ao trabalho. Era uma maneira de “reinventar a América no Brasil” (ALONSO, 2002, p. 205).

Apesar da valorização do imigrante europeu como forma de reinventar o país, os trabalhadores nacionais permaneciam nas fábricas realizando pequenas tarefas. Mas essa discussão tinha dupla defesa: de um lado, valorizava a imigração e de outro, evidenciava a necessidade de se preparar o trabalhador nacional para o ambiente de trabalho.

Nesse contexto da necessidade de inserção do trabalhador nacional nas fábricas, havia a defesa de um tipo de ensino, teórico e prático, e em espaço adequado, que se destinava à aprendizagem técnica.

#### 1.1.4 O trabalhador nacional e o desenvolvimento econômico do país.

Os trabalhadores nacionais eram os mestiços, brancos pobres e livres, e, naquele momento, os ex-cativos. Havia um discurso contra os operários do País que eram vistos como preguiçosos, avessos aos ofícios e que estavam acostumados ao trabalho sobre a pressão do chicote. Além disso, eles não conheciam os comportamentos necessários ao ambiente de trabalho, no qual eram necessários hábitos como “responsabilidade, pontualidade, produtividade e regularidade” (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 323).

Nesse contexto, ganhou força a defesa sobre a capacidade intelectual e produtiva do imigrante como forma de reorganizar a força de trabalho do país. Apesar de o trabalhador imigrante ser uma opção viável para atender os estabelecimentos fabris, o operário nacional tinha duas vantagens: não se envolvia em paralisações e aceitava qualquer trabalho.

Naquela época, a estrutura das fábricas, os sistemas e conceitos que a compunham eram recentes no cenário brasileiro. Tanto os proprietários quanto os operários estavam inseridos no contexto de modernizações do capitalismo, que ganhava força no país. Diferentemente, os europeus já estavam acostumados com esta realidade, que já ocorria em seus países de origem, se comparados ao Brasil.

Além do “discurso racista” sobre o trabalhador nacional (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 322), havia também a visão do trabalho como aviltante, pois no país o ócio valia mais do que o negócio. Esse discurso não era concebido pelo capitalismo, que via no trabalho uma forma de alcançar a modernização e o desenvolvimento.

Nesse novo contexto, era necessário que o trabalho fosse visto como meio de sobrevivência social e pessoal, sendo necessário submeter o trabalhador às regras e disciplinas do trabalho, fazendo-o deixar de lado os hábitos julgados inadequados e a cultura de que a preguiça e a ociosidade eram modos adequados de vida. A partir desse contorno dado ao trabalho, era possível construir uma nação remodelada nos preceitos capitalistas.

Nesse sentido, no discurso de muitos, era urgente o preparo do trabalhador nacional. No meio desse contexto, passaram a ocorrer algumas poucas iniciativas que buscavam qualificar e preparar o trabalhador nacional ao ambiente do trabalho. E isso se deu pela educação.

## **1.2. As iniciativas para a qualificação do trabalhador nacional.**

Até a segunda metade do século XIX, a educação elementar era ofertada em instituições públicas e particulares que ensinavam a “ler, escrever e contar” (CHAMON, 2014). O ensino técnico ainda não era visto, de maneira frequente, nessas escolas. Na verdade, acontecia nas casas, nas oficinas, nos asilos e nos arsenais militares. Essa aprendizagem se dava a partir do acompanhamento rotineiro dos aprendizes, que viam as técnicas e os processos desenvolvidos pelos mestres.

A partir de meados de 1850 ganha espaço o discurso político a favor da oferta deste tipo de ensino nas escolas. Manoel Araújo Porto Alegre, João Alfredo Correia de Oliveira e Leôncio de Carvalho, são, segundo Fonseca (1986), algumas das figuras públicas do Império que se ocuparam em discutir e propor ações para a escolarização dos ofícios.

O discurso do governo Imperial em relação ao ensino profissional atuava em dois aspectos importantes: atender aos órfãos e desvalidos e preparar o operário nacional para o ambiente de trabalho (MANFREDI, 2002). Foi o momento em que os saberes do trabalho adentram as escolas.

Em 1º de fevereiro de 1854, o Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz assinou o decreto n.º 1.331-A. Fundamentando-se na Lei n.º 1.851, propôs a reforma da instrução primária e secundária no Rio de Janeiro a partir da introdução de medidas especiais aos menores abandonados. A criação desses asilos teve como objetivo a instrução primária e, posteriormente, a aprendizagem de um ofício. Mas o referido decreto efetivou-se vinte anos mais tarde, mediante a autorização de João Alfredo Correia de Oliveira, que aprovou para o orçamento do triênio de 1873-1875 a criação de dez escolas primárias no Município da Corte, a partir do Decreto n.º 5.532, de 24 de janeiro de 1874 (FONSECA, 1986).

A última dessas escolas criadas, a Casa dos Educandos Artífices, executou a medida promulgada por Couto Ferraz: servir de casa de asilo aos abandonados, conforme o regulamento n.º 5.849, expedido em 9 de janeiro de 1875. Com disciplina rigorosa, era ofertada obrigatoriamente a instrução primária de primeiro e segundo graus, álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, escultura e desenho, música vocal e instrumental, artes tipográficas e litográficas e os ofícios de encadernador, alfaiate, carpinteiro, torneiro, entalhador, funileiro, ferreiro e serralheiro, serrador, correeiro e sapateiro.<sup>9</sup>

No período imperial, é possível destacar a criação de escolas de ofícios em outras províncias, como se vê no Quadro 1. Estas tinham a mesma estrutura e organização das escolas do Rio de Janeiro.

**Quadro 1** - Escolas de ofícios em províncias brasileiras.

<b>PROVÍNCIA</b>	<b>ANO</b>
Pará	1840
Maranhão	1842
São Paulo	1844
Piauí	1849
Alagoas	1854
Ceará	1856
Sergipe	1856
Amazonas	1858
Rio Grande do Norte	1859
Paraíba	1865

Fonte: Cunha (2005).

Nesse contexto, o estabelecimento que atendeu aos órfãos e desvalidos e que ao mesmo tempo ofertava a formação para o trabalho, foi o Asilo de Meninos Desvalidos no Rio de Janeiro. Criado pelo Ministro do Império João Alfredo Côrrea de Oliveira, foi regulamentado em 1854 e inaugurado em 14 de março de 1875.

Apesar de haver também a defesa do ensino de ofícios destinado ao operariado nacional, as escolas de ofícios criadas nas províncias do país tinham caráter assistencialista. Atendiam mendigos e outros desvalidos para que, ao aprenderem um ofício, tivessem uma forma de sobrevivência. O próprio João Alfredo, o precursor da proposta do ensino de ofícios no país, apontou que a escola do Rio de Janeiro parecia muito mais um asilo do que uma local para o ensino de ofícios.

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar também que haviam ofícios destinados ao preparo das meninas, que abarcavam desde o ensino das primeiras letras à aprendizagem do ofício de doméstica e o de professora. Tais profissões eram ensinadas para que este público tivesse a necessária preparação para um possível casamento, bem como a sua auto-subsistência (VEIGA, 2007, p. 163).

A educação para os ofícios foi vista também na criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos<sup>10</sup>(1854) e do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (1855). No primeiro, haviam ofícios de tipografia em Braille e encadernação, fabricação de vassouras, espanadores, empalhação de móveis e a afinação de pianos. No segundo, ensinavam-se os ofícios de sapataria, encadernação, pautação e douração (FONSECA, 1986).

Outro local em que foi vista a aprendizagem de ofícios, foi na Marinha. Em 1857, com a regulamentação das Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais da Marinha, ensinavam-se as profissões aos meninos pobres e órfãos brasileiros e de boa estrutura física, com idade entre 7 e 12 anos. Aprendiam-se as primeiras letras e havia quatro mestres de ofícios que ensinavam carpintaria, carapina, calafate e ferraria.

Um importante marco na escolarização dos ofícios pôde ser identificado na criação dos Liceus de Artes e Ofícios. Segundo Cunha (2005), a partir de 1858 percebe-se a abertura destes espaços, conforme expõe o Quadro 2:

**Quadro 2** - Liceus criados no país a partir da segunda metade do século XIX.

<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>Entidade</b>
1858	Rio de Janeiro	Sociedade Propagadora de Belas-Artes
1879	Serro	Liceu de Artes e Ofícios do Serro
1872	Salvador	Associação Liceus de Artes e Ofícios
1880	Recife	Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais
1882	São Paulo	Sociedade Propagadora de Instrução Popular
1883	Florianópolis	Liceu Provincial
1884	Maceió	Associação Protetora de Instrução Popular
1886	Ouro Preto	Sociedade Artística Oupretana

**Fonte:** Cunha (2005).

Essas escolas tinham como foco o preparo para o trabalho, buscando oferecer o conhecimento técnico e o moral: a aprendizagem das técnicas e procedimentos adequados aos ofícios e os valores necessários ao ambiente do trabalho. Além de ser considerada uma forma de instruir para os ofícios, era necessário contribuir para o desenvolvimento intelectual da população, a fim de formar cidadãos úteis e independentes economicamente (CHAMON, 2014).

O Liceu do Rio de Janeiro, um marco importante na escolarização dos ofícios, era mantido por doações em dinheiro, mercadorias e subsídios do Estado, tendo como objetivo proporcionar aos brasileiros, natos e estrangeiros, o estudo das belas-artes e de sua aplicação nos ofícios e indústrias. Vedado aos escravos, o ensino era oferecido à noite, salvo as

<sup>10</sup> Em 1891 teve o seu nome mudado para Benjamin Constant. (Fonseca, 1986)

ministrações que precisavam ser dadas à luz do dia. Os alunos eram organizados em efetivos, aqueles que faziam o curso completo, e amadores, os que tinham acesso apenas ao ensino primário. Eram oferecidos conteúdos das ciências aplicadas e das artes<sup>11</sup>. Em 1881, iniciam-se os cursos destinados às mulheres, que abarcavam desde o ensino elementar aos ofícios que moldavam as habilidades femininas para o desenho, a costura e os cuidados com o lar. Em 1882, oferta-se o curso comercial, que assim como o curso feminino, oferecia a instrução primária, sendo acrescentados o conhecimento da estatística comercial, a escrituração mercantil, a contabilidade, entre outros saberes aplicáveis ao comércio. Mas é em 1889, por iniciativa do Visconde de Ouro Preto<sup>12</sup> que são criadas as oficinas práticas para o Liceu, antes precárias e escassas nesse estabelecimento.

O Liceu de São Paulo foi criado a partir da iniciativa privada de 131 membros pertencentes à burocracia do Estado e do Parlamento, na qual podemos destacar o Conselheiro Carlos Leôncio da Silva Carvalho (senador e ministro do Império). Esse estabelecimento tinha como objetivo oferecer o ensino primário. Em 1882, instalaram-se nesse espaço de ensino uma escola noturna destinada ao ensino de artes, ofícios, comércio, lavoura e indústria. Em 1885, o Liceu paulista tinha 112 professores que atendiam a 19 cursos em aulas noturnas e gratuitas<sup>13</sup>. Vale ressaltar que a expansão do Liceu alcançou, em 1888, um total de 1676 alunos matriculados.

A fundação do Liceu da Bahia contou com a participação de artífices baianos. Cunha (2005) aponta que esse espaço tinha como objetivos a oferta da instrução técnica e profissional destinada aos membros e a seus filhos, bem como a prática do amparo à saúde, invalidez ou morte, de forma benéfica e fraternal<sup>14</sup>. Os subsídios para a manutenção do Liceu se davam com

---

<sup>11</sup> Segundo Cunha (2005), as disciplinas ofertadas para as Ciências Aplicadas eram a aritmética, a álgebra (até equações de 2º grau), a geometria plana e no espaço, descritiva e estereotomia, física aplicada, química aplicada e mecânica aplicada. Em Artes, eram o desenho de figura (corpo humano), desenho geométrico, inclusive as três ordens clássicas, desenho de ornatos, de flores e de animais, desenho de máquinas, desenho de arquitetura civil e regras de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção, escultura de ornatos e arte cerâmica, estatuária, gravura e talho-doce, água-forte, xilografia, etc e pintura (CUNHA, 2005).

<sup>12</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo, nascido em 21 de fevereiro de 1837 na cidade de Ouro Preto/MG, era um jurista de renome; todavia, dedicou-se à política, exercendo cargos no período imperial de deputado provincial, ocupou a presidência do Conselho de Ministros, entre outros cargos (Fonte: IHGB. Disponível em < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdafigueiredo.html> >. Acesso em 12 dez. 2017).

<sup>13</sup> Segundo Cunha (2005), em 1885, o Liceu paulista oferecia em seus cursos Desenho de figura, Desenho de ornatos, Desenho de Máquinas, Desenho de arquitetura civil, Desenho de arquitetura naval, Aritmética, Álgebra, Português, Francês, Inglês, Música, Geografia, Caligrafia, Desenho elementar, Desenho linear e geométrico, Escultura, Geometria plana, Geometria no espaço, Geometria descritiva e Mineralogia (CUNHA, 2005).

<sup>14</sup> De acordo com Cunha (2005), em meados de 1892, o Liceu baiano oferecia aulas das primeiras letras, desenho de figuras e ornatos, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, desenho industrial, geografia e história universal, piano e canto (para as meninas), orquestra e canto (para os meninos), música vocal e instrumental, inglês teórico e prático, francês teórico e prático e português (CUNHA, 2005, p. 135)

o pagamento com uma joia, mensalidades e apoio financeiro do governo, o que garantia aos filhos dos não-sócios estudarem de forma gratuita. Com o crescimento desse estabelecimento, em 1870, tornou-se o Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Cunha (2005) destaca que apesar da boa estrutura do espaço que abrigavam as oficinas, o ensino de ofícios deixava a desejar, uma vez que os mestres estavam desinteressados.

O ensino de ofícios oferecido até então era mais teórico do que prático. Baseando-se em modelos europeus, a ideia de escolas profissionais ainda não tinha sido completamente executada. Essas iniciativas ainda eram pequenas, e não é sem motivo que estará presente no forte discurso em favor da criação de escolas para o ensino de ofícios. É nesse contexto, marcado também por instabilidades do governo, que são propostas outras maneiras do ensino de ofícios. Tais propostas nascem a partir do movimento intelectual, que ganha força a partir dos anos de 1870.

### **1.3 Avalanche de propostas: o movimento intelectual de 1870.**

Esse contexto de mudanças no país foi também marcado por um movimento intelectual crítico em relação à Monarquia e ao governo imperial, que propunha reformas de sociedade modernizada embasadas em teorias estrangeiras, entre elas, as europeias. Ângela Alonso (2002) é uma das autoras que analisa esta manifestação política, reformista e intelectual denominada de “Movimento Intelectual da Geração de 1870”<sup>15</sup>.

Segundo Alonso (2002), os intelectuais que pertenceram à “Geração de 1870” eram médicos, engenheiros, políticos, escritores, advogados, estudantes e jornalistas que propuseram reformas internas ao império ou aos princípios e práticas desse regime que eram a escravidão, o padroado e a monarquia. Para a autora, a “Geração de 1870” era composta por intelectuais “politicamente marginalizados, politicamente radicais (...) eram contestadores, não revolucionários” (ALONSO, 2002, p. 258).

Os discursos e produções desses intelectuais ganharam força em fins do Império e tiveram suas teorias influenciadas pela trajetória de vida, instituições a que estavam vinculados e, não menos importante, aos seus interesses pessoais. Para eles, as ideias defendidas poderiam ser aplicadas no país e englobavam “a questão do trabalho e a reforma das instituições políticas” (ALONSO, 2002, p. 167).

---

<sup>15</sup> Essa expressão é utilizada por outros autores, anteriores à Ângela Alonso.

Ângela Alonso divide esse grupo em quatro vertentes ideológicas: os liberais republicanos, os novos liberais, os positivistas abolicionistas, os federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e os federalistas científicos de São Paulo.

Os liberais republicanos tiveram como um de seus representantes o jornalista Quintino Bocaiuva. Este grupo defendia a organização do trabalho e da economia do país, a partir “da imigração de mão-de-obra para lavoura ou de famílias para o povoamento” (ALONSO, 2002, p. 185). As ideias e os discursos dos liberais republicanos pautavam-se pela não superioridade da monarquia, atacavam a hereditariedade de cargos no governo monárquico e consideravam o fim da escravidão como uma “grande revolução” (ALONSO, 2000, p. 184) ao contexto de desenvolvimento vivenciado pelo país. Para eles, a imigração era uma medida urgente que possibilitaria a prática do trabalho assalariado, sendo uma força de trabalho barata que substituiria a mão-de-obra escrava. Os liberais republicanos acreditavam também que a nova sociedade brasileira precisava de uma política destinada às massas: a República.

Os novos liberais destacaram-se pela significativa produção de panfletos e opúsculos. Entre os seus membros, podemos citar o engenheiro André Rebouças, que escreveu também “Charles Darwin e a escravidão no Brasil” (1881) e “Abolição da Miséria” (1888). Podemos citar a presença do advogado e jurista Rui Barbosa, que publicou “Abolicionismo” (1885), “Questão Militar” (1887) “Queda do Império” (1889) e de Joaquim Nabuco, que escreveu os opúsculos “O erro do imperador”, “Eleições liberais e eleições conservadoras” e o “Eclipse do abolicionismo”, todos de 1885. Alonso (2002) aponta que Joaquim Nabuco foi considerado como um grande pensador liberal da Monarquia. Esse grupo se destacou por defender um reformismo monárquico de maneira pacífica. Acreditava-se que essas reformas contribuiriam para o fortalecimento da coroa. Defendiam também a imigração europeia como forma de criar as pequenas propriedades para que fosse possível “reinventar a América do Brasil” (ALONSO, 2002, p. 205), pois a partir disso, haveria uma sociedade de pequenos produtores e descendentes de europeus educados. Há que se considerar ainda, que, para eles, a abolição da escravatura era uma forma de manter a ordem pública.

Os positivistas abolicionistas tiveram o filósofo Miguel Lemos como um de seus representantes. Entre as produções do grupo, podemos destacar “A Pátria Brasileira” (1881) e “A universidade” (1882). Para esses, o regime escravocrata era um sistema que impedia o progresso do capitalismo no cenário nacional e a monarquia era incompatível com a modernidade desejada pelo país. Diferentemente dos novos liberais e dos liberais republicanos, esse grupo se destacava pela defesa de miscigenação das raças, pois “era como móvel de construção do povo brasileiro. Situavam africanos e indígenas como elementos subordinados,

mas essenciais na construção da nação” (ALONSO, 2002, p. 219). De certa maneira, a existência dessas diferentes raças era uma herança aceita pelo país. Esse grupo não se preocupava apenas com a abolição da escravatura, mas também como a inserção dos ex-cativos na sociedade, pois esses, até então, eram vistos como um fardo social. Para os positivistas abolicionistas era fundamental incorporar o público menos privilegiado como membros da nação, e isso se daria pelo viés educacional, sobretudo a educação profissional.

Os federalistas científicos e positivistas produziram compêndios escolares, tratados científicos e livros de divulgação de técnicas agrícolas. Um de seus membros, o médico Pereira Barreto, escreveu os livros “Positivismo e teologia – uma polêmica” (1880), e segundo Alonso (2002) todas as obras desse grupo se destacaram por duras críticas à situação atual em que se encontrava o império e propunham mudanças. Defendiam a abolição da escravatura e viam na imigração uma “forma superior” (ALONSO, 2002, p. 236) de resolver a questão do trabalho no país.

De acordo com a autora, os escritos dos integrantes desses grupos pertenciam a uma série de repertórios<sup>16</sup> mobilizados por esses agentes que contribuíram para o fortalecimento desse movimento coletivo e de sua gramática intelectual, que se propunha a abordar temas, até então, pouco discutidos. De certa maneira, essa avalanche de propostas e críticas sob a influência de teorias estrangeiras tinha como proposta a modernização da sociedade brasileira.

De forma geral, as propostas da “Geração de 1870” pautavam sobre o fim da escravidão, o incentivo à imigração, as reformas no contexto do trabalho a partir do assalariamento do operariado e a mudança do regime político do Brasil para a República. Podemos considerar que “o repertório político-intelectual de fins dos oitocentos deu ao movimento intelectual instrumentos para interpretar sua conjuntura como crise de um padrão de sociedade e de um regime político, incompatíveis com o ritmo e a direção da história mundial” (ALONSO, 2002, p. 240). Para esses grupos, o regime monárquico destoava dos preceitos de modernidade da sociedade capitalista.

Entre essas abordagens, é possível identificar a tratativa sobre as questões do mundo do trabalho e da educação profissional. Para (ALONSO, 2002), havia os que defendiam o adiamento da massificação da educação técnica e eram a favor da centralização do ensino e também os acreditavam que o preparo do trabalhador se daria com uma educação técnica destinada às camadas populares a partir da iniciativa privada com apoio do governo:

---

<sup>16</sup> Alonso (2002) define repertório como “o conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas (SWINDLER, 1986). Não importa a consistência teórica entre seus elementos. Seu arranjo é histórico e prático”(SWINDLER, 2002, p. 39).

a solução para a questão do trabalho imbricava com o ensino. Os grupos contestadores eram todos acordes quanto à premência de educar povo tanto para a economia como para a política. E nisso estava a sua grande distância com os saquaremas, que protelavam sempre a generalização do acesso às letras, mantendo a centralização do sistema de ensino. Os contestadores almejavam ampliar a abrangência do público educado liberalizando o direito de abrir escolas: a iniciativa privada iria onde os braços estatais nunca lograram chegar. Mas o Estado deveria ainda prover parte do empuxe civilizatório, responsabilizando-se pela educação básica para a cidadania e a educação técnica para o mercado de trabalho. (ALONSO, 2002, p. 251-252)

De acordo com Cunha (2005), a partir do segundo quartel do século XIX, as produções de François Marie Arouet Voltaire<sup>17</sup>, Adam Smith<sup>18</sup>, Jean-Baptiste Say<sup>19</sup> e François Pierre Guillaume Guizot<sup>20</sup> foram algumas das obras lidas pelos homens cultos do período imperial brasileiro para construir os argumentos sobre a educação técnica. De posse dessas ideias, “a proposta de um ensino profissional para as massas, de modo a moralizá-las e a desenvolver a produção para transformar a sociedade sem ‘quebrar suas molas’, foi, talvez, o núcleo de todo o pensamento elaborado no Brasil imperial sobre o assunto.” (CUNHA, 2005, p. 157).

Apesar do debate e do fato de a preocupação com a educação profissional ser considerada, nesse período, “vaga e tímida, sem nenhuma proposta concreta no que se refere aos ofícios mecânicos” (CHAMON, 2014 p. 572), a autora destaca que paulatinamente o debate em torno do ensino técnico passaria a ganhar espaço nos argumentos dos intelectuais e elites políticas, uma vez que “a instrução profissional era considerada fator de progresso material e aumento da riqueza pública, mas também, e talvez principalmente, como formadora de cidadãos úteis e independentes economicamente” (CHAMON, 2014, p. 578).

Chamon (2014) aponta que o recrudescimento das discussões sobre a educação profissional tinha como argumento a ideia de ser “arma contra a pobreza, a miséria e a ignorância, condições nas quais proliferavam a criminalidade e toda a sorte de vícios” (CHAMON, 2014, p. 575). Paralelo a essa defesa, crescia também o número de adeptos que viam nesse tipo de ensino uma forma de garantir o desenvolvimento industrial, que, segundo a autora, era percebido na repetida ideia de se “criar indivíduos úteis a si e à pátria.” (CHAMON, 2014):

---

<sup>17</sup> “Voltaire preocupava-se tão-somente com a criação de condições institucionais para a mais completa dominação da burguesia, não escondendo um grande temor das massas, receando seu esclarecimento.” (CUNHA, 2005, p. 146).

<sup>18</sup> De acordo com Cunha (2005), os economistas como Adam Smith e Jean-Baptiste Say eram favoráveis à “escolarização das classes trabalhadoras” (CUNHA, 2005, p. 147).

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Autor da célebre frase “cada escola aberta fecha uma prisão”. Esse autor é utilizado por Pires de Almeida na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889.

Na perspectiva dessas elites reformistas, era preciso valorizar o trabalho mecânico, aquele que até um passado recente havia sido executado, ainda não que exclusivamente, pelas mãos dos escravos. Era preciso valorizar o trabalho produtivo como fator de ordem pública e de progresso material, tornando o homem em um trabalhador ‘útil a si e à pátria’, expressão tantas vezes repetida na fala daqueles que defendiam as escolas de ensino de ofícios. Era preciso alterar a atitude do homem comum frente ao trabalho manual e mecânico, tarefa da qual deveria se encarregar a escola profissional. (CHAMON, 2014, p. 577).

Nesse sentido, os debates em relação ao trabalho e à educação, nas últimas décadas do século XIX, realçaram uma preocupação maior com a educação do trabalhador, devendo ser moralizadora, civilizatória e capaz de preparar para lidar com as técnicas modernas do mundo do trabalho. Era uma qualificação destinada à ordem pública e ao desenvolvimento econômico do país:

Nesse momento, a ideia de formar o trabalhador para o progresso e desenvolvimento industrial e material do País se consolidava, sendo possível dizer que não se tratava mais de insistir e convencer sobre a importância do trabalho e da escola como instância legítima e eficaz para formar o trabalhador. Tratava-se de reconfigurar as escolas profissionais para atender a novas demandas sociais e econômicas do País. (CHAMON, 2014, 588-589p.)

Esses mesmos argumentos que circulavam no Brasil do século XIX serão repetidos por Pires de Almeida e, conforme veremos, estarão presentes no discurso do autor sobre a educação profissional, tanto na obra “Officina na escola” (1886) e “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” (1889).

Visando conter e fazer face à onda reformista que abalava os alicerces do Império foi que o Visconde do Rio Branco<sup>21</sup>, um conservador moderado, pautou uma série de modificações que visavam “a reforma dentro da ordem” (ALONSO, 2002), buscando modernizar o país. O gabinete Rio Branco não se apegou aos discursos acalorados, mas agiu em prol dessas reformas. É uma resposta da Monarquia à onda reformista que ganhava força.

Visconde do Rio Branco foi o responsável por criar o Gabinete de 7 de março de 1871, que tinha como objetivo principal encaminhar as reformas mais importantes que precisavam ser efetivadas no país. Apesar de ser um conservador e monarquista, o Visconde Rio Branco acreditava que estas propostas eram necessárias. Colocou em prática a reforma dentro da ordem, para reforçar a ideia de que o regime monárquico dava conta das mudanças propostas.

---

<sup>21</sup> De acordo com Blake (1899), José Maria da Silva Paranhos, o Visconde Rio Branco, nasceu na Bahia em 16 de março de 1819 e faleceu em 1 de novembro de 1880, no Rio de Janeiro. Este foi um personagem central na histórica política do País, em fins do Império. Entre os diversos cargos ocupados, foi conselheiro do Imperador, senador na província de Mato Grosso, professor na escola Politécnica e da Academia de Belas Artes, vice-presidente do Instituto Politécnico, membro e presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e major honorário do Exército. Era também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O gabinete Rio Branco representou o último esforço concentrado de autorreforma de ordem imperial, expressando a compreensão de que a monarquia, para sobreviver, teria de reestruturar sua economia em moldes não escravistas e abrir seu sistema político. (ALONSO, 2002, p. 92).

Durante o governo Rio Branco (1871-1875), percebeu-se mudanças na estrutura do país. Foram realizados empréstimos com a Inglaterra para financiar a urbanização das cidades. Tal fato atraiu a população que passou a compor, particularmente, as cidades do Rio de Janeiro. Nesse bojo, verificou-se também um crescimento do comércio e de pequenos serviços, melhoria nos transportes de cargas e pessoas, na comunicação internacional e a criação da rede teleférica que conectava o Brasil à Europa (ALONSO, 2002). Dentre o programa de reformas, o gabinete conservador caminha para a extinção da escravidão. O surto industrial vivido pelo país era incompatível com o escravagismo que ainda existia. Esta mudança foi alcançada a partir da instituição da Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e também pela Lei Áurea, que encerrou o regime escravocrata no país.

Há de se considerar também que o Gabinete Rio Branco se ocupou de “criar cidadãos aptos para atender às exigências da modernização” (ALONSO, 2002, p. 85) do país. Esta se deu em dois sentidos.

No primeiro, percebeu-se a necessidade de inserir os homens livres e pobres na economia. Buscou atender crianças e adultos que antes não tinham acesso à educação. Para tanto, houve, em 1874, o Decreto n.º 5.532 de 24 de janeiro de 1874, que criou dez escolas públicas de instrução primária no Rio de Janeiro. Havia a proposta de um “ensino técnico, profissionalizante, através de ‘escolas industriais’ provinciais, e programas de alfabetização de adultos” (ALONSO, 2002, p. 85). Esse Decreto estava esquecido desde meados dos anos 1850, mas reaparece devido a um forte discurso sobre a qualificação do trabalhador nacional.

Haviam muitos barachareis, mas poucos profissionais técnicos. Segundo Alonso (2002), estes últimos atenderiam, de maneira efetiva, à modernização econômica do país. A partir disso, ganha espaço o discurso do despreparo da população para os ofícios, sendo necessário “criar um povo de trabalhadores” (ALONSO, 2002, p. 86). Tornava-se necessário “formar um estrato intermediário entre homens livres e pobres e a elite extraída dos estamentos senhoriais, capaz de executar as tarefas que o crescimento e a diversificação econômica do país requisitavam” (ALONSO, 2002, p. 86).

Apesar dos esforços do gabinete para fazer valer as propostas reformistas para a educação, em especial a educação profissional, o que se viu foi uma série de projetos e propostas inconclusas (ALONSO, 2002). As mudanças propostas por Rio Branco chegaram em um

momento em que o regime monárquico estava enfraquecido e se tornaram uma sequência de insucessos.

Nesse bojo, a futura sucessão de Dom Pedro também abalava as relações no Império. Este seria sucedido por sua filha, Princesa Isabel, que era casada com um francês, o Conde D’Eu<sup>22</sup>, que não era estimado no país (ALONSO, 2002). Há de se considerar também que ainda éramos a única Monarquia da América. Outro ponto importante é a organização de partidos políticos. Em momento anterior, era composto por liberais e conservadores, mas a partir daquele momento, ganharam espaço outros grupos políticos que defendiam o regime republicano. Nesse bojo, o fortalecimento desses grupos políticos contribuiu ainda mais para o enfraquecimento do Império.

Se de um lado havia os quatro grupos intelectuais que se opuseram ao governo monárquico, de outro havia também os conservadores emperrados “que se aferravam à salvaguarda das instituições centrais do *status quo* imperial, contrários a alterações de qualquer ordem” (ALONSO, 2002, p. 245).

A “Geração de 1870” foi um grupo que criticou o Império, na verdade, as políticas imperiais. Enquanto houve um grupo que combatia a Monarquia, existiram os que defenderam ardorosamente a reforma, mas que ao mesmo tempo, eram favoráveis ao Império. Pires de Almeida se colocou ao lado daqueles que defenderam a Monarquia.

Apesar de Pires de Almeida não ter sido listado pela Ângela Alonso, é possível apontar que ele esteve próximo ao *status quo* imperial. Tal fato, nos fez considera-lo como alguém que participou desse movimento de ideias.

Nesse conjunto de argumentos de um movimento intelectual que se expressou muito, é possível dizer que Pires de Almeida tenha dialogado com a “Geração de 1870”, fazendo a sustentação do governo monárquico a partir da sua escrita, em especial nas obras “Officina na Escola” (1885) e “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” (1889). Em um cenário de crise política, é possível dizer que os esforços de Pires de Almeida foram para sustentar o Império e teve suas obras, em especial a estudada nessa dissertação, como forma de responder às críticas e realçar feitos do Estado Monárquico.

---

<sup>22</sup> A obra estudada nessa dissertação foi dedicada ao Conde D’Eu. A dedicatória, laudatória e ufanista, ressalta, sob a ótica de Pires de Almeida, os feitos de Conde D’Eu para o Brasil.

## CAPÍTULO 2

### PIRES DE ALMEIDA: HISTORIADOR DA EDUCAÇÃO

A ideia de escrever um livro e publicá-lo numa língua universalmente conhecida nasceu do legítimo sentimento de orgulho nacional como também do patriótico desejo de suprir uma sensível lacuna existente nos livros dos escritores que se ocuparam do estado da instrução em diferentes países do globo. Quase todos, com efeito, passaram em silêncio o mais importante, mais vasto, mais rico e populoso estado da América do Sul – o Brasil.<sup>23</sup>

(Prefácio – Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação, ALMEIDA, 2000, p. 17).

No capítulo 1, foi possível compreender as transformações econômicas, sociais e políticas no país a partir da segunda metade do século XIX. Esses acontecimentos contribuíram para o enfraquecimento do regime monárquico e provocaram profundas mudanças na organização do Brasil, que, gradativamente, se consolidava nos moldes capitalistas. Nesse contexto, foi possível identificar uma divisão política: os que criticavam as políticas imperiais e os que atuavam como sustentadores desse regime. No grupo dos que defendiam o regime monárquico, Pires de Almeida se posicionou, ao produzir e publicar obras e escrever em jornais.

A escrita de Pires de Almeida se dava na condição de um médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, político conservador, defensor da Monarquia, pertencente ao IHGB e que queria dar visibilidade aos progressos educacionais que o Império garantiu ao Brasil, sob sua ótica.

Neste capítulo trataremos um pouco sobre alguns dos elementos da trajetória do autor, buscando por momentos e espaços que entendemos fundamentais para a elaboração do seu pensamento, tentando entender também as motivações e intenções de sua produção sobre a educação. Adicionalmente, conheceremos a repercussão do projeto de escrita da obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” nos jornais da época.

Pires de Almeida escreveu essa obra motivado a participar do Pavilhão Pedagógico que ocorreu na Exposição Universal de Paris em 1889. Foi possível identificar também que o autor tinha como intenção, nessa escrita, realçar os feitos monárquicos para a educação no país e atrair imigrantes.

---

<sup>23</sup> Trecho original da obra: “La pensée d’écrire ce livre et l’idée de la publier dans une langue universellement connue sont nées en nous d’un légitime sentiment d’orgueil national, ainsi que du patriotique désir de combler une très sensible lacune que présentent les livres des écrivains, qui se sont occupés du globe. Presque tous, en effet, ont passé sous silence le plus importante, le plus vaste, les plus riche et le plus peuplé des états de l’Amérique du Sud – le Brésil” (PRÉFACE, L’Instruction Publique au Brésil (1500-1889): Historie - Legislation, ALMEIDA, 1889, p. XIII)

Pretende-se trazê-lo nos pertencimentos e lugares de sociabilidade, os quais, no nosso entendimento são significativos para a sua inserção no debate sobre a educação profissional, para tentar entender esse sujeito e de que forma ele se posicionou neste campo de discussões sobre a educação profissional.

Nesse sentido, é necessário inserir o texto não apenas no seu contexto social de produção. É preciso também investigar elementos da trajetória do autor para saber como impactaram sua escrita; e principalmente, é necessário compreender o contexto linguístico no qual a obra foi produzida.

Analisar uma obra em sua relação textual e contextual não se limita apenas a compreender o significado do que foi dito. Na verdade, foi analisada por Skinner (1949) como uma forma de dar sentido ao discurso realizado pelo autor, buscando investigar elementos de sua trajetória bem como identificar as intencionalidades do sujeito ao produzir a obra. O significado do texto e a intenção do autor se tornam elementos relevantes para que se compreendam as razões que o incentivaram na produção de um texto. (VIEIRA, 2017).

Tendo como referências alguns jornais como O Rio de Janeiro (1886), Diário de Notícias (1888), Diário do Commercio (1888, 1889), Revista IHGB (1889) e autores como Guimarães (1988), Nunes (1995), Gondra (1996), Kuhlmann Júnior (2001), Gondra (2005) e Vieira (2015), é que construímos o presente capítulo.

## 2.1. A trajetória de Pires de Almeida.

**Figura 1** - Pires de Almeida.



**Fonte:** site Skoob. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/autor/1316-pires-de-almeida>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Filho de Dr. Joaquim Pires Garcia de Almeida e de D. Maria Luiza Pires, nasceu em 07 de dezembro de 1843, na cidade do Rio de Janeiro. Pires de Almeida apresentou uma atuação polivalente: a medicina, o jornalismo<sup>24</sup>, o teatro<sup>25</sup>, a história<sup>26</sup>, o arquivismo e a biblioteconomia. (BLAKE, 1899).

Apesar de ter estudado por três anos o Direito, Pires de Almeida abandonou o curso e formou-se em Medicina em 1871, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuou como médico higienista, tendo sido comissário vacinador na Corte, adjunto da Inspetoria Geral de Higiene e médico na Guerra do Paraguai.

Atuou também como arquivista da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e como arquivista e bibliotecário da Inspetoria Geral de Higiene da Corte. Como arquivista, promoveu uma exposição na Câmara e outra na Sociedade de Geografia. Participou também da comissão responsável pela escolha da nova capital do Estado de Minas Gerais. (BLAKE, 1899).

Ao escrever sobre a obra e o autor, Nunes (1995) traça um perfil de Pires de Almeida e o apresenta “como um homem situado no seu tempo” (NUNES, 1995, p. 52), considerando-o um homem nacionalista, monarquista, conservador mediano, entusiasta com a educação, pertencente à elite branca, proprietária, letrada, intelectual, com atuação profissional polivalente, bem como um participante ativo de instituições de nome. Segundo a autora, esse era o típico intelectual do século XIX, que pertencia a “uma geração de letrados, que pretendia constituir a nação.” (NUNES, 1995, p. 52).

Gondra (1996) reforça esse perfil de Pires de Almeida ao dizer que o autor representa “uma marca de seu tempo, no qual a especialização não se encontrava consolidada; um tempo em que o título de doutor (médico, engenheiro e advogado) autorizava seu portador a discursar sobre uma enorme diversidade de questões, como um intelectual polivalente e multidisciplinar” (GONDRA, 1996, p. 172). Pires de Almeida, considerado por Nunes (1995) e Gondra (1996)

---

<sup>24</sup> Colaborou em vários jornais como *Provincia de S. Paulo*, o *Correio Paulistano*, o *Futuro*, o *Diario do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Noticias*, *Gazeta Universal*, *Agricultor*, *Mãe de Família*, *Jornal do Commercio* e outros do Rio de Janeiro (BLAKE, 1899).

<sup>25</sup> Escreveu as peças teatrais como “*Tiradentes ou o amor e o odio*” (1861), “*Fernando*” (1864), “*Retrato à bica de penna*” (1869), *João Brandão, a mata crianças, rei dos salteadores de Portugal* (1876), “*A Estatua de carne*” (1876), “*A festa dos craneos*” (1882), “*Lambary e Cambuquica*” (1896), “*A liberdade*” (sem referência de ano), “*A educação*” (sem referência de ano), “*Centenario do Sr. Sempre-viva*” (sem referência de ano), “*Um baptisado na cidade nova*” (sem referência de ano), “*Martyres da liberdade*” (sem referência de ano), “*O mulato*” (sem referência de ano), “*O trafico*” (sem referência de ano), “*Tempestade do coração*” (sem referência do ano), “*Prynea*” (sem referência de ano), “*Pascoa*” (sem referência de ano), “*Primor e penhor*” (sem referência de ano) (BLAKE, 1899).

<sup>26</sup> Além da obra estudada nessa dissertação, produziu e publicou também “*Officina na escola*” (1885), “*Elogio historico de D. Pedro I*” (1885), “*D. João V, rei de Portugal*” (1885), “*Estudo sobre o sete de abril*” (1887) e “*L’Agriculture et les industries au Brésil*”, de 1889 (BLAKE, 1899).

como um “típico intelectual do século XIX” que optou por escrever também sobre a educação. Além das produções sobre a instrução brasileira, Pires de Almeida foi autor de obras médicas que incluíram desde análises epidemiológicas até as de saneamento básico<sup>27</sup>. O autor escreveu ainda para jornais do Rio de Janeiro e foi editor-chefe do Jornal *L’Estafette du Brésil: Journal Politique, Littéraire et Commerciale*.<sup>28</sup>

Nessa trajetória, entendemos que dois fatos foram importantes para a sua escrita sobre a história da educação brasileira: a sua formação na Faculdade de Medicina e a sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Acreditamos que a formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o vínculo ao IHGB, foram fundamentais para a sua escrita, sobretudo a escrita sobre a educação e a educação profissional, que, como veremos, é influenciada pelo pensamento europeu. Uma despertou o interesse pela educação e a outra deu acesso a uma série de dados e documentos oficiais a respeito da história do Império.

Apesar de não localizarmos o período em que Pires de Almeida esteve vinculado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi possível verificar que o autor apresentou a sua dissertação<sup>29</sup> em 30 de setembro de 1871, data em que recebeu o título de doutor em medicina.

Segundo Gondra (2005) foi possível perceber que a intelectualidade médica formada na Faculdade de Medicina ao longo do século XIX esteve envolvida em um projeto realizado nas escolas cariocas. O autor afirma que no interior da ordem médica foi desenvolvido um modelo de organização escolar que “buscava selar a vontade de atender aos interesses do Estado e, simultaneamente, fomentar o culto à razão” (GONDRA, 2005, p. 1), sendo que

no minucioso projeto médico-higiênico, a localização e edificação dos prédios escolares configuraram-se nas preocupações iniciais, por intermédio das quais se objetivava afastar os escolares do mundo urbano, preservando-os não só das doenças, como da perniciosa ação moral que a cidade poderia exercer sobre os indivíduos em formação. A nova arquitetura, por sua vez, encontrava-se moldada para distribuir competências, hierarquias, disciplina e moral, objetivos perseguidos pelo acionamento de procedimentos cada vez mais específicos. Nesta direção, cobrindo, protegendo, modelando, limpando, nutrindo, hidratando, exercitando, robustecendo, regulando a eliminação dos resíduos corporais e apurando os sentidos, a escola, assim

<sup>27</sup> Nas produções médicas de Pires de Almeida, podemos destacar: “Parallelo entre duas escolas hystologicas, franceza e allemã” (1881), “Guia da Mulher Pejada” (1884), “Saude publica” (1887) e “A tísica e os tísicos” (1887) e “Esgoto das materias fecaes nos subúrbios” de 1897 (Blake, 1899).

<sup>28</sup> Apesar de ser escrito em francês, teve circulação no Rio de Janeiro. A edição localizada data de 14 de janeiro de 1874. Este exemplar encontra-se no setor de “Obras Raras” na seção de “Periódicos Raros” da Biblioteca Nacional e não se encontra disponível em meio eletrônico. A partir de uma leitura, o redator, Pires de Almeida, traz temáticas que envolvem a política, a literatura e o comércio.

<sup>29</sup> A dissertação apresentada por Pires de Almeida foi intitulada “Parallelo entre as duas escolas hystologicas, franceza e allemã”. Ao longo de 37 páginas, a produção tratou sobre a aplicação da eletricidade à terapêutica, medicação anestésica e da visão (BLAKE, 189).

constituída, materializa a crença no poder indeterminado da razão, a partir do que, o que pudesse ser considerado como algo da natureza humana é transformado em objeto de um planejamento e intervenção racional. (GONDRA, 2005, p. 5)

Havia uma preocupante realidade da Capital do Império que era vista em duas perspectivas: de longe, uma cidade belíssima repleta de riquezas naturais e de perto, uma cidade feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada. (GONDRA, 2005).

Nesse sentido, a medicina e a educação se convergiram no objetivo “eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios e grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado” (GONDRA, 2005, p. 2). O autor afirma ainda que a relação entre esses temas oportunizou a escrita de teses médicas em que “o tema da educação é abordado, a partir de ângulos e ênfases diferenciados.”<sup>30</sup> (GONDRA, 2005, p. 6).

É possível dizer que a educação escolar ganhou espaço na intelectualidade médica, em especial, a da Faculdade de Medicina que, levando em consideração o contexto civilizatório e moralizador, buscou atuar “no controle dos espaços, do tempo, da nutrição, das vestimentas, da sujeira, dos órgãos, dos sentidos, dos corpos, da inteligência e das vontades” (GONDRA, 2005, p. 5). Dessa maneira, educar e civilizar tornou-se um binômio no qual os médicos dessa faculdade sonhavam em “produzir um homem novo, diante das adversidades com que se referiam ao mundo tropical e ao seu povo.” (GONDRA, 2005, p. 6).

Certamente, essa inserção na Faculdade de Medicina e a possível participação no projeto médico para educar e civilizar os estudantes cariocas podem ter tido um impacto a ponto de sensibilizar o olhar de Pires de Almeida para a educação, uma vez que estava imerso em um movimento higienista que perpassou as escolas do Rio de Janeiro naquele momento.

Outro espaço de sociabilidade em que Pires de Almeida esteve inserido foi o IHGB<sup>31</sup>: foi nomeado membro honorário deste Instituto e posteriormente admitido como sócio<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Em sua obra, “A Arte de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial”, de 2004, José Gonçalves Gondra cita algumas obras que tiveram essa característica: “Quais os melhoramentos higienicos que devem ser introduzidos no Rio de Janeiro para tornar esta cidade mais saudável” de Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1884) e “Hygiene escolar” de Carlos R. de Vasconcellos (1888).

<sup>31</sup> Criado em 1838, tem como objetivo principal “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império, respeitando uma postura positivista de escrita da história” (Guimarães, 1988, p.12).

<sup>32</sup> Pires de Almeida também foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico da França, conforme publicação do Diário do Commercio de 29 de outubro de 1889. Nesta época, percebeu-se que o intelectual escreveu, periodicamente, para jornais franceses. Essas publicações tinham como objetivo central apresentar o Império brasileiro e suas riquezas.

De acordo com a edição trimensal da Revista IHGB de 1889<sup>33</sup>, a admissão de Pires de Almeida se deu pelas produções que se destacaram como um compromisso político com a construção de uma história nacional do Império. De certa forma, os autores da revista ressaltam que a escrita dele estava a serviço da Monarquia, destacando os feitos desse regime:

4.º A commissao de trabalhos historicos vem apresentar seu parecer acerca do Dr. José Ricardo Pires de Almeida, proposto para socio correspondente do Instituto. Foram juntas á proposta, como titulo á sua admissão, duas monografias: uma sobre D. Pedro I e outra sobre D. João VI, enriquecidas com documentos acima de toda excepção, e onde se expoem os factos de modo condigno e verdadeiro. Na primeira ha um apanhado da independência em todos os estados da America, que confrotado com os acontecimentos de 1822, mostra a espontaneidade d'este acto, que se fez sem derrame de uma só gota de sangue. Publicou o autor depois, em 1887, na *Gazeta de Noticias* no Rio de Janeiro um estudo sobre o Sete de Abril, que passou sem contestação por parte da critica, embora ahi se declarasse, que, perante a historia, a magnanimidade do acto de D. Pedro I deixou a perder de vista a manter seo juizo sobre a grandeza e espontaneidade dos actos do fundador do imperio, além dos documentos citados e que encontrou em abandono no archivo da camara municipal, conhecendo por tel-as vista no litoral, arrecadou e trouxe para esta cidade com immenso sacrificio as peças mandadas collocar em todo litoral por esse soberano para defender-se de aggressões que se esperavam por parte da metropole. Ainda sobre a historia pátria escreveo em francez por destinar-se a dar fóra do paiz a medida exacta de nosso adiantamento em materia de instrucção a *História e legislação da instrucção publica no Brazil*, livro que acaba de ser publicado com 1138 pags. in-8º e que está sendo distribuído gratuitamente na Europa. No lugar, que exerce, de archivista da camara municipal, o dr. Pires de Almeida salvou do esquecimento e provavelmente da ruina, o archivo historico, já promovendo uma expozição na propria camara, já effectuando outra por occazião da expozição da sociedade de geographia. Além das obras citadas [...] Officina na escola. Dr. Pires de Almeida emfim tem titulos bastantes, que o tornam merecedor de occupar uma cadeira no Instituto.<sup>34</sup> (REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO, ACTAS DAS SESSÕES EM 1889, p. 479-480).

O IHGB era uma das sustentações do regime imperial, sendo composto por médicos, engenheiros, advogados e pessoas com destaque social (NUNES, 1995). Caracterizava-se pela produção de uma história interessada, que contemplava apenas a população branca, desconsiderando assim os negros, índios, mestiços e demais povos, uma vez que eram considerados um “fardo social” (GUIMARÃES, 1988).

O IHGB “tinha como principal objetivo auxiliar o País no alcance da civilidade, da qual buscava atingir vários segmentos do País”, segundo Nunes (1995, p 56). Intentava também reconhecer a Nação Brasileira como “continuadora” do processo civilizatório iniciado pela

<sup>33</sup> Atualmente, a sede do IHGB está localizada na região central do Rio de Janeiro. Durante as pesquisas, foi possível identificar, nas revistas do Instituto que foram publicadas na época estudada, a inserção do intelectual nesta associação bem como o prestígio ao ser apresentado nas edições em que é citado.

<sup>34</sup> A reprodução desta nota da Revista IHGB, na presente dissertação, foi autorizada mediante pagamento de taxa no valor de R\$15,00, conforme orientação do referido Instituto por e-mail.

Colônia. Em suma, desejava-se “forjar uma identidade para o País, na qual a monarquia, a religião católica, a civilização ocidental e a raça branca fossem os seus esteios” (VIEIRA, 2015, p. 757).

A criação do IHGB foi inspirada no Institut Historique de Paris, sendo uma “instituição fundamental da elite imperial nesta missão de definir uma visão brasileira do Brasil” (ALONSO, 2002, p. 58), e complementa ainda dizendo que esse Instituto “produziu uma história nacional e uma definição da brasilidade que unificava Nação, Estado e Coroa.” (ALONSO, 2002, p. 58).

Podemos perceber que esse Instituto foi criado para que fosse possível sistematizar a história do país a fim de contribuir para o desenho dos contornos do Estado Nacional em formação, o que garantiria, segundo os seus associados, a construção da identidade brasileira no século XIX. Todos os esforços deste projeto de sistematização da história nacional tinham como foco central apresentar as ações imperiais na Nação Brasileira, a fim de assegurar a continuidade desse regime no país.

Nesse processo de construção histórica, algumas das produções eram encomendadas pelo governo imperial a fim de garantir ao país a participação nas exposições nacionais e internacionais<sup>35</sup>. Era uma forma de apresentar a Nação como um espaço próspero, exemplar e com extensão territorial considerável.

Certamente, estar vinculado a este instituto que representava “a moderna e científica concepção da história” (VIEIRA, 2015); simbolizava certo *status* social e também intelectual. Era uma elite pensante, presente nos grandes centros urbanos, que produzia em defesa ao regime monárquico brasileiro e também possibilitava, sob a ótica de seus membros, a construção de uma história nacional.

E, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. E de novo uma certa postura iluminista - O esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto

---

<sup>35</sup> As exposições internacionais iniciadas em 1851, em Londres, tiveram uma expressão marcante na sociedade ocidental. Nelas, os diversos Países expunham aos visitantes as suas peculiaridades e os elementos caracterizadores da sua condição de membros do “concerto das nações” civilizadas. Em torno desses eventos organizaram-se exposições de caráter nacional, congressos nacionais e internacionais e exposições dedicadas a temas específicos. A cada exposição anunciava-se o trilhar da nação rumo ao progresso, amparada pela ciência, pela indústria e pela técnica. Cada um dos setores e das instituições que representariam os pilares da civilização “moderna” estavam representadas nos grandes grupos em que se subdividia a organização dessas mostras, entre elas a educação (KUHLMANN JR., 1996 *apud* KUHLMANN JR., 1999, p.160).

da sociedade - que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro. (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Nesse bojo, Vieira (2015) aponta que Pires de Almeida “foi considerado autor autorizado para enunciar o discurso sobre a instrução pública no Brasil, ao passo que, além de homem, branco, médico, jornalista e escritor, ele era monarquista convicto e membro do honorário no IHGB” (VIEIRA, 2015, p. 757).

É possível dizer que o período em que esteve vinculado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o fato de ter sido membro honorário do IHGB aproximou Pires de Almeida do contexto da educação e possibilitou sua escrita sobre essa temática.

Do ponto de vista da iniciativa prática da instrução, encontramos apenas uma associação que Pires de Almeida criou em parceria e exerceu o cargo de diretor técnico. De acordo com a edição do jornal Diário de Notícias de 19 de julho de 1890, os parceiros de Pires de Almeida nesse projeto foram: Andreilino Leite de Barcellos,<sup>36</sup> que foi o presidente, Honorio Hermeto Côrrea da Costa,<sup>37</sup> que atuou como secretário, Antônio Soares de Almeida,<sup>38</sup> sendo o tesoureiro e Nuno Álvares Pereira de Souto,<sup>39</sup> que exerceu o cargo de gerente. Essa cooperativa de ensino foi criada com o sentido de agenciar meninos para que pudessem estudar em diferentes lugares do Brasil e até mesmo no exterior.

De acordo com a edição do Diário de Notícias de 26 de junho de 1890, o autor da reportagem notícia sobre a abertura desse local e, conforme anexo 1 dessa dissertação, há numa página inteira desse mesmo jornal, uma divulgação da cooperativa em 19 de julho de 1890.

#### Cooperativa de Ensino

Pelos srs. dr. Pires de Almeida e Nuno Alvares veo ser lançada, na proxima semana, uma empreza que nos parece merecedora das maiores sympathias. Mediante a insignificante annuidade de 63000 (?), por espaço de tres annos, e que tanto póde ser paga anualmente, como 500 rs. mensalmente ou 250 rs. quinzenalmente, os mutuantes garantem a seus filhos, afilhados ou protegidos, o ensino primário, secundário, superior e até profissional, em escola e collegios creados

<sup>36</sup> De acordo com a tese de doutorado “A escravidão em São Mateus/ES: economia e demografia (1848-1888)”, de Maria do Carmo Oliveira Russo (2011), apesar de não se localizar dados biográficos de Andreilino Leite de Barcellos, foi possível dizer que ele tenha sido um grande proprietário de terras. Essa possibilidade se justifica, pois na tabela apresentada pela autora na página 110, o nome dele aparece em primeiro lugar entre os vendedores de escravos no período entre 1863-1887.

<sup>37</sup> Não foi possível localizar a biografia de Honorio Hermeto Correa da Costa. Encontramos uma nota sobre seu falecimento no acervo digital Arquivo Público Mineiro, que aponta sobre o nascimento dele, em 1877, e a morte, em 5 de fevereiro de 1939.

Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata\\_brtdocs/photo.php?lid=31918](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/photo.php?lid=31918)>. Acesso em 27 de jul. 2019.

<sup>38</sup> Não foi possível localizar a biografia sobre Antônio Soares de Almeida.

<sup>39</sup> Não foi possível localizar a biografia de Nuno Álvares Pereira de Souto.

nos differentes Estados brasileiros ou internacionaes, em Paris, Londres, Vienna, Bruxellas, Leipzig, Nova-York, etc., garantindo mais áquelles que se educam aqui o aperfeiçoamento de seus estudos, por meio de pensões, na Europa e nos Estados Unidos, com a permanencia minima de tres anos.

Os mutuados, que, n'esse entretempo, cahirem em orphandade, serão recolhidos a escola martenaes, especialmente, creados para esse humanitário fim.

Se esta empreza cumprir à risca o seu plano, que aliás nos parece excellente, terá enchido uma das nossas mais urgentes necessidades práticas. (Da Cidade do Rio, Diário de Notícias, 26 de junho de 1890, p. 4).

Não foram localizadas outras notícias que tratam sobre o período em que esta cooperativa de ensino esteve ativa, bem como as repercussões desse empreendimento, que ocorreu no período republicano.

Pires de Almeida faleceu em 24 de setembro de 1913, aos 70 anos de idade. Uma característica pessoal que se destacou nele é o fato de ser um sujeito erudito. Essa erudição pode ser percebida pelo acervo pessoal de numerosas estampas e fotogravuras de artistas como Rugendas e Debret (BLAKE, 1899). Com a sua morte, estas foram doadas para o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, Distrito Federal e para a Biblioteca Nacional<sup>40</sup>.

Ao abordar de maneira breve os pertencimentos e lugares de sociabilidade de Pires de Almeida, que consideramos relevantes na sua inserção no debate sobre a educação e a educação profissional, pretendemos, a partir daqui, apresentar as obras “Officina na Escola” (1886) e “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”.

## **2.2. A escrita de Pires de Almeida sobre a educação.**

Entre as obras publicadas, Pires de Almeida foi reconhecido também pela escrita sobre a educação e a educação profissional. Em sintonia com o seu posicionamento político – conservador – ele entrou no efervescente debate ao destacar as iniciativas do Império para a educação e educação profissional e mostrar, sob sua ótica, a evolução da instrução pública brasileira. Sobre a educação, foi possível detectar duas obras do autor, uma intitulada “Officina na Escola” (1886) e a outra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” (1889).

---

<sup>40</sup> Cerca de dois meses após o falecimento dele, o filho Ernesto faz doações de obras e estampas do pai e este fato é publicado no jornal O Paiz, na edição de 18 de dezembro de 1913.

Em “Officina na Escola”, Pires de Almeida destacou o fato de o Imperador manter, às suas expensas, duas escolas profissionais: a Escola da Quinta da Boa Vista e a do Curato de Santa Cruz, considerando-as “escolas-modelos” (ALMEIDA, 1885, p. 16) para o país.

Pires de Almeida permaneceu no movimento que buscava sustentar a Monarquia, mostrando a preocupação do regime imperial com a educação e a educação profissional. Nesse bojo, o intelectual escreveu e publicou uma obra que é reconhecida por ser a primeira a tratar sobre a história da educação brasileira: “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889. Nessa obra, o autor destacou a instrução primária, secundária, a educação superior pública, bem como o ensino profissional que é o objeto dessa dissertação. O autor utilizou dados estatísticos e fez comparações entre países, sobretudo as repúblicas. Também discutiu conceitos como gratuidade, obrigatoriedade, instrução, moralidade e enalteceu, no seu entendimento, indivíduos que se preocuparam em promover a instrução do país.

Nesse sentido, para construir esse enredo histórico sobre a educação profissional, além do acesso a dados estatísticos, obtidos, certamente no IHGB, devido a sua vinculação a este Instituto, Pires de Almeida também recorreu a autores nacionais e internacionais para inspirar suas ideias sobre este tipo de ensino. Os saberes disponíveis contribuíram para que o autor fundamentasse suas teorias e produzisse a obra que destacamos, a qual é a considerada a primeira a tratar sobre a história da instrução pública do país.

### 2.2.1 Oficina na escola: o ensino profissional em prática nas escolas do Imperador.

Impressa pela Lombaerts & Comp., a obra supracitada tem ao longo de vinte e cinco páginas em coluna dupla, um explícito esforço do autor para mostrar a preocupação do Imperador com o preparo do trabalhador nacional. Isso se consolida na criação de duas escolas destinadas ao ensino profissional: as Escolas-oficinas de Boa Vista e de Santa Cruz. Uma para atender aos funcionários da fazenda e a outra, destinada aos libertos.

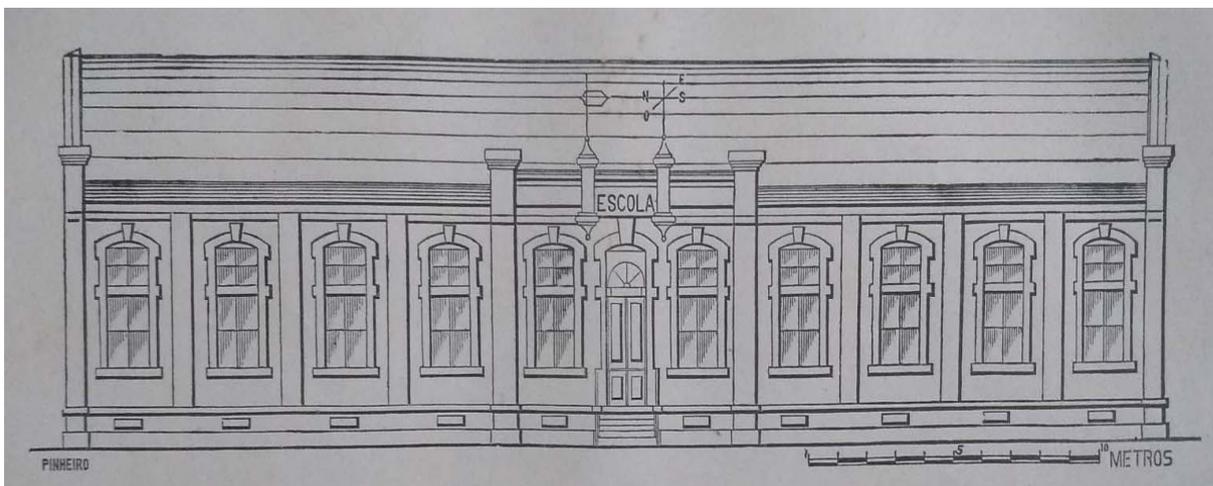
Nessa obra, Pires de Almeida ocupou  $\frac{3}{4}$  do espaço disponível relatando a história da educação profissional de outros países. De maneira extensa, ele teceu o contexto histórico da educação profissional, a nível mundial, afirmando que essa iniciativa do Imperador não destoava da realidade do mundo e fazendo parte de um cenário de mudanças capitalistas. A Monarquia estaria seguindo os grandes exemplos de sucesso. O autor também defendeu que o Império se preocupava com essas mudanças vividas pelo país, ao criar espaços considerado uma referência para a aprendizagem de ofícios.

De certa forma, quis mostrar que a proposta da educação profissional pertencia a um movimento mundial, iniciado na França. Na produção “Officina na escola”, apresentou o programa de ensino bem como a estrutura das escolas francesas. Podemos dizer que essas escolas foram um modelo desejado na criação desses espaços no país, mostrando o que era necessário fazer e de que forma seriam organizadas.

Outra característica presente na obra foi o tom laudatório ao governo imperial, em especial, ao Imperador, tom que se fez presente na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, que comparou o Imperador aos homens inteligentes da humanidade, que, por seus feitos mudaram o rumo da história mundial. “Homens a frente de seu tempo” (Almeida, 1886, p. 7).

Nas páginas finais da obra, o autor tratou sobre a educação profissional no país. Percebemos que havia pouco a ser dito. O ensino técnico ainda estava dando os seus primeiros passos no Brasil. Percebia-se a sua necessidade, mas as iniciativas existentes eram pouco efetivas. Nesse bojo, Pires de Almeida teceu uma crítica ao dizer que as províncias ainda não tinham entendido o que era o ensino profissional e que as escolas do Imperador, eram, na verdade, modelos que deveriam ser vistos, entendidos e copiados pelo país.

**Figura 2** - Escola-Officina de Santa Cruz.



**Fonte:** Officina na Escola (ALMEIDA, 1885, p. 11)

**Figura 3** - Escola-Officina de Bôa-Vista.



**Fonte:** Officina na Escola (ALMEIDA, 1885, p. 13)

A publicação dessa obra repercutiu nos jornais cariocas. Trataram-na como um belo trabalho, dedicado à Princesa Isabel no dia do seu aniversário. O jornalista apresentou a organização da obra, destacando a abordagem histórica sobre a educação profissional e a generosidade do Imperador em manter duas escolas que ofereciam esse tipo de ensino em espaços com boa estrutura e um programa de ensino de qualidade:

*A Officina na Escola* é um bello trabalho com que o sr. Pires d’Almeida mais uma vez provou o seu profundo amor ao cultivo litterario e sincera dedicação a Familia Imperial, pois dedicando essa sua nova producção a S. A. Imperial, no dia de seu anniversario, tomou por assumpto a introducção da officina nas escolas primarias da quinta da Boa Vista e da fazenda de Santa Cruz, realisada pela generosa iniciativa do augusto fundador e mantenedor das mesmas escolas e officinas.

Depois de uma bem lançada introducção, na qual o autor lança um olhar retrospectivo pela historia do ensino profissional, descreve-nos elle aquellas duas escolas já como singellos mas grosseiros edificios architectonicos, já como executores de um programma de ensino, cuja harmonia de materiais e superioridade de vistas, deixa entrever a mão da mais alta proficiência no assumpto, a qual sinão organisou pelo menos retocou esse programma-modelo. (O RIO DE JANEIRO, 5 de agosto de 1886, p. 3).<sup>41</sup>

A obra circulou na sociedade carioca. Este fato é evidenciado na publicação do Jornal Diário de Notícias na edição de 30 de julho de 1886, ao noticiar que a obra “Officina na escola” foi distribuída em uma solenidade para comemorar a libertação de escravos, e que contou com

<sup>41</sup> No dia seguinte, o jornal corrigiu uma que palavra errada que foi publicada na notícia sobre a obra: ERRATA – Na noticia que hontem demos respeito da ultima publicação do sr. dr. Pires de Almeida *A officina na escola* - onde diz: - descreve-nos elle as duas escolas já como singelos mas grosseiros edificios – lêa-se – graciosos. Grosseira seria a nossa se a sim considerássemos esse [...] trabalho [...] contra quem alias não temos a menor queixa. (O RIO DE JANEIRO, 6 de agosto de 1886, p.1).

a presença do Imperador. É importante ressaltar que em uma dessas escolas atendiam-se os libertos, que agora compunham a classe trabalhadora do país.

Certamente, a distribuição dessa obra foi uma estratégia interessante no momento em que cresciam os discursos em torno da educação profissional no país. É possível considerar essa estratégia como uma forma de convencer as elites da importância da educação profissional aos libertos e também que não bastaria libertar os escravos, era preciso qualificar essa mão de obra.

Como vimos no capítulo anterior, esse foi um período marcado pela transição da forma do trabalho: escravo para trabalhador livre. Por pressão interna e externa, a escravidão foi condenada e o liberto passou a engrossar a camada de trabalhadores nacionais. Escrever essa obra foi uma forma de mostrar para a sociedade que, além do aporte legal, havia um apoio prático, e este foi consolidado nas escolas do Imperador. Eram modelos que deveriam ser disseminados no país, pois era necessário ter escolas que atendiam à nova sociedade baseada nas relações capitalistas.

Neste primeiro trabalho sobre a educação profissional, Pires de Almeida defendeu a postura, que ele considerou, generosa e visionária do Imperador ao manter duas escolas-modelo de ensino profissional. Nesse sentido, se de um lado havia uma defesa para a permanência da escravidão, de outro, Pires de Almeida jogou luz na preocupação do Império com a formação dos cidadãos e trabalhadores, tanto que o próprio Imperador criou essas duas escolas.

### 2.2.2 Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação.

No ano de publicação de “Officina na Escola”, 1886, Pires de Almeida iniciou seu segundo empreendimento a respeito da educação, pelo qual o faz ser reconhecido nos dias de hoje e uma referência na história da educação brasileira. Trata-se da obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”. Essa produção foi dedicada a sua alteza real, ao Sr. Gastão d’Orleans, o conde d’Eu, Marechal do Exército Brasileiro e genro do Imperador.

A escrita dessa obra foi motivada para participar do Pavilhão da Educação que aconteceu na Exposição Internacional de Paris, entre 6 de maio a 31 de outubro de 1889.

**Figura 4** - Exposição Universal de Paris: exposição brasileira. Área externa do Pavilhão do Brasil, 1889. Paris, França / Acervo Arquivo Nacional.



**Fonte:** Brasiliana Fotográfica. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5654>. Acesso em: maio 2019.

Kuhlmann Júnior (2001) é um dos autores que se propõe a discutir sobre a importância dessas exposições internacionais que ocorreram entre 1851 a 1922 e destaca também a participação do Brasil nesses eventos.

Esses verdadeiros “espetáculos capitalistas” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 38) tinham um expressivo impacto social. Apresentavam para o mundo o que cada nação tinha de melhor. Essas exposições eram verdadeiras “vitrines do progresso” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 34) que tinham como objetivo valorizar a modernidade e riquezas do país e também produzir um sentimento de nacionalidade.

Apesar de não termos indícios sobre as encomendas de obras para a Exposição Universal de Paris de 1889, segundo Kuhlmann Júnior (2001), dois livros foram produzidos para este evento: “O Brasil” de Santa Anna Nery<sup>42</sup> e a “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de Pires de Almeida.

Segundo Nunes (1995), essa “primeira história sistematizada da educação brasileira, foi destinada aos leitores europeus e não educadores brasileiros. Elaborada para oferecer uma imagem da educação brasileira nos congressos pedagógicos internacionais” (NUNES, 1995, p. 52), pois foi destinada a uma elite que certamente poderia ser convencida dos avanços da

---

<sup>42</sup> Segundo Lima (2015) “O jornalista Frederico José de Santa Anna Nery (1848-Brasil -1901-França) teve um importante papel como divulgador ‘das coisas brasileiras’ em Paris” (Idem, 2015, p. 1). Segundo a autora, na obra “Le Brésil”, Santana Nery se propôs a discutir sobre a história da educação brasileira.

educação no Império, a partir da leitura da obra. Nesse sentido, a autora destaca que “sua obra de divulgação da instrução pública no Brasil é uma espécie de grito pela sobrevivência social de uma classe.” (NUNES, 1995, p. 56), uma vez que foi produzida por um médico, conservador e defensor da Monarquia.

Há de se considerar também o fato de a obra ser dedicada ao conde D’Eu, Marechal do Exército Brasileiro e genro do Imperador, o que aponta que o “elogio à Coroa, era portanto, coerente com a sua defesa de ordem, do princípio monárquico em contraposição ao princípio democrático. (NUNES, 1995, p. 56). Gondra (1996) corrobora com esse pensamento ao dizer que “a obra se torna, por assim dizer, uma representação da ordem desejada pela autoridade a quem o livro foi dedicado e submetido” (GONDRA, 1996, p. 173). O tom laudatório de Pires de Almeida ao dedicar a obra ao conde D’Eu, certamente, pode ser visto como o posicionamento político dele, que por ser conservador, defendia a ordem e o regime vigente.

Gondra (1996) destaca que a escrita de Pires de Almeida foi motivada frente ao silêncio dos escritores, uma vez que se calaram em tratar sobre a instrução pública do país. Dessa forma, o autor “é motivado pelo dever, pela necessidade de reestabelecer a verdade baseada nos fatos, de que o Brasil, é certamente, dentre todos os países da América do Sul, aquele quem maiores provas deu de amor ao progresso e à perseverança na trilha da civilização” (GONDRA, 1996, p. 173). Para Pires de Almeida, a sua escrita era uma resposta às elites nacionais e internacionais que o regime monárquico era o mais apropriado para a consolidação do Estado Nacional, sendo que “o texto produzido é destinado para um público interno extremamente limitado do ponto de vista quantitativo, sendo esse mapeamento, deste modo, voltado, sobretudo, para uma elite ligada a monarquia” (GONDRA, 1996, p. 174). Gondra (1996) ainda afirma que a escrita de Pires de Almeida serviu para reforçar a ordem monárquica, uma vez que “é a voz do dono (Estado), registrada pelo dono da voz (aquele que estão autorizadas a registrá-la). Uma voz ecoa na outra e toma de forma de escrita” (GONDRA, 1996, p. 174). O autor aponta que o conteúdo da escrita de Pires de Almeida possuía um teor cujo conteúdo era enaltecer a fé e a monarquia, e assim sendo, o regime de Deus e do Rei. Esses eram elementos presentes no sistema monárquico (ALONSO, 2002), conforme vimos no capítulo anterior.

Vieira (2015) aponta que a obra do autor realçou os feitos do governo monárquico para a instrução pública, sendo que “Pires de Almeida, engajado na política do seu tempo, evidencia assim a sua visão de mundo conservadora e a sua posição política nitidamente sintonizada com o discurso monarquista e nacionalista” (VIEIRA, 2015, p. 758).

Nesse bojo, Vieira (2015) tece uma crítica à postura de Pires de Almeida enquanto escritor: não se comporta apenas como historiador da educação, mas evidencia constantemente seus apontamentos e opiniões:

Pires de Almeida, apesar do esforço para se manter dentro do ideal do comportamento do historiador metódico e fiel aos fatos e a verdade, não revela a mesma capacidade, à medida que sua escrita evidencia explícita e frequentemente os seus juízos de valor motivados claramente pela sua ideologia política, crença religiosa, preconceitos raciais e pela soberba de elite culta, em um país em que a imensa maioria da população não tinha acesso sequer à educação primária. (VIEIRA, 2015, p. 767).

Vieira (2015) aponta que a escrita de Pires de Almeida, imbuída de paixão, visava na verdade persuadir e mobilizar o seleto grupo de leitores, buscando convencê-los que o Império estava contribuindo para o progresso do país, sobretudo na educação, e não precisava ser substituído.

Do ponto de vista do conteúdo, a obra é dividida em Introdução, onde o autor trata rapidamente sobre a colônia. Depois é dividida em duas épocas, sendo a primeira da Independência ao Ato Adicional (1822-1834) e a segunda, abordando o período de 1834 a 1889, foi subdividida em duas partes: de 1834 a 1856 e de 1856 a 1889. É importante destacar que cerca de 50% da obra se ocupa do período mais contemporâneo ao autor, compreendendo o período de 1856 a 1889. Sobre essa organização, Vieira (2015) destaca que:

O recorte temporal definido pelo autor (1549-1889) não se revela explorado igualmente no livro, pois os períodos Colonial e o Primeiro Reinado foram explorados apenas minimamente. Não obstante, após o Ato Adicional de 1834, a narrativa ganha muito em detalhes e análises, que foram apoiadas em amplo e diversificado *corpus documental*. Muitos documentos foram transcritos no livro e a reunião desses dados justificou-se pela intenção de Pires de Almeida de comparar os índices de instrução atingidos pelo Brasil em relação aos demais países da América Latina, Europa e América do Norte. Essa estratégia evidencia a pretensão do autor de mostrar as iniciativas da monarquia brasileira em termos de investimentos financeiros, aporte jurídico e institucionalização da instrução pública no país. A demonstração desse empreendimento permitiria a Pires de Almeida apresentar o Brasil como o representante dileto do legado da cultura ocidental na América do Sul. (VIEIRA, 2015, P. 754).

A obra foi organizada da seguinte forma<sup>43</sup>, como se vê no Quadro 3:

---

<sup>43</sup> Na Introdução, explicamos sobre a versão da obra utilizada.

**Quadro 3** - Organização da obra: versão traduzida do ano 2000.

<b>DISTRIBUIÇÃO</b>		<b>PÁGINAS</b>
Apresentação do tradutor Antônio Chizzotti		05-06
Comentário sobre a edição crítica		07
Sumário		09
Índice de documentos		11-12
Índice de quadros		13-14
À sua Alteza Real (dedicatória do autor ao Conde D'Eu)		15-16
Prefácio ao autor		17-23
Introdução (a instrução na colônia)		25-52
A Instrução Pública no Brasil depois da Independência	<b>1º Época:</b> Da Independência ao Ato Adicional	53-64
	<b>2º Época:</b> Do Ato Adicional aos dias de hoje	
	<b>1º período:</b> 1834-1856	64-98
	<b>2º período:</b> 1857-1889	98-307
Anexo: Documentos referidos na Introdução		309-334

**Fonte:** elaborado pela autora, com base em Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação (2000)

Na versão original, a obra possui a seguinte distribuição, explicitada no Quadro 4:

**Quadro 4** - Organização da obra: versão original do ano de 1889.

<b>DISTRIBUIÇÃO</b>		<b>PÁGINAS</b>
A Son Altesse Royale		VII-XI
Préface		XIII-XXXVI
Avant-propos		01-146
L'Instruccion Publique au Brésil Depuis L'Indépendance jusqu'a nos jours		147-182
Instruction primaire	<b>1º ÉPOQUE:</b> De l'ndépendance à Acte Additionnel	182-190
	<b>1º periode:</b> 1834-1856	190-248
Instruccion Secondaire	<b>2º ÉPOQUE:</b> De l'Acte Additionnel jusqu'à nos jours	
	<b>1º periode:</b> 1834-1856	248-298
	<b>2º período:</b> 1857 à nos jours	298-1102

**Fonte:** elaborado pela autora, com base em L'Instruccion Publique au Brésil – Histoire-Legislation, 1889.

Percebemos que, além da intenção de reconhecer os avanços monárquicos e de defender a Monarquia como um regime moderno que incentivava a educação dos cidadãos e trabalhadores, Pires de Almeida também teve a obra como uma estratégia para atrair imigrantes. O autor escreveu para que o mundo conhecesse o país. Na edição do Diário de Notícias de 30 de dezembro de 1888, o autor dessa publicação expõe essa intenção de Pires de Almeida:

PROPAGANDA DOS PRODUCTOS NATURAES DO BRAZIL

(...)

Para o Dr. Pires de Almeida a exposição de 89 é um simples pretexto, que coincide perfeitamente com as condições actuaes, isto é, com a necessidade em que nos

achamos de tornar conhecido o paiz fóra d'aqui, uma vez vencido o obstaculo que se oppunha á corrente immigradora; é uma feliz ocasião de tonar conhecido nosso territorio e com elle todas as suas riquezas, em maior parte ignoradas, attrahido braços, capitaes e intelligencias.

Na sua opinião, essa grande festa do trabalho, que deve reunir todos os interessados em resolver as grandes questões sociaes que se têm agitado n'estes ultimos tempos, o [...] aquellas eu procuram melhorar as condições dos paizes cuja população se tem tornado por tal fôrma densa, que impede o "*streggie por life*" cada vez mais [...] tivamente, essa grande festa do trabalho, repetimos, deve ser principalmente para o Brazil a ocasião mais propicia para realizar rapidamente o programma do gabinete 10 de Março, programma que se resume em duas palavras: desenvolver as suas riquezas naturaes e attrahir a colonização.

Para isso, Sr. Dr. Pires de Almeida, pretende organizar um corpo de re[...]ção composto de cidadãos que representem as provincias, encarregando-se cada um de escrever sobre a provincia que lhe deu o berço ou sobre a qual tenha estudos especiaes, e publicar – duas vezes por semanas – nos jornaes de Paris, esses artigos, reproduzindo-os depois nos da Suissa, Belgica, Hespanha, Italia, Allemanha, Portugal; devendo esses artigos esclarecer de preferencia em tudo quanto mais de perto possa interessar ao imigrante.

Levado pelo entusiasmo que faz prover os grandes resultados d'esta idéa, o Dr. Pires de Almeida já escreveu a varios jornaes europeus, firmando com elles contratos provisorios para a execução do seu plano; comprehendendo porém, que não deve tomar sobre seus hombros unicamente tão pesada empreza, recorre ao auxilio de tantos quantos se interessam pelo engrandecimento da patria, creando n'esta redacção um ponto central dirigente de tão promettedora propaganda.

Para esse centro vae o Sr. Dr. Pires de Almeida recorrer ás luzes, saber e patriotismo dos seguintes Srs: pelo Rio de Janeiro, S. A. o principe D. Pedro Augusto, pelo Maranhão, o Dr. Ennes de Souza; [...]; pela provincia de Minas Geraes, o professor Gerceix; pelo Paraná, Dr. André Rebouças; pelo Matto Grosso, o Dr. Corrêa da Costa; pelo Amazonas, o Dr. Barbosa Rodrigues; e outros cidadãos que a seu tempo serão lembrados.

Incontestavelmente esse plano, bem encaminhado, deve produzir os melhores resultados. Pequenos artigos, bem variados exactos, publicados periodicamente n'um certo numero de jornaes, durante a exposição, e reproduzidos depois nos demais centros europeus, com o fim sempre de chamar a attenção para o Brazil, e assim auxiliar o governo na propaganda de colonização: conseguir [...] realizando ao mesmo tempo a aspiração de todos os brasileiros, que reclamam [insamente?] para suas provincias o erudito estado para a colonização, o que entretanto não se pode obter sem propaganda intelligente e bem dirigida.

O imigrante, ou – para melhor – o colono que dispõe-se a abandonar sua patria em busca de trabalho e fortuna e menos que não seja um aventureiro não deve fazel-o á mercê do acaso, correndo atraz do desconhecido; e para que [...] possa aproveitar tanto o seu [...]

Taes publicações nos jornaes parisienses e reproduzidos nos de outros paizes em que [...] tomar conhecido o Brazil, combaterão o não effeito produzido pelas falsas nações que têm os estrangeiros d'esta parte do mundo, as quaes concorrem entretanto para [afastar?] não só o emigrante como o colono intelligente, que pôde trazer nos o auxilio de sua industria.

Cumpre realmente que nos [encontremos?] do pensamento principal do plano do Dr. Pires de Almeida, que é: não são unicamente os trabalhadores ignorantes, que devemos attrahir, mas também as intelligencias profissionais, braços adestrados á industria, afim de conseguirmos attingir o grão de desenvolvimento a que já chegaram os Estados-Unidos entre os povos que souberam fazer progredir ao mesmo tempo a sua agricultura e a sua industria.

Limitando nos a esta simples noticia do plano patriotico do Dr. Pires de Almeida, o qual abraçamos com toda a sinceridade de que são susceptiveis os [...] brasileiros, coloca [...] desde ja a sua disposição o nosso escriptorio para o centro dirigente da redacção que pretende organizar para tal fim. (DIARIO DE NOTICIAS, RJ, 30 de dezembro de 1888, p. 1).

Na publicação, podemos perceber que o autor viu, na Exposição Universal de 1889, uma oportunidade para que o Brasil fosse visto. Desejava-se chamar a atenção do país para que atraísse riquezas, investimentos, indústrias e mão-de-obra qualificada, através da imigração. De acordo com essa notícia, Pires de Almeida começou a escrever quinzenalmente para os jornais europeus. Utilizando uma linguagem clara e atrativa, Pires de Almeida desejava esclarecer e mostrar o que o país tinha de bom, sob a sua visão. Essas produções contaram com a contribuição de pessoas, nas diversas províncias brasileiras, que descreviam as riquezas de cada local. O autor deixou claro que essa iniciativa era uma forma de fazer valer o programa de colonização definido pelo Império.

Percebemos que Pires de Almeida atuava como um sustentador do regime e tinha na escrita ferramentas para dizer ao mundo e aos críticos do Império, que esta forma de governo era a que mais se preocupava com a educação. Além disso, o país possuía muitas riquezas que poderiam lucrativas aos imigrantes que aqui se instalassem.

Essa produção repercutiu nos jornais da época. Tal fato destaca que a escrita da obra não foi vista como um mero amontoado de informações, mas como um material que abriu espaço para discussões que ecoaram na sociedade carioca, conforme veremos no próximo tópico.

### **2.3 Repercussões do projeto de escrita da obra Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889): História e Legislação.**

Ao longo da escrita de Pires de Almeida, foram localizadas publicações em jornais que discutiam essa produção do autor. Estas notícias, em sua maioria, estavam em colunas centrais dos periódicos e nas primeiras páginas. Possivelmente, esse lugar especial nas notícias de jornais dava a ideia da importância dessas publicações.

Como vimos, a escrita da obra sobre a história da instrução pública foi iniciada no ano de publicação de “Officina na Escola”, em 1886. Segundo a edição do Jornal Diário de Notícias de 4 de novembro de 1886, Pires de Almeida solicitou aos professores e “amantes da pátria” que colaborassem com informações sobre a educação nacional. Essas contribuições seriam fontes de informações para compor a obra. Essa proposta era considerada um verdadeiro empreendimento patriótico que apresentaria os avanços intelectuais do país:

(...)

Como se sabe, a França prepara uma grande exposição universal para comemorar o centenário da Revolução de 1789.

O conhecido escritor Sr. Dr. Pires de Almeida, julgando que « nenhum outro assumpto será mais digno de aparecer nessa extraordinaria festa, pois dará a exacta medida do nosso adiantamento intelectual » emprehenden e faz verter para a língua franceza a *Historia e legislação da instrucção publica no Brazil*.

O Sr. Dr. Pires de Almeida, n'uma circular profosamente distribuída pede o auxílio de todos quantos vivem e curam do magistério, e amam as letras pátrias.

Estou convencido de que não faltará ao distincto escritor o auxílio que solicita para levar ao cabo o seu patriótico emprehendimento [...]. (JORNAL DIARIO DE NOTÍCIAS, RJ, 4 de novembro de 1886, p. 1)

Durante o processo de escrita da obra, a produção de Pires de Almeida também ganhou espaço na coluna “De Palanque” de autoria do ELOY, O ARÓHE<sup>44</sup> que criticou a obra:

#### DE PALANQUE

Estou convencido de que não faltará ao distincto escritor o auxilio que solicita para levar ao cabo o seu patriotico emprehendimento; mas – com franqueza! – isto de figurarmos n'uma exposição universal como legisladores de instrucção pública, não me palpita, nem me cheira.

Que diabo! A história da nossa legislação sobre instrucção pública é coisa tão interessante, que mereça ser contada aos povos de além-mar? A estatística dos nossos analphabetos não irá espantar aquella gente, e argmentar a camada de ridiculo que nos cobre?

Dado que alguma coisa particularmente lisonjeira para nós, encerre a história da nossa instrucção, essa cousa será, sem duvida nenhuma, phantasia de patriota, patriotada de visionario.

O outro dia sabiamos, por um telegramma de Buenos-Ayres que nesta cidade haviam sido inauguradas na mesma ocasião quarenta escolas: que dia iremos nós antepor á muda eloquencia dessa noticia? Para que assoalharmos a nossa inferioridade, e jactarmo nos de uma legislação que não é senão copia servil das legislações alheias? Deixemo-nos estar aqui muito quietinhos com as nossas escolas-palacios, e sejamos como aquelle capitão-mór da comedia, que não se gabava de prendas que não tinha. Não nos esquecemos de que somos um povo essencialmente agrícola, e só como tal procuremos embasbocar a Estranja. Aspirações de certa ordem só as tenhamos quando soubermos ler por cima.

Por ora, lemos muito por baixo. (DIARIO DE NOTICIAS, RJ, 4 de novembro de 1886, p.1)

O colunista buscou nesta publicação polemizar a escolha da instrução pública como temática da obra de Pires de Almeida. Ressaltou que a nossa realidade diferia da tratativa do autor que ao invés dos investimentos na instrução pública, o que se via, na verdade, era uma massa populacional analfabeta e despreparada. De maneira crítica, aponta a produção de Pires de Almeida como uma “patriotada de visionário”, que se fundamentava em fatos inverídicos “fantasiosos”, e por imitações de países europeus.

<sup>44</sup> “Eloi, o herói” era o pseudônimo do jornalista Artur de Azevedo autor da coluna “DE PALAQUE” no Jornal Diário de Notícias. A intenção do autor ao discutir assuntos polêmicos era garantir prestígio e criar debates. (SILVA, 2015).

Pires de Almeida se manifestou em relação a essa crítica e justificou a sua produção, escrevendo uma carta ao jornalista, autor das críticas, que a publica em sua coluna dois dias depois:

\*

A proposito de um dos meus últimos artigos, escreve-me o ilustrado Sr. Dr. Pires de Almeida a seguinte carta:

« Sympathico colega e amigo. – Não é uma polemica, que provoco; são simples reparos, que peço vênia ao ilustrado colega para oppor ás suas observações, a proposito da idéa, que tive, de publicar em livro a *Historia e legislação da instrucção publica*, a qual deve figurar no glorioso festim de 89.

Na opinião do colega, a nossa legislação, em matéria de instrucção publica, não passa de cópia servil das dos paizes europeus. Não é verdade: a lei de 1854, por exemplo, é trabalho que muito honra a mentabilidade brasileira.

E ainda que não fosse original, dava já boa prova de adiantamento intelectual a nação nova que podia receber os moldes de paizes velhos em matéria de tanta preponderancia. Muito adiantada é a França, modelo até para muitos em tudo quanto entende com a cultura do espirito; emtanto, não ha muitos anos ainda, mandou compediar tudo o que existia atinente á instrucção , não só de paizes antigos como a Inglaterra e a Allemanha, como de nações as mais modernas como os Estados-Unidos e o proprio Chile.

Falla o estimavel colega nas 40 escolas creadas – de uma vez – na Republica Argentina. Sem que enxergue nas minhas palavras uma lição, leia o amigo os relatorios das provincias e o geral do Imperio, entre os anos de 1870 a 1880, e vera que o Brazil – sem alarde nem estrepito – equiparou n’aquelle breve periodo as suas escolas ás das mais cultas nações europeas, quer em numero, quer no programma de ensino. Só a provincia de Minas Gerais possui mais escolas em effectividade do que toda a Republica Argentina.

Demais, o que prova a criação de jacto das tão decantadas 40 escolas? Apenas a grande falta d’ellas havia.

Salvo se o amigo entende que não bastam, entre nós, quatro ou mais escolas publicas em cada freguesia, e quer uma em cada esquina. Aquella falta sentio-a igualmente na Turquia, quanto decretou de assentada, mas não realisou, a criação de 10.000 escolas !!!

Se das escolas primarias passarmos ás de ensino superior, a nossa primasia e então sensibilissima.

Terminando, só me cumpre dizer que a observação do amigo não pôde deixar de prejudicar-me na mais patriótica das manifestações. Não exijo, entretando, reparação; como unica indemnisação, peço-lhe que – publicando esta carta – do alto do seu chistoso palanque afirme aos seus leitores que, quando o humilde signatario d’estas linhas abalançou-se a produzir um livro em lingua estrangeira, tinha toda a convicção de – cingindo-se tão ó á verdade dos factos – honrar a patria.

Côrte, 4 de Novembro de 1886.

Dr. Pires de Almeida »

- Ahí fica publicada a carta. Cumpro um dever de lealdade. Não insisto n’uma discussão de onde poderiam provir expressões desairosas para a nossa terra. E’ bom evital-as, tratando-se, como se trata, de organizar um livro destinado á curiosidade nem sempre generosa, dos estrangeiros.

Apenas peço ao Sr. Dr. Pires de Almeida que compare a extensão territorial e a população da Republica Argentina com as do Brazil. Se pela imprensa periodica pode-se, como dizem, aferir o grau de instrucção de um povo, veja quantos jornaes diários sabem á luz em Buenos-Ayres. Na capital do Imperio do Brazil publicam-se seis, inclusive o Diario Official e... Bom! ELOY, O ARÓHE. (DIARIO DE NOTICIAS, RJ, 6 de novembro de 1886, p.1).

Certamente, as justificativas de Pires de Almeida, publicadas no periódico, tentaram mostrar que as leis e propostas públicas em prol da instrução pública não eram cópias de países europeus, mas sim fruto do empenho e capacidade intelectual dos políticos brasileiros, em especial do governo Monárquico. Destacou também o adiantamento intelectual do país, comparando-o com o da República Argentina, ao ‘convidar’ o colunista a verificar os documentos indicados que mostrariam a ineficácia da instrução platina.

Apesar das colocações de Pires de Almeida, o colunista não se convenceu e mais uma vez polemizou ao exemplificar que há mais jornais argentinos do que brasileiros. Nesse bojo, podemos considerar que se desejava mostrar a face do cenário educacional brasileiro, naquele período, tendo como contrapartida as informações estatísticas e exemplos adotados por Pires de Almeida que buscavam enaltecer as diferenças nas comparações.

No dia seguinte a publicação da resposta de Pires de Almeida, ‘Eloy, o Arohe’ dedicou a coluna De Palanque para mais uma vez atacar a visão de instrução pública que foi apresentada por Pires de Almeida:

#### DE PALANQUE

Ha muito tempo os senhores estudantes de preparatorios habituaram o respeitavel publico a considerai-os uns homensinhos bem difficeis de aturar !

Não me dirão para que se preparam estes preparatorianos, que são o terro dos transeuntes da rua da Prainha ?

Não passa por alli carroceiro inoffensivo nem burguez desapercibido, que não seja alvo de uma tremenda vaia !

E se a victima procura reagir controle semelhante molecagem, adeus, minhas encomendas ! vão-lhe imediatamente á freguesia dos queixos ! Ferve pancadaria de criar bicho !

Ainda ante hontem vasaram um olho a um soldado de policia, pelo simples facto de atrever-se a admoestai-os amigavelmente.

Não sei como o Sr. Ministro do Imperio – que tem mostrado ser homem para homens – não reprime os inqualificaveis abusos cometidos por essas crianças.

E’ mandar para alli meia dúzia de latagões, que se arriem as calcinhas e os sapequem convenientemente. Depois d’este correctivo, que os degradaria aos olhos das respectivas priminhas, os taes meninos naturalmente tomariam juizo, pois é esse processo mais efficaz para corrigir fedelhos.

E vão ver ! cada um d’aquelles marialvas em primeira discussão é uma toupeira, incapaz de ligar duas idéas.

E’ mister que uma criança seja ferozmente estúpida para maltratar assim quem vae tranquillamente seguindo o seu caminho.

Entretando, munidos de cartas de recommendação á ufa, todos esses meninos serão aprovados, uns plenamente, outros simplesmente, com grande alegria de meu amigo o Sr. Dr. Pires de Almeida de outros optimistas do nosso systema de instrucção publica. (DIARIO DE NOTICIAS, RJ, 7 de novembro de 1886, p.1).

O colunista apontou para a falta de civilidade dos jovens estudantes brasileiros. Exemplificou a falta de boas maneiras ao citar fatos que envolvem roubo de mercadorias e desrespeito a policiais. Após a sua análise, o jornalista provocou Pires de Almeida ao tratá-lo

como um otimista da instrução pública. Nas entrelinhas, apontava que Pires de Almeida não enxergava a realidade da instrução pública nacional: pouco eficaz e sem recursos.

Após essa nova provocação do jornalista, não foi localizada uma nova resposta de Pires de Almeida em relação a essa crítica<sup>45</sup>. Esse esboço de discussão e comparação com a Argentina, provocado pelo jornalista se traduz na obra como uma resposta. Nesse sentido, Nunes (1995) aponta que

a tentativa de desbancar a pretensa superioridade da Argentina e afirmar o Brasil dentro da América do Sul, em termos da sua capacidade de instrução pública, significa mais do que uma comparação ufanista. É uma forma de afirmar a Monarquia contra as experiências republicanas na América Latina. (NUNES, 1995, p. 56).

Segundo a autora, para Pires de Almeida o regime republicano colocaria em xeque a unidade nacional defendida por ele, que “já era difícil de concretizar pela diversidade das províncias, das leis, do povo, das escolas e até do caos ortográfico que permitia a redação de certas palavras de até três maneiras.” (NUNES, 1995, p. 56).

Nesse contexto, Vieira (2015) ressalta que é possível destacar um objetivo principal nessa escrita de Pires de Almeida que é a “demonstração da superioridade do Brasil em termos de instrução em relação aos demais países sul-americanos, particularmente em relação à Argentina.” (VIEIRA, 2015, p. 760). O autor destaca ainda que o discurso de Pires de Almeida é impregnado por normas, leis e dados, buscando enaltecer essa ideia de poder e superioridade, uma vez que “a linguagem escolhida para travar o debate foi a estatística, ou melhor, os números disponíveis no Brasil e no exterior sobre a situação da educação, tanto em nível provincial, como no âmbito nacional e internacional.” (VIEIRA, 2015, p. 761). Completa ainda que “o narrador escolheu a linguagem dos números, uma vez que esta encerra os sentidos da isenção e da objetividade de maneira a produzir uma mensagem plausível, convincente e plena de efeitos de verdade.” (VIEIRA, 2015, p. 761).

Talvez a preocupação de Pires de Almeida na obra pronta, de comparar o Brasil com a Argentina, seja uma forma de responder às críticas que ele foi recebendo ao longo do projeto de escrita. A discussão com a Argentina foi fruto do debate.

Em 1888, a obra ainda é um esboço. Nesse ano, houve uma mostra preliminar do que seria apresentado na Exposição Universal de Paris, que aconteceu na Biblioteca Nacional. Esta

---

<sup>45</sup> É possível que tenha percebido que quaisquer esforços de convencimento seriam ineficazes frente à polêmica visão do colunista sobre o cenário da instrução pública brasileira.

exposição era uma maneira de avaliar a repercussão do que seria exposto em Paris. A repercussão foi vista, em especial, nos jornais da época:

#### HISTORIA E LEGISLAÇÃO DA INSTRUÇÃO PUBLICA NO BRAZIL

Vimos hoje exposto em uma das salas da exposição preliminar o trabalho que sob esse titulo, está confeccionando o distincto escriptor Dr. Pires de Almeida.

O trabalho a que nos referimos, é apenas uma parte d'aquelle com que nosso laborioso patricio pretende glorificar o Brazil na próxima exposição internacional de Pariz.

Para confeccionar-o não se tem poupado o Dr. Pires de Almeida a pesquisas nem informações, de sorte que seu livro há-de ser, não só um exemplar completo de tudo quanto sobre instrução, se tem escripto entre nós, como também um documento precioso sobre nosso progresso intelectual.

Manuseando-o ligeiramente notamos com prazer, que não se afastou o minoso escriptor d'aquelle correcção e suavidade que caracteriza seus escriptos, e que presidio no desenvolvimento dessas idéas sã e bem delineada critica. Com taes predicatos o livro do Sr. Dr. Pires de Almeida, deverá merecer todos os brazileiros ampla sympathia.

Consta-nos entretanto que seu autor não terá meios de concluil-o com a presteza desejada, se o patriotismo brazileiro não vier, mais uma vez, cortar essa dificuldade, proporcionando-lhe os meios de prontificar – com urgencia, seu grandioso trabalho.

O governo Imperial, cuja solicitude em materia de instrução é com justa razão encarecido, poderia prostar, patrioticamente, a supprir essa lacuna, mostrando-se assim digno das felicitações que o autor é o proprio a dirigir-lhe no seu monumental trabalho. (DIARIO DO COMMERCIO, RJ, 12 de dezembro de 1888, p. 1).

Percebemos que nesta publicação, houve elementos que dão destaque ao autor e à obra, que ainda está sendo produzida. Pires de Almeida foi tratado como um distinto escritor que, de maneira desinteressada, se dedicou a glorificar o progresso intelectual do país. Ao final, o autor do artigo apontou a necessidade do apoio financeiro para o término da obra, chamando o Império à responsabilidade para financiar a produção de Almeida.

Ao tratar sobre a versão preliminar da produção que estava sendo exposta no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1888, os mesmos críticos da obra tomaram uma posição mais cautelosa e teceram alguns elogios sobre o autor e a obra, destacando a relevância dos escritos de Pires de Almeida:

#### DE PALANQUE

O Sr. Dr. Pires de Almeida, autor de varias obras de meritos empreheudeu e levou ao cabo a *Historia e legislação da instrução publica no Brasil* desde os primeiros frades que vieram para esta terra fazer a catechese da religião e do ensino de hoje. D'esse livro, traduzido por dous franceses eruditos, acham-se novecentas páginas impressas nas oficinas Leusinger: faltam ainda trezentas, mas o autor já esgotou nessa impressão os seus recursos pecuniarios; foi até onde podia ir.

Seria justo que o governo mandasse concluir o trabalho, que já agora não pode custar muita coisa, tanto mais que os exemplares da *História e legislação da instrução pública no Brazil*, destinam-se a ser distribuídos gratuitamente em Paris, durante a Exposição Universal de 1889.

O leitor, se este artigo lhe abrir a curiosidade, poderá examinar, na exposição preparatoria do Lyceu de Artes e Officios, a parte impressa do livro do Dr. Pires de Almeida. Verá que o autor obedeceu a um plano intelligente.

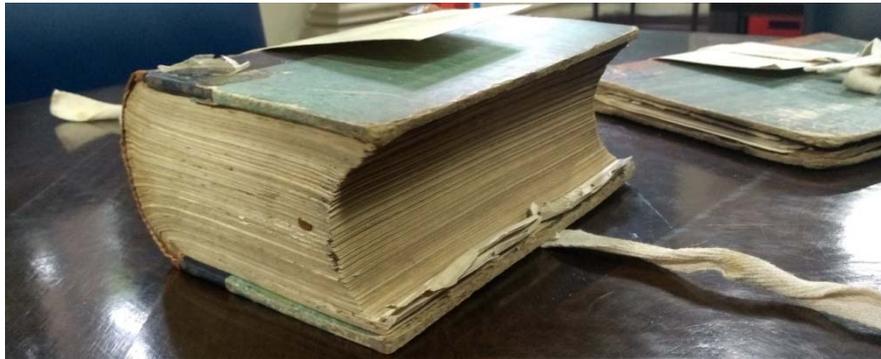
A leitura de uma pagina, aberta ao acaso, persuadil-o há do que não se trata de uma compilação vulgar. (DIARIO DE NOTICIAS, RJ, 29 de dezembro de 1888, p. 2).

No dia 02 de janeiro de 1889, a edição do jornal Diário de Notícias publicou o agradecimento de Pires de Almeida aos apoios recebidos e que contribuíram para a finalização da obra, mas não aponta quem foi responsável por esse financiamento: a iniciativa pública e/ou privada. Em nota, na coluna central, foi divulgada na edição de 5 de abril de 1889, do jornal Cidade do Rio, que a obra estava terminada.

Está concluída a obra do sr. dr. Pires d'Almeida – *L'Instruction publique au Brésil* - volumoso trabalho destinado a ser distribuído na Exposição Universal de Pariz. Segundo estamos informados todo o trabalho da impressão está concluído, faltando sómente o de brochura e encadernação. (REVISTA DO ENSINO, Ouro Preto, 05 de julho de 1889, p. 1).

É importante destacar que a versão original, com 1102 páginas, chama a atenção pelas características em sua impressão: é um livro com cerca de 13 x 17cm, com uma fonte de escrita grande<sup>46</sup>. Podemos dizer que esta seja uma estratégia da editora e do autor: à primeira vista, devido ao tamanho do livro, o leitor entenderia que havia muitas iniciativas e avanços do Império referentes à instrução pública. Talvez este fato possa ter contribuído para a mudança do tom do jornalista ao tratar sobre a obra, quando teve acesso à versão preliminar.

**Figura 5** - Obra original “L’Instruccion Publique au Brésil”.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Com o término da obra, o jornal Diário do Commercio de 17 de agosto de 1889 noticia que foram enviados 2400 volumes para serem gratuitamente ofertados na Exposição Universal de Paris.

No paquete *Ville de Buenos Ayres* embarcaram hontem, com destino à Exposição Universal de Pariz, 10 caixões contendo 2.400 volumes da *Histoire et Legislation de l'Instruction Publique au Brésil*, do Dr. Pires de Almeida, para serem alli distribuídos gratuitamente. (JORNAL DIARIO DO COMMERCIO, RJ, 17 de agosto de 1889, p.1).

<sup>46</sup> Corresponde à ARIAL 16.

A obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” foi uma defesa da educação escrita no momento de reformas do Império. A obra entra no debate sobre a educação profissional, não só com as discussões com “O Herói”, mas também com as questões que incomodavam a muitos naquele momento.

Segundo Chartier (1990) esse debate entre Pires de Almeida e o jornalista pode ser considerado como lutas de representações. Estas se baseiam na compreensão das estratégias que um determinado grupo lança mão para impor, ou tentar impor sua percepção social, bem como os seus valores. Eram os argumentos de Pires de Almeida, o sustentador da Monarquia, contrapondo as críticas do jornalista, em relação à escrita do autor sobre a educação brasileira.

Dessa forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 1990, p. 19).

Além disso, há de se considerar na escrita de Pires de Almeida não somente esse contexto mais amplo, mas também a sua trajetória acadêmica, sua inserção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro bem como na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No próximo capítulo trataremos da educação profissional na obra, buscando seus argumentos e interlocutores.

## CAPÍTULO 3

### A ESCRITA DE PIRES DE ALMEIDA:

### APROPRIAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES

### SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Pela sua imensa influência sobre a moralização e emancipação das massas, o ensino profissional é uma necessidade pública. Fecha as portas às ideias de revolução e de mudança de governo, dirige as ideias do povo para as fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem-estar podem propiciar, e pelos conhecimentos especiais que difunde, este ensino tende a aumentar a riqueza do país, desenvolvendo a produção e melhorando tanto a qualidade quanto o preço.<sup>47</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 195).

No capítulo anterior, conhecemos a trajetória de Pires de Almeida e compreendemos de que maneira o contexto social, político e os vínculos que ele teve influenciaram em sua escrita sobre a educação profissional. Foi possível conhecer “Officina na Escola” de 1886 e a “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação” de 1889, destacando as motivações e intenções na produção dessa última obra.

De acordo com Chamon e Goodwin (2012), no momento em que Pires de Almeida escreveu sobre a instrução, havia a defesa de que a educação profissional “deveria ter um caráter moralizador e civilizatório” (Chamon; Goodwin, 2012, p. 326). Era também necessário entender que essa educação “deveria preparar uma mão-de-obra mais qualificada para o progresso, apta a utilizar técnicas mais modernas e eficientes.” (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 326).

No conjunto de argumentos de Pires de Almeida, além de tratar sobre a instrução primária e superior, na obra estudada o autor se ocupou também em defender a necessidade de uma educação profissional<sup>48</sup> oferecido principalmente a partir da iniciativa privada, mas com subvenção do poder público. Esse tipo de instrução deveria ser teórico e prático, destinando-se

---

<sup>47</sup> Trecho original da obra: “Par son immense influence sur la moralisation et l’émancipation des masses, l’enseignement professionnel et une necessite publique. Il ferme la porte aux idées de révolution et de changement de gouvernement, il dirige les idées du peuple vers les sources du travail agricole, industriel ou commercial, qui peut le mieux lui procurer le bien-être, et, par les connaissances spéciales qu’il répand, cet enseignement tend à augmenter la richesse du pays, en développant la production et en l’améliorant au double point de vue de lá qualité et du prix.” (ALMEIDA, 1889, p. 685).

<sup>48</sup> Pires de Almeida utilizou o termo “educação profissional” para tratar sobre o ensino de ofícios na obra estudada. De acordo com pesquisas, nesse momento, é possível perceber que havia outras expressões que caracterizavam esse tipo de ensino: aprendizagem de ofícios, ensino técnico, ensino profissional, educação técnica.

aos operários das fábricas e às crianças: órfãos e filhos dos trabalhadores, para que aprendessem os bons costumes e tivessem a independência financeira, tornando-se cidadãos qualificados e úteis a si e à pátria.

Nesse sentido, é possível perceber que a defesa de Pires de Almeida estava em sintonia com o movimento que se organizava em torno da escolarização dos ofícios, a partir da segunda metade do século XIX.

Considerando a obra como um instrumento de intervenção no debate público sobre a educação profissional e uma resposta a uma determinada discussão presente na sociedade brasileira no último quartel do século XIX, buscamos, no presente capítulo, compreender de que maneira as ideias e argumentos de Pires de Almeida, sobre a educação profissional, apareceram nessa produção. Adicionalmente, investigamos também a quais autores, nacionais e internacionais, Pires de Almeida recorreu para construir, sob sua ótica, essa história sobre a educação profissional do país.

É importante destacar que a obra não é um mero reflexo do seu tempo, e é por isso que o contexto social não basta para entendê-la, sendo necessário também captar a interação da obra com outros textos que debatiam a educação profissional naquele momento (VIEIRA, 2017). Como fizemos no capítulo 2, é necessário inserir o texto não apenas no seu contexto social de produção, é preciso também investigar elementos da trajetória do autor para saber como essa impactou em sua escrita.

Nesse capítulo, tentaremos compreender o contexto linguístico no qual a obra foi produzida. De acordo com a teoria de Skinner, isso significa que, ao analisar um texto, devemos tomá-lo no contexto discursivo de seu tempo, ou seja, devemos tomá-lo no diálogo com os enunciados e conceitos compartilhados por aquela sociedade (VIEIRA, 2017).

Vieira (2017) aponta que o contextualismo linguístico proposto por Skinner se torna possível a partir da compreensão do contexto do autor no momento da escrita analisada, uma vez que “trata-se da pretensão de estabelecer a tensão relacional entre linguagem e experiência” (VIEIRA, 2027, p. 54) O autor afirma ainda que a falta de acesso à experiência histórica não impede que a análise do discurso seja realizada. Essa compreensão se torna possível também a partir das fontes disponíveis possibilitando assim “a compreensão histórica da relação entre estas e as práticas sociais”. (VIEIRA, 2017, p. 54).

Adicionalmente, para compreendermos o pensamento intelectual de Pires de Almeida sobre a educação profissional na obra, serão trabalhadas as categorias de circulação e apropriação, propostas por Roger Chartier (1990). Buscamos conhecer como Pires de Almeida

se apropriou das ideias de outros autores para se inserir no debate público sobre a educação brasileira, e, em especial, a educação profissional.

Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos (e também todas as categorias de imagens) não podem, então, ser apreendidos nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituem historicamente. (CHARTIER, 1990, p. 61).

O conceito de apropriação, segundo Chartier (1990), nos remete a compreender que as interpretações não são desencarnadas, destacando ainda a multiplicidade de usos dos saberes disponíveis. Não há uma mera cópia ou uma difusão de saberes, mas sim uma recriação de conhecimentos, das quais o sujeito incorpora ideias e constrói uma nova percepção.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Ao tratar sobre a educação profissional, Pires de Almeida se apropriou dos argumentos trazidos por autores como Liberato Barroso (1867), sendo que este último autor se referenciou nos escritos do francês André Guettier (1865) para escrever a sua obra sobre a instrução pública do país. De certa maneira, é possível entender o que Pires de Almeida defendia, a quem ele recorria para formular as suas ideias a respeito da educação profissional e apresentá-las na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”.

### **3.1 A educação profissional na obra “Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889): História e Legislação”.**

Nas 334 páginas da obra, Pires de Almeida escreveu sobre o período de 1500 a 1889, mas concentrou sua tratativa historiográfica a partir da segunda metade do século XIX. Como vimos, o autor tratou sobre a educação nacional desde a atuação dos jesuítas, apresentando as contribuições do Império no desenvolvimento cultural e educacional do país e por fim, destaca as ações de homens e de políticos do Império que em fins do século XIX, que sob a sua ótica, se esforçaram em prol da instrução pública.

Nesse conjunto de argumentos, a tratativa sobre a educação profissional concentrou-se entre as páginas 192 a 209, o que representa cerca de 5% do total da obra. Apesar do crescente

discurso favorável ao ensino profissional no país, visto a partir da segunda metade do século XIX, ainda havia pouco a ser dito.

Foi possível identificar algumas abordagens posteriores na obra, mas estas são tratadas de maneira espaçada. Há de se dizer também que nesse conjunto de ideias, destacando as iniciativas, Pires de Almeida optou por dizer de algumas experiências nacionais, principalmente na cidade do Rio de Janeiro<sup>49</sup>. Nesse momento, o Rio de Janeiro era considerado uma cidade modelar, sendo que tudo o que acontecia na capital da Corte, acontecia no Brasil, era a parte que tomava lugar do todo. Dessa forma, Nunes (1995) corrobora com esse pensamento e aponta que ao escolher o Rio de Janeiro o autor “promove a generalização de propostas originárias da análise que faz das relações sociais no espaço urbano carioca para o país” (NUNES, 1995, p. 52).

Nesse tópico vamos tratar quais foram as iniciativas e experiências sobre a educação profissional relatadas por Pires de Almeida na obra, quais os principais argumentos defendidos pelo autor e de quais autores ele se apropriou para construir a sua defesa em relação ao ensino técnico.

### 3.1.1. As iniciativas para a educação profissional.

Ao longo de sua escrita, Pires de Almeida buscou convencer o leitor dos feitos de homens de boa vontade para a criação das escolas profissionais no Brasil. Estes homens eram cidadãos comuns pertencentes a elite e também eram os políticos do governo monárquico. O autor se prendeu aos exemplos de escolas desse tipo de ensino, em países como França, Áustria, Hungria, Suécia e Holanda. Destacou também a criação de museus, bibliotecas e liceu literário, que comprovariam a busca pelo desenvolvimento cultural e de bons costumes do povo. Era importante que o povo estivesse disposto a instruir e dedicar-se ao trabalho; esses eram valores que contribuiriam para o desenvolvimento do país.

Ao tratar da educação profissional, Pires de Almeida apontou que era o momento de tratar sobre as “instituições de indiscutível utilidade<sup>50</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 192). Estas eram as escolas profissionais. Sob a ótica do autor, essas escolas passaram a existir a partir do esforço e perseverança de pessoas e do governo monárquico, ao dizer que

---

<sup>49</sup> Apesar de trazer o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro de 1856, é possível dizer que outros espaços para a educação profissional já haviam sido criados: Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Alagoas (1854), Ceará (1856), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865).

<sup>50</sup> Trecho original da obra: “d’instruções d’indiscutable utilité publique” (ALMEIDA, 1889, p. 675).

ora, a criação de estabelecimentos de ensino público de ciências aplicadas depende sobretudo da energia de homens de iniciativa. Entre nós (...) os homens de iniciativa são raros, mas graças a Deus, há alguns. Quando um cidadão, dotado de inteligência e tenacidade, consegue tirar da inércia geral alguns de seus contemporâneos, para executar uma ideia útil, este cidadão é um benemérito de seu país e de toda humanidade.<sup>51</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 196).

Os homens de iniciativa a quem se referia eram poucas pessoas e o próprio governo imperial que, mesmo em meio a um cenário de crises, tentava se sustentar, colocando em prática as reformas também propostas pelo movimento da Geração de 1870. Nas páginas anteriores, Pires de Almeida teceu uma crítica às poucas iniciativas privadas existentes no Brasil, afirmando que estas só se davam para motivos banais e não para atender demandas necessárias ao desenvolvimento do país. Tendo como referência a Inglaterra, destacou ser esse um país que serve de exemplo para mostrar a efetividade dessas iniciativas privadas subvencionadas pelo Estado.

Se se pudesse, como na Inglaterra, contar com o espírito de iniciativa ou com a associação particular ter-se-ia alguma esperança no futuro. Mas está longe de ser assim, a iniciativa pública, a que nasce espontaneamente entre os particulares, é uma coisa desconhecida no Brasil: o espírito de associação só existe esporadicamente, como moda passageira e frívola.<sup>52</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 101).

Apesar de não repetir esse argumento, o exemplo de sucesso que Pires de Almeida nos trouxe para falar sobre a educação profissional é exatamente um modelo de iniciativa privada com subvenção estatal: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

A partir desse momento, é possível ver que as transformações sociais, econômicas e políticas reorganizaram o país sob a égide do capitalismo e abriram espaço para que a educação profissional fosse vista como importante. Era necessário garantir a mão-de-obra qualificada para atender as indústrias que se instalavam no país. Isso se daria pela educação: currículos, espaços, recursos adequados e professores, ou institutores, como Pires Almeida os chamava, destinados ao ensino profissional.

Nesse bojo, Pires de Almeida iniciou a sua abordagem sobre a educação profissional tratando sobre o Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, criado em 1856. O autor destacou

---

<sup>51</sup> Trecho original da obra: “Or, la création d’établissements d’enseignement public des sciences appliquée dépend surtout de l’énergie des hommes d’initiative. Parmi nous (...) les hommes d’initiative sont rares, mais, grâce à Dieu, il y en a néanmoins quelques uns. Quand un citoyen, doué d’intelligence et de ténacité, parvient à faire sortir quelques uns de ses contemporains de l’inertie générale, pour mettre à exécution une idée utile, ce citoyen a bien mérité de son pays et de l’humanité tout entière. (ALMEIDA, 1889, p. 691-692)

<sup>52</sup> Trecho original da obra: “Si encore l’on pouvait, comme en Angleterre, compter sur l’esprit d’initiative ou sur l’association particulière, il y aurait quelque espoir à fonder sur l’avenir. Mais il est loin d’en être ainsi. L’initiative publique, celle qui naît spontanément entre les particuliers, est chose inconnue au Brésil: l’esprit d’association n’y existe que par soubresauts, par un engouement passager et frivole.” (ALMEIDA, 1889, p. 309-310)

Francisco Bethencourt da Silva (1831-1911)<sup>53</sup> como um dos precursores nas iniciativas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das artes e ofícios no Império, a partir de 1856. Apesar de ser convidado e eleito a ocupar o cargo de diretor desse Liceu, Bethencourt não aceitou assumir as funções. Este cargo foi ocupado pelo pintor francês René Moreaux<sup>54</sup> e posteriormente, pelo Dr. Theodoro Antônio de Oliveira.

Arquiteto, Bethencourt da Silva foi o responsável por fundar e manter o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e por ser autor da revista periódica *O Brasil Artístico*<sup>55</sup>. Pires de Almeida destacou que em seus esforços, Bethencourt Silva contribuiu para a criação de

uma biblioteca artística, programou sessões públicas, onde são lidas obras sobre as artes e indústrias; realizou exposições públicas, com a distribuição de prêmios e a concessão de bolsas de viagem à Europa aos alunos que se distinguiram pelos seus estudos. A Sociedade propôs-se ainda, com as sociedades congêneres do Império e do estrangeiro, a cooperar com a criação de sociedades semelhantes no Brasil<sup>56</sup>. (ALMEIDA, 2000, p. 193).

Estes ganhos só foram possíveis a partir da filiação de convidados que participaram de uma reunião que aconteceu no Museu Nacional em 23 de novembro de 1856. Nesta oportunidade, Bethencourt da Silva destacou a desvalorização do país com as belas-artes. Ressaltou que o conhecimento artístico, em especial a partir do ensino do desenho, era uma maneira de a nação alcançar o desenvolvimento e riqueza. Deixou claro que esta pouca valorização não era pela falta de recursos, pois o país era reconhecido por seu vasto território e riqueza. Era necessário sensibilizar o governo e o povo da importância das artes. Para tanto,

---

<sup>53</sup> Foi o idealizador do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Nasceu em 08 de maio de 1831, no Rio de Janeiro. Apesar de sua vivência eclesiástica e militar, ingressou no curso de Arquitetura da Academia de Belas-Artes em 1845. Tornou-se reconhecido pelo seu talento e disciplina, o que o garantiu ser premiado, homenageado e ganhar uma bolsa de estudos em Roma (MURASSE, 2002).

<sup>54</sup> François René Moreaux (1807-1860), francês que foi radicado brasileiro em meados de 1838. Era pintor, fotógrafo e professor. Contribuiu também para a fundação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, local onde foi professor de desenho. Foi autor do famoso quadro “A Proclamação da Independência” de 1844. (Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23187/francois-rene-moreaux>>. Acesso em 04 de mai. 2019).

<sup>55</sup> Apesar de ser uma relevante estratégia de Bethencourt da Silva, essa revista teve apenas 7 edições. Segundo Murasse, tal fato se deve pelo pouco material para publicação. As edições publicadas tinham os discursos das reuniões. Havia pouco a se mostrar, pois o interesse pelas belas-artes e ofícios ainda não tinha se desenvolvido no país (MURASSE, 2002).

<sup>56</sup> Trecho original da obra: “la création d’une bibliothèque artistique; des séances publiques, où devaient être lus des écrits sur les arts et les industries; des expositions publiques, avec distribution de récompenses aux exposants des meilleurs travaux; des concours publics, avec prix; la concession des frais de voyage en Europe aux élèves les plus distingués par le résultat de leurs études. La Société se proposait aussi, avec toutes les sociétés congêneres dans l’Empire et à l’étranger, de coopérer à l’établissement au Brésil de sociétés de même nature” (ALMEIDA, 1889, p. 676).

pediu aos presentes apoio financeiro e esta contribuiu para a fundação da Sociedade Propagadora de Belas Artes, e do Liceu de Artes e Ofícios, em janeiro de 1858.

Segundo Murasse (2002), o Liceu de Artes e Ofícios era um espaço privilegiado para a escolarização do ensino profissional. Deveria aliar os saberes teóricos à prática a fim de preparar a classe trabalhadora para o crescimento industrial vivido pelo país. Pires de Almeida afirma que este espaço tinha condições de atender às exigências do mundo do trabalho, pois oferecia um programa de ensino completo:

Aritmética, Álgebra, até equações do segundo grau; Geometria plana e do espaço; Geometria Descritiva e Estereotomia; a Física aplicada; a Química aplicada; a Mecânica aplicada; o Desenho de figura, corpo humano; Desenho da arquitetura civil, com regras de construção; o desenvolvimento de arquitetura naval; a escultura ornamental e arte cerâmica; a estatutária; a gravura em talho doce, em água forte e madeira; a pintura líquida; o estudo particular das diferentes cores, corrosivos, verniz, os processos aplicados na pintura e douração; o Português, o Francês, o Inglês, a Geografia, a História Nacional, a Caligrafia, a Filosofia, com a moral social, estética, a História das artes e ofícios, a anatomia e fisiologia das paixões e, enfim, a Música<sup>57</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 194).

Paralelo a este currículo, os professores tinham que oferecer também o ensino prático. Era uma forma de garantir ao aluno uma proximidade com o ofício que aprendiam. Esse contato repetitivo e contínuo garantiria uma especialização dos saberes que seriam aplicados nas indústrias. Eram, em sua maioria, cursos noturnos. Só eram diurnos quando as aulas práticas precisavam da luz do dia (ALMEIDA, 2000).

Pires de Almeida informou na obra que o Conselheiro Paulino de Souza subvencionou para o Liceu carioca seis contos de réis. Dada à importância desse tipo de ensino para o Ministro João Alfredo<sup>58</sup>, este elevou o valor para dez contos de réis.

<sup>57</sup> Trecho original da obra: “l’arithmétique; l’algèbre, jusqu’aux équations du second degré; la géométrie plane et dans l’espace; la géométrie descriptive et la stéréotomie; la physique appliquée; la chimie appliquée; la mécanique appliquée; le dessin de figure, corps humain. le dessin géométrique, y compris les trois ordres classiques; le dessin de machines; le dessin d’architecture civile, avec les règles de construction; le dessin d’architecture navale; la sculpture d’ornements et l’art céramique; la statuaire; la gravure en taille douce, à l’eau forte et sur bois; la peinture à la détrempe, l’étude particulière des différentes couleurs, des mordants, des vernis, des procédés em ployés dans la peinture et la dorure; le portugais; le français; l’anglais; la géographie; l’histoire nationale; la calligraphie; la philosophie, avec la morale sociale; l’esthétique; l’histoire des arts et métiers; la anatomie et la physiologie des passions; et enfin la musique” (ALMEIDA, 1889, p. 682).

<sup>58</sup> João Alfredo Côrrea de Oliveira (1835-1919) foi advogado, político, monarquista e pertencente ao partido conservador do Império brasileiro. Participou do movimento abolicionista, sendo um dos articuladores da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea. Exerceu cargos de Deputado, Conselheiro, Ministro e Senador no Império. É um dos políticos destacados por Pires de Almeida, devido aos esforços em prol do desenvolvimento do ensino profissional no país. Foi presidente do Banco do Brasil após a proclamação da República. (Disponível em: < [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=377](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=377)> Acesso em 04 de Mai de 2019).

Segundo Pires de Almeida, no período em que o Liceu carioca era um sucesso, Bethencourt da Silva assumiu a direção. Nessa época, o diretor recebeu do governo monárquico, através do Senador José Bento da Cunha Figueiredo um edifício do Estado que, em momento anterior, foi sede do Ministério do Império. A partir de doações de pessoas, este espaço foi reformado, o que possibilitou, em 1878, que esse Liceu fosse transferido para o novo local, sendo inaugurado em 3 de setembro de 1879, com a presença do Imperador.

Para o nosso autor, a participação do Imperador nesses eventos era estratégica. Era uma forma de dizer que o governo imperial era favorável ao movimento de mudanças que se organizavam no país, entre elas, a criação de escolas profissionais.

Neste novo espaço, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, teve, segundo Pires de Almeida, cerca de 1040 alunos, que, de acordo com a faixa etária, distribuíam-se da seguinte forma:

**Tabela 1** - Distribuição de alunos por idade – Liceu de Artes e Ofícios, RJ, 1879-

Quantidade	Idade
359	De 10 a 15 anos
405	De 16 a 20 anos
170	De 21 a 25 anos
70	De 26 a 30 anos
32	De 31 a 35 anos
0	De 36 a 40 anos
4	De mais de 40 anos

**Fonte:** Almeida (2000, p. 198).

Desse total, havia neles “814 brasileiros, 177 portugueses, 14 franceses, 4 ingleses, 17 italianos, 10 espanhóis, 2 alemães, 1 austríaco, 1 chileno, 2 orientais, 2 argentinos e 6 paraguaios” (ALMEIDA, 2000, p. 198). De acordo com essas informações, é possível perceber que mais da metade dos alunos estão entre a faixa de 10 a 25 anos de idade.

Pires de Almeida se ocupou também em apresentar a estrutura do Liceu e de maneira mais específica, apontou a existência de um laboratório de Química Inorgânica, um gabinete de Física e uma biblioteca. Nesses ganhos estruturais, aumentou-se também o número de alunos que contribuíram para abertura de novas salas e espaços para o ensino dos ofícios.

O autor apontou que o Liceu passou por cerca de nove reformas. Estas objetivavam “aliar a instrução teórica ao ensino prático<sup>59</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 198). A expansão do Liceu

<sup>59</sup> Trecho original da obra: “... joindre à l’instruction théorique l’enseignement pratique” (ALMEIDA, 1889, p. 699).

foi divulgada em jornais da época, dentre eles, o *Gazeta de Notícias*. Apesar de citar a circulação dessa notícia, Pires de Almeida não a trouxe em sua obra.

Divulgar as reformas realizadas no Liceu era uma estratégia para atrair novos alunos, que de certa maneira encantavam-se pelos ganhos desse espaço. A partir disso, essa escola profissional teve no ano de 1879, 1.262 alunos de diferentes nacionalidades. Posteriormente, em 1880, foram realizadas 1.341 inscrições de novos alunos. Percebendo o crescimento do número de alunos, que eram meninos e homens, a direção do Liceu optou por abrir classes de desenho que seriam ofertadas para as meninas; uma verdadeira novidade naquele momento.

Para que essa nova oferta fosse apresentada, a direção do Liceu pediu aos jornais cariocas da época para que publicassem essa proposta e também solicitassem aos leitores, contribuições em dinheiro e recursos diversos para a abertura desses novos cursos, “cuja vantagem moral e social era indiscutível”<sup>60</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 198). Dessa maneira, a oferta de cursos para as meninas chamou a atenção das pessoas que se dispuseram a doar os recursos financeiros e materiais necessários. A partir disso, o governo imperial percebeu a viabilidade da proposta e reajustou a subvenção para 35 contos de réis para o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

No pouco espaço que Pires de Almeida deu à educação profissional, o autor destacou o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro pelo fato de ser um modelo de iniciativa privada com subvenção pública. Dessa maneira, ganhava força a ideia de criação de novas escolas profissionais que, a partir daquele momento, passaram a atender não só meninos e homens, mas também meninas e mulheres.

Foram mais de 800 inscrições, sendo “773 senhoritas, 38 mulheres, 24 viúvas” (Almeida, 2000, p. 198). Este curso foi inaugurado em 11 de outubro de 1881. Além dos membros do governo monárquico, o Imperador esteve presente na solenidade. Em se tratando do curso feminino, foi possível perceber um decréscimo entre os anos de 1881 a 1887. Nesse último ano, houve apenas 384 mulheres matriculadas. Pires de Almeida silenciou-se sobre esse decréscimo, apresentando apenas essa informação.

Nesse enredo, Pires de Almeida buscou tirar a atenção do leitor e logo apresentou o seguinte quadro para mostrar que houve um crescimento na frequência dos alunos de ambos os sexos no Liceu de Artes e Ofícios, entre os anos de 1858 e 1887, utilizando a linguagem dos dados e números para ‘comprovar’ as informações do desenvolvimento do Liceu de Artes e Ofícios, naquele período:

---

60 Trecho original da obra: “... dont l’avantage moral et social était indiscutable”. (Almeida, 1889, p. 699)

Tabela 2 - Quadro das inscrições de alunos no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, de 1858 a 1887.

Nacionalidade	1858																			curso comercial	curso livre	Total	Observações			
	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885					1886	1887	
Brasileiros .....	1.665	422	627	722	913	789	858	1.057	700	619	642	814	990	1.074	1.320	1.567	1.449	1.151	1.328	1.212	1.284	487	435	22.125	1ª	
Portugueses.....	.....	90	154	244	250	263	223	169	146	166	168	177	202	201	262	230	255	200	184	140	167	.....	.....	3.900	Os cursos comerciais foram abertos:	
Franceses .....	.....	11	13	17	27	24	15	17	6	4	12	14	14	15	7	16	8	14	12	10	15	.....	.....	271		
Espanhóis .....	.....	5	8	11	7	5	10	5	14	7	16	10	19	10	9	16	18	15	20	10	19	.....	.....	234		
Alemães.....	.....	8	10	9	11	10	9	10	6	2	2	2	2	2	9	8	2	7	4	5	7	.....	.....	125	em 1882 c/ 251 alunos	
Italianos.....	.....	3	1	.....	9	5	2	2	.....	5	6	17	14	14	27	19	29	22	24	34	44	.....	.....	277	" 1883 " 93 "	
Ingleses .....	.....	.....	6	7	10	11	4	3	2	4	2	4	2	3	1	1	2	4	1	3	5	.....	.....	75	" 1884 " 53 "	
Paraguaios .....	.....	1	.....	.....	2	1	4	1	2	2	3	6	5	10	9	8	8	4	3	3	1	.....	.....	73	" 1885 " 33 "	
Orientais .....	.....	.....	.....	1	2	2	1	2	1	3	1	2	6	5	3	5	3	1	.....	1	1	.....	.....	40	" 1886 " 34 "	
Americanos .....	.....	1	1	1	.....	1	.....	.....	1	.....	.....	.....	1	2	7	3	1	1	.....	3	2	.....	.....	25	" 1887 " 13 "	
Austríacos .....	.....	.....	2	.....	1	2	1	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	4	4	1	1	2	.....	.....	19		
Argentinos .....	.....	.....	.....	.....	1	.....	2	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	2	2	4	3	2	4	2	.....	.....	24		
Belgas .....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	1	.....	.....	1	1	.....	.....	1	.....	.....	7	2ª	
Suécos .....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	1	2	1	4	3	.....	1	.....	1	1	.....	.....	15	O curso livre, inaugurado em 1884, teve:	
Chilenos.....	.....	1	.....	1	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	3		
Holandeses .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	.....	2	9	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	13	
Africano .....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	em 1884 c/ 69 alunos
Mauricianos .....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	2	" 1885 " 78 "
Marroquino .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	1	" 1886 " 95 "	
Dinamarqueses .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	2	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	4	" 1887 " 193 "
Indígenas .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	1	1	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	4	
Egípcio.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	1	3ª
Húngaro.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	Os cursos de Física e de Química são públicos e muito frequentados. Não havia inscrição para o curso.
Saxão.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	
Russo.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	1	
Australianos.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	2	
	1.665	542	823	1.012	1.233	1.115	1.129	1.268	879	812	852	1.049	1.262	1.340	1.663	1.898	1.789	1.429	1.580	1.428	1.554	487	435	27.244		

Fonte: Almeida (2000, p. 200).

Desta vez, o autor apresentou os dados distribuindo-os por nacionalidade e o que se percebeu foi um aumento significativo no número das inscrições realizadas no período, independente do gênero. O autor ressaltou que esse desenvolvimento estava em um patamar desejável e tais progressos colocavam o Rio de Janeiro em destaque, devido aos notáveis ganhos que esse tipo de ensino garantiu à capital do Império. Numa obra que se propõe a compilar tudo que é feito no país pela instrução, ele não abordou, de maneira tão extensa, os outros liceus do país.

Para Pires de Almeida o crescimento do ensino profissional, entre os anos de 1881 e 1882, sobretudo no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, deveu-se ao “poderoso impulso, dado pelo Conselheiro João Alfredo<sup>61</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 199), que disponibilizou recursos financeiros públicos para a manutenção desse espaço.

Essa é uma prática comum adotada por Pires de Almeida. É possível perceber que ao longo do enredo construído pelo autor, ele utilizava o total geral de alunos para ser analisado. Se discutisse os dados comparando-os com os de outros anos, perceberia um decréscimo no número de matrículas, por exemplo. Esta deveria ser uma estratégia. O autor não queria que o leitor se apegasse à redução de alunos matriculados ao longo dos anos, mas que percebesse que em um contexto total, se comparado à anos anteriores, havia um desenvolvimento a ser considerado.

Nesse contexto de escolarização dos ofícios no país a partir da iniciativa privada, Pires de Almeida destacou em sua tratativa que o Imperador criou, às suas custas, duas escolas destinadas ao ensino primário e profissional, sendo uma na Quinta da Boa Vista e outra na Fazenda de Santa Cruz. Uma destinava-se a atender os funcionários da fazenda e a outra, aos libertos.

Na obra estudada, Pires de Almeida resumiu o que foi dito em “Officina na Escola”, de 1886. Não há nenhuma abordagem nova sobre essas escolas. Em sua tratativa, Pires de Almeida afirmou que, em linhas gerais, essas duas instituições de ensino profissional do Imperador tinham como objetivo ser o modelo que deveria ser difundido no país, uma vez que tinham uma estrutura que possibilitava a prática dos ofícios e oferecia um programa de ensinamentos que capacitava seus alunos ao trabalho e aos bons costumes. Além disso, retomou a fala elogiosa ao Imperador, destacando-o como um homem de postura iluminista e à frente de seu tempo.

Para Pires de Almeida, era uma forma de mostrar que a iniciativa privada, caso se esforçasse, tinha condições de oferecer um ensino elementar e profissional de qualidade e que

---

<sup>61</sup> Trecho original da obra: “... l’impulsion puissante donée par M. le conseiller João Alfredo...” (ALMEIDA, 1889, p. 706)

teria condições de preparar o povo para o trabalho e os bons costumes, sendo útil a si e à pátria. Seriam mais alunos matriculados em dois novos espaços destinados ao ensino de ofícios e que eram do Imperador.

Com a intuição do futuro que o caracteriza, percebia que a prosperidade do Brasil dependia, em grande parte, não somente da instrução primária popular, mas sobretudo, do ensino profissional. Partindo disso, quis que suas escolas se tornassem modelos cuja imitação inteligente e variada, segundo as necessidades locais, pudesse ser frutuosa para o país.<sup>62</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 201).

Assim como em “*Officina na Escola*” (1886), Pires de Almeida se dedicou nessa obra a apresentar a estrutura das escolas, destacando o que ofereciam de melhor, não somente em estrutura e comodidade, mas também na disponibilização de cursos que atendiam às necessidades locais. Retomou a ideia de que investir na educação profissional era uma maneira de civilizar e modernizar o país. Para Pires de Almeida, era nítido o esforço do Imperador em colocar a Nação entre os países desenvolvidos, chegando ao ponto de manter, com suas finanças pessoais, as duas escolas-modelo.

O autor considerou importante também apresentar uma parte do regulamento que organizava o currículo dessas escolas. Logo no primeiro artigo, externou a preocupação do Imperador com a formação popular, ao dizer que: “As escolas instituídas pela S. M. o Imperador têm o fim especial e único de instruir as crianças de seus fiéis servidores, de educá-las de maneira que se tornem úteis a si mesmas, às suas famílias e à pátria<sup>63</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 202). É possível dizer que a escrita sobre a educação no século XIX tinha como base a afirmação repetida de que o sujeito educado deveria ser útil a si e à pátria. Essa era uma maneira de se difundir o pensamento em prol da educação profissional naquele momento.

Ao longo dos quatro artigos seguintes, apresenta o conteúdo que será ministrado em cada uma das cadeiras oferecidas:

Artigo 2º - O curso de Ciências e Letras compõem-se das seguintes matérias: Instrução Religiosa, Português, Francês, Inglês, Matemática elementares, História do Brasil, Geografia, História Geral, noções de Física, noções de Química, Botânica, Zoologia e Mineralogia.

<sup>62</sup> Trecho original da obra: “Avec l’intuition de l’avenir qui le caractérise, il sentait que là prospérité du Brésil dépendait em grande partie, non seulement de l’instruction populaire, mais surtout de l’enseignement professionnel. Partant de là, il voulut que ses écoles devinssent des modèles dont l’imitation intelligente et variée, selon les besoins des localités, ne pouvait être que très fructueuse pour le pays” (Almeida, 1889, p. 707)

<sup>63</sup> Trecho original da obra: “Art. 1 Ces écoles, instituées par S. M. l’Empereur, ont pour but spécial et unique d’instruire les enfants de ses fidèles serviteurs, de les élever et de les diriger de manière à ce qu’ils se rendent utiles à eux-mêmes, a leurs familles et à la patrie. (ALMEIDA, 1889, p. 714)

Artigo 3º - O curso de Belas-Artes compreende as seguintes matérias: Ginástica, Música, Desenho Geométrico, inclusive as três ordens clássicas: Desenho de enfeites, de flores e animais; Desenho de arquitetura e regras de construção; Pintura (estudos de dissolução, estudo particular das diferentes cores, corrosivos, verniz, etc., processos empregados na pintura, tintura, douração, etc., de certos produtos, com demonstração prática).

Artigo 5º - Haverá diversas oficinas anexas à escola, começando pelas de carpintaria, mobiliário, torneação de madeira e metais, forjaria serralheria e funileiro.

Artigo 8º - O curso de Belas-Artes será confiado a um mestre de Ginástica, a um de Música, a um de Desenho, a um mestre de trabalhos de agulha, de bordado e de flores.

Artigo 9º - Os mestres de curso de ciências e Letras serão distribuídos como segue:

1º) Instrução Religiosa, dogma, moral, culto e história.

2º) Português: leitura corrente, leitura expressiva, recitação de cor de trechos clássicos, gramática, exercício, temas, desenvolvimento das regras de fonologia, morfologia, análise lógica e gramatical, ortografia, exercícios de fraseologia, sintaxe etimológica, exercícios de pontuação, metrificacão; teoria do estilo, exercícios de redação e conhecimento da constituição do império.

3º) Francês: ensino prático pelo método de Ahn ou de Gruber, gramática, temas e leitura.

4º) Inglês: ensino prático pelo método de Ahn ou de Gruber, gramática, temas e leitura.

5º) Aritmética: estudo completo, teórico e prático.

6º) Álgebra: Geometria e Trigonometria; Álgebra até as equações do 2º grau; estudo completo de Geometria elementar, exercícios e problemas.

7º) Corografia e História do Brasil: Corografia, limites, partes do mar e da terra, montanhas, bacias, vertentes e curso d'água; etnografia, governo, administração jurídica, militar e religiosa. Estudo de cada província sob diferentes pontos de vista administrativo, industrial e comercial; cidades principais com os pormenores de cada uma. História: fatos memoráveis depois da descoberta do Brasil até o fim da guerra com o Paraguai.

8º) Geografia Geral: continentes e oceanos, população e raças; montanhas e rios da América, com um estudo detalhado dos cursos d'água e das montanhas do Brasil; descrição das outras partes do mundo.

9º) História Geral: épocas memoráveis das revoluções da humanidade, Ciência, Letras e Artes na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos modernos; quadros sinóticos e sincrônicos.

10º) Desenho linear, Desenho geométrico, definições e, feito à mão, o levantamento das figuras geométricas.

11º) Música: música vocal, desenvolvimento da teoria da música vocal, análise musical, exercícios de solfejo progressivos, cantos escolares, cantos religiosos, morais e patrióticos; corais uníssonos, coros a duas, três e quatro vozes. (ALMEIDA, 2000, p. 202-203).

De acordo com Pires de Almeida, esse currículo mostrava a significativa abrangência do programa oferecido. Apesar de não dar nomes, o autor afirmou que esta organização curricular foi elaborada pelas mãos de um mestre. Almeida defendeu que esse programa era completo pelo fato do currículo apresentado oferecer, sob sua ótica, todas as matérias que

contribuiriam para uma formação sólida do aluno, de modo que possibilitaria ao sujeito em formação desenvolver as inteligências a respeito das artes e ofícios.

Pires de Almeida destacou que na escola da Quinta da Boa Vista as aulas ocorriam entre os dias 10 de janeiro a 8 de dezembro e que só paravam as atividades nos feriados. Havia cursos diurnos e noturnos, e que tiveram a distribuição dos alunos da seguinte forma:

**Tabela 3** - Distribuição de alunos na escola-oficina da Quinta de Boa Vista entre 1882 a 1888.

<b>Ano</b>	<b>Curso Diurno</b>	<b>Curso Noturno</b>
1882	118	
1883	162	42
1884	100	48
1885	100	22
1886	100	46
1887	100	42
1888	100	33
<b>TOTAL (desde a fundação)</b>	1.866	

**Fonte:** Almeida (2000, p. 204).

Além de ocupar-se em ensinar os ofícios aos trabalhadores, a escola-oficina da Quinta da Boa Vista oferecia também cursos diurnos. Em sua maioria, eles eram frequentados pelos filhos dos empregados do Imperador. Desejava-se incutir nas crianças e jovens a civilidade e os bons costumes e atrelado a isso, prepará-los para um ofício. Ao longo do período apresentado, percebemos que os cursos diurnos tinham um número maior de alunos.

Diferentemente, foi possível ver que o número de alunos dos cursos noturnos se reduziu, ao longo dos anos. É possível dizer que o trabalho duro, de longas horas, realizado pelos trabalhadores, os desmotivava aos estudos. Naquele momento, os trabalhadores realizavam pequenos trabalhos e recebiam salários baixos. A criação desses cursos noturnos tinha como objetivo oferecer aos trabalhadores uma formação que garantisse a aprendizagem dos ofícios e, como consequência, obter melhores salários.

Ao tratar sobre a escola de Santa Cruz, Pires de Almeida resumiu em um parágrafo o número de alunos atendidos, sendo que desde o dia em que começou a funcionar, em 04 de setembro de 1885, a escola “teve em média, por ano 70 alunos; 33 meninos e 37 meninas, o que dá até o fim de 1888 um total de 280 alunos. A escola só podia admitir anualmente apenas 80 alunos, 40 de cada sexo” (PIRES DE ALMEIDA, 2000, p. 204). O autor não pontuou se a organização curricular dessa escola se igualou à da Quinta da Boa Vista. Apenas disse que foi

nesta última que o Imperador fez questão de concentrar seus cuidados, sem apresentar os motivos para essa postura.

Apesar do discurso que também buscou sustentar a Monarquia, Pires de Almeida relatou na obra de que maneira outros países desenvolveram a instrução pública, e o ensino profissional. Quanto ao país, as iniciativas eram compostas por intenções e poucas práticas. Era caro. Exigiam-se recursos financeiros, humanos e materiais que ainda eram escassos no Brasil. De certa forma, o autor buscou dizer que o caminho percorrido pelo país fazia parte de um contexto mundial que estava dando certo e que o governo e os poucos homens de iniciativa não mediam esforços para que novas escolas profissionais fossem criadas.

### 3.1.2 A defesa e os argumentos de Pires de Almeida sobre a educação profissional.

Sob a ótica de Pires de Almeida, era perceptível o desenvolvimento do Rio de Janeiro, naquele momento. Apesar da existência de outras escolas profissionais no Brasil, a volumosa obra dedicou-se a tratar, em especial, do Liceu de Artes e Ofícios e das duas escolas do Imperador.

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro era um exemplo de sucesso de iniciativa particular subvencionada pelo poder público. As outras duas escolas apresentadas foram fundadas pelo Imperador a partir de seus recursos pessoais.

É possível dizer que Pires de Almeida tratou sobre esses espaços devido à maior facilidade no acesso de informações e por estarem localizadas no Rio de Janeiro, cidade em que morava. Há que se considerar também que essa escolha tenha sido uma forma para dar sustentação à defesa do autor: a escola profissional a partir da iniciativa privada tendo o apoio financeiro do governo imperial.

O autor sublinhou o Liceu de Artes e Ofícios como um importante marco no contexto da educação profissional: preparou os operários para o mundo do trabalho e para a nova sociedade que se organizava. Também distanciava o povo da vida errante, repleta de vícios e maus costumes. O autor acrescentou também que a partir desta instituição profissional, a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu a indústria e as riquezas (ALMEIDA, 2000).

Em seu discurso, Pires de Almeida defendia que a instrução pública a partir da iniciativa privada com subvenção do Estado, destacou o fato de ela elevar a inteligência e fazer surgir os talentos do povo. Essas duas características são desenvolvidas a partir do ensino profissional, a partir da criação de escolas, em diferentes locais, que ofereçam principalmente o ensino técnico. Por isso, o autor fez uma defesa para que houvesse mais escolas profissionais do que as ditas

universitárias. A intenção era disseminar a educação profissional, oferecendo ao povo uma instrução séria e prática e que capacitaria os indivíduos ao trabalho nas fábricas e aos bons costumes.

Para dar força à defesa da educação profissional privado com subvenção pública, Pires de Almeida citou as Escola Superior do Comércio de Paris e as escolas profissionais dos Estados Unidos como exemplos práticos e de sucesso. Nessas instituições profissionais esse tipo de ensino foi organizado pelas indústrias de maneira compatível às demandas da produção. De acordo com o autor, esse fato pôde ser constatado, uma vez que “nos Estados Unidos, o operário conhece as leis do mundo físico em que elas atuam; domina pela inteligência e trabalha arduamente para conseguir novas transformações úteis e proveitosas<sup>64</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 196). As leis do mundo físico tratadas por Pires de Almeida podem ser aplicáveis aos operários e elites. Aos operários, esse conhecimento possibilitava que executassem o trabalho. Já para a elite, esses saberes eram mais profundos, o que permitia planejar as tarefas a serem realizadas.

Ao construir seu argumento nessa perspectiva, Pires de Almeida evidencia elementos da hierarquização da sociedade: o ensino científico e universitário destinava-se às elites, e para o povo, às escolas profissionais.

A dita hierarquização da sociedade se baseava na ideia de que as elites projetavam, e, aos trabalhadores, competia executar bem o trabalho, sendo este o motivo de uma necessária formação. De certa maneira, era nesse bojo que se justificava a necessidade de criar mais escolas de ensino profissional, destinadas ao povo. Já as universidades destinavam-se ao seletivo grupo das elites que se dedicavam ao campo científico.

Nesse sentido, era imprescindível difundir a instrução aos cidadãos, mas não era dada a mesma instrução para todos, uma vez que as pessoas possuíam um papel diferenciado na sociedade. Segundo Boto (2003), esse era o ideal iluminista de instrução que deveria retirar o homem de um estado de ignorância e garantir o conhecimento, compatível com a condição de cada um na sociedade.

Nessa luta de representação, segundo Chartier (1990), Pires de Almeida tentou convencer que o povo estava desenvolvendo-se culturalmente e se aprimorando para os ofícios, apesar do pouco desenvolvimento da educação profissional no país naquele momento.

---

<sup>64</sup> Trecho original da obra: “Aux Etats-Unis, l’ouvrier connaît les lois du monde physique au sein duquel il agit; il le domine par l’intelligence et il travaille sans cesse pour le faire passer par de nouvelles transformations utiles et profitables.” (ALMEIDA, 1889, p. 691).

No debate sobre a educação profissional, haviam questões que estavam em pauta. Segundo Chamon (2014), os discursos enfatizavam o ensino técnico como um instrumento que possibilitaria a ordem pública e o desenvolvimento econômico:

Nesse momento, o argumento mais recorrente defendia a instrução profissional como arma contra a pobreza, a miséria e a ignorância, condições nas quais proliferavam a criminalidade e toda a sorte de vícios. Mas havia também aqueles que agregavam à esse argumento a defesa do ensino profissional como condição de desenvolvimento industrial, tendo como divisa a ideia tantas vezes repetida a partir de então de criar indivíduos “úteis à si e à Pátria.” (CHAMON, 2014, p. 5).

É em sintonia com essa defesa que Pires de Almeida entrou no debate sobre esse tipo de ensino. Nesse sentido, Cunha afirma que

Além de prevenir a emergência da desordem, o ensino industrial serviria para promover o progresso. Duas seriam as vias pelas quais isso se daria. Primeiramente, pelo aumento do prestígio das ocupações industriais, o que aumentaria a oferta de operários desejosos de se empregarem nos ofícios. A segunda via pela qual o ensino industrial contribuiria para promover o progresso do país seria o aumento da qualificação da força de trabalho. (CUNHA, 2005, p. 174-175).

A educação profissional direcionava o pensamento do povo para o trabalho, deixando de lado discussões e “ideias de revolução e de mudança de governo<sup>65</sup>” (Almeida, 2000, p. 195). Do ponto de vista da ordem pública, Pires de Almeida vai mostrar que a educação profissional é importante, pois afastava as pessoas de serem presas fáceis das ideias igualitárias. O forte argumento dele sobre a educação profissional teria como função garantir a ordem pública. Em relação ao desenvolvimento econômico, o povo deveria ser qualificado para o trabalho e assim teria melhores salários e condições de vida.

Pela sua imensa influência sobre a moralização e emancipação das massas, o ensino profissional é uma necessidade pública. Fecha as portas às ideias de revolução e de mudança de governo, dirige as ideias do povo para as fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem-estar podem propiciar, e pelos conhecimentos especiais que difunde, este ensino tende a aumentar a riqueza do país, desenvolvendo a produção e melhorando tanto a qualidade quanto o preço<sup>66</sup>. (ALMEIDA, 2000, p. 195)

---

<sup>65</sup> Trecho original da obra: “idées de révolution et changement de gouvernement” (ALMEIDA, 1889, p. 685)

<sup>66</sup> Trecho original da obra: “Par son immense influence sur la moralisation et l’émancipation des masses, l’enseignement professionnel et une necessite publique. Il ferme la porte aux idées de révolution et de changement de gouvernement, il dirige les idées du peuple vers les sources du travail agricole, industriel ou commercial, qui peut le mieux lui procurer le bien-être, et, par les connaissances spéciales qu’il répand, cet enseignement tend à augmenter la richesse du pays, en développant la production et en l’améliorant au double point de vue de là qualité et du prix.” (ALMEIDA, 1889, p. 685).

De acordo com Pires de Almeida, a criação das escolas profissionais fazia parte de um “movimento humanitário” (ALMEIDA, 2000, p. 195), a nível mundial, que se ocupava em preparar e especializar o operariado de maneira que obtivessem melhores salários. Atrelado a isso, havia também o desejo de promover o progresso e a civilidade do país.

Esse caráter humanitário poderia ser visto a partir da criação por dez províncias, entre os anos de 1840 e 1870, de Casas de Educandos Artífices, que utilizaram o ensino de ofícios no rigoroso ambiente militar. No ano de 1875, foi criado um dos mais importantes estabelecimentos desse tipo, localizado no Rio de Janeiro, o Asilo dos Meninos Desvalidos, o qual atendia crianças entre 6 e 12 anos de idade que estivessem em mendicância ou pobreza extrema, fato que dificultava ou as impedia de frequentar as escolas. Dessa maneira, esses espaços eram vistos, na verdade como uma caridade e não como espaços para a instrução (CUNHA, 2005).

Para Pires de Almeida, a educação profissional seria uma necessidade pública, uma vez que poderia atuar em duas vertentes: a moralizadora e a de independência. Seria capaz de desarraigar as práticas ditas inadequadas e os maus costumes sociais e garantir também a independência financeira. Portanto, a partir disso, o povo estaria qualificado para compor a mão-de-obra nas indústrias, o que lhe garantiria salários e melhores condições de sobrevivência, sendo assim útil a si e à pátria.

As escolas de aprendizagem, até as instituições mais próximas da ciência, devem sempre visar à preparação do homem para a prática, seja para tendência a uma aplicação sólida e esclarecida, seja pelos conhecimentos teóricos, necessário para quem deve organizar e dirigir, seja pela elevação dos conhecimentos científicos e do sentimento prático que precisam dominar o movimento industrial, esclarecê-lo, guiá-lo, até alcançar um conhecimento de causa. Este desiderato depende, essencialmente, de uma fecunda e vigorosa organização do ensino profissional, no qual devem estar incluídas as instituições especiais, articuladas de tal modelo que produzam uma autonomia do ensino que sirva para difundir as ciências industriais<sup>67</sup>. (ALMEIDA, 2000, p. 195).

Paralelo a isso, Pires de Almeida apontou também a pouca valorização dos inventores do Brasil, pois além da falta de incentivo, não tinham a instrução necessária ao desenvolvimento de suas habilidades, o que retardava o desenvolvimento desse público, pois para ele, “entre nós,

---

<sup>67</sup> Trecho original da obra: “Depuis les écoles d’apprentissage jusqu’aux institutions les plus rapprochées des limites extrêmes de la science, on doit toujours avoir en vue de préparer l’homme à la pratique, soit par la tendance à une application solide et éclairée, soit par les connaissances théoriques nécessaires a qui doit ordonner et diriger, soit enfin par l’élévation des connaissances scientifiques et du sentiment pratique qui doit dominer le mouvement industriel, l’éclairer, le guider et le développer en connaissance de cause. Ce desideratum dépend essentiellement d’une féconde et puissante organisation de l’enseignement professionnel, dans laquelle on comprend toutes les institutions spéciales, combinées de manière à produire une certaine autonomie de l’enseignement, servant à propager surtout les sciences industrielles.” (ALMEIDA, 1889, p. 687-687).

a maioria das vezes, os inventores vegetam porque as ideias que os preocupam não se apoiam em conhecimentos científicos adequados, mas no orgulho, na vaidade curtida, no charlatanismo pérfido, ou no insucesso e desespero<sup>68</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 196).

Para ele, o ensino profissional era uma necessidade presente nas sociedades modernas e que deveria ter um programa de ensino e espaço adequados. Era necessário realinhar os objetivos do país para o progresso e civilidade nacional. Todavia, eram poucos que os que estavam dispostos a contribuir com os avanços desse tipo de ensino no país. Pires de Almeida ressalta ainda que estes homens devem ser valorizados por seus feitos: “quando um cidadão, dotado de inteligência e tenacidade, consegue tirar da inércia geral alguns de seus contemporâneos, para executar uma ideia útil, este cidadão é um benemérito de seus país e de toda a humanidade<sup>69</sup>” (ALMEIDA, 2000, p. 196). Ele falava do Imperador.

O autor admitiu que o ensino profissional ainda estava em seu estágio embrionário. Eram necessárias iniciativas que dessem o impulso aos programas deste tipo de ensino. Para Pires de Almeida, os homens, e homens públicos que poderiam contribuir para o crescimento deste tipo de ensino se ocupavam em atender aos interesses pessoais. Tal fato ofuscava o lugar de destaque que deveria ser dado ao ensino profissional.

Apesar das poucas iniciativas, Pires de Almeida lançou mão de argumentos que defendiam a necessidade desse tipo de ensino. Esses argumentos são construídos a partir da apropriação de alguns autores, dentre os quais pudemos identificar Liberato Barroso em sua obra “Instrução Pública no Brasil”, de 1867.

### 3.1.3 Diálogos de Pires de Almeida sobre a educação profissional.

Segundo Lages (2003), as obras brasileiras, escritas no século XIX tinham como referência autores estrangeiros. A circulação dessas obras foi facilitada pelas navegações marítimas, inclusive de transporte, que “impulsionaram extraordinariamente a circulação de livros e impressos entre os continentes” (LAGES, 2003, p. 115). As produções de países como Alemanha, França, Inglaterra e Portugal, destacavam-se por circularem no Brasil.

---

<sup>68</sup> Trecho original da obra: “Chez nous, ils végètent les plus solvante, parce que l’idée qui les préoccupe ne s’appuie par sur des connaissances scientifiques suffisantes; de là l’orgueil, la vanité froissée, le charlatanisme à outrance, ou l’insuccès et le désespoir” (ALMEIDA, 1889, p. 691).

<sup>69</sup> Trecho original da obra: “Quand un citoyen, doué d’intelligence et de ténacité, parvient à faire sortir quelques uns de ses contemporains de l’inertie générale, pour mettre à exécution une idée utile, ce citoyen a bien mérité de son pays et de l’humanité tout entière” (ALMEIDA, 1889, p. 692).

O Brasil buscava subsídios teóricos de outros países que eram reconhecidos como sociedades modernas e desenvolvidas no mundo. Entre esses países, era a França que se destacava como uma referência cultural, de progresso e civilidade ao Brasil. Escrevia-se tendo as práticas e teorias francesas como um exemplo de sucesso, sobretudo uma referência no contexto da modernização da instrução pública.

De uma forma geral, Pires de Almeida não apresentou as referências bibliográficas consultadas, sejam dos documentos oficiais ou livros nos quais ele se baseou para construir essa produção. As únicas referências encontradas ao final referem-se aos documentos que são mencionados na introdução da obra.

Pires de Almeida construiu seus argumentos a partir do diálogo com os regulamentos e escritos como os de João Alfredo, Victor Cousin<sup>70</sup> e os “discursos de Mirabeau, os relatórios de Condorcet, de Romme, de Maria José Chérnier, de Talleyrand, os planos de instrução de Lepelletier, de Rober Martin de Briot, de Dulaure, de Hertault-Lamerville, para se convencer da unidade de perspectiva em matéria de instrução pública.” (ALMEIDA, 2000, p. 136) De maneira específica, ao tratar sobre a educação profissional, Pires de Almeida reproduz os escritos de Liberato Barroso, de 1867. Este autor é tratado por Pires de Almeida de maneira elogiosa e além disso destacou a produção de Liberato Barroso como uma referência ao se tratar sobre a instrução pública brasileira. Considerava a obra “Instrução Pública no Brasil” de Liberato Barroso um manual com as reformas necessárias à instrução primária, superior e profissional:

Pensando bem, o ministério do Ministro e Conselheiro José Liberato Barroso produziu alguns frutos, mas estes devem-se, em grande parte, ao livro publicado por este homem público, a respeito da instrução pública, onde se encontram as ideias mais avançadas sobre o assunto, mas a curta duração de seu mandato não lhe permitiu pô-las em prática.<sup>71</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 110).

É importante destacar que, segundo Lages (2003) os escritos de Victor Cousin apareceram, de maneira frequente, nos discursos de pessoas e políticos brasileiros em fins do Império. Estas produções de Cousin contribuíram para fomentar as ideias, leis e regulamentos da instrução pública brasileira. Pode-se dizer que,

---

<sup>70</sup> Lages (2013) aponta que Victor Cousin (1792-1867) foi um filósofo e historiador francês. Segundo a autora, seus escritos sobre a educação circularam no Brasil e estiveram presentes nas obras e discursos dos intelectuais do país no século XIX.

<sup>71</sup> Trecho original da obra: “Tout bien pesé, le ministère de M. le conseiller José Liberato Barroso a porte quelques fruits, mais ces fruits son dus en grande partie au livre publié part cet homme d’Etat au sujet de l’instruction publique, où l’on reencontre desidées très-avancées em cette matière, qe le peu de durée de son administration ne lui a pas permis de mettre em pratique (ALMEIDA, 1889, p. 349).

[faz-se] interessante perceber como as ideias de Cousin sobre instrução pública, proferidas e publicadas na França na primeira metade do século XIX, são ainda mobilizadas para pensar a organização da educação no Brasil no final do século. Sobre o pensamento filosófico e presença das obras de Cousin no Brasil. (LAGES, 2003, p. 125).

A exemplo, é possível dizer que a partir das ideias de Victor Cousin, o Ministro do Império João Alfredo criou e instituiu o regulamento 17 de fevereiro de 1854, que tratava da obrigatoriedade do ensino às crianças, e, em caso de descumprimento dessa norma, seria aplicada uma multa de 20.000 réis à família.

Nessa chave de leitura, estudaremos nesse tópico os diálogos trazidos por Pires de Almeida que influenciaram na construção de seus argumentos e ideias a respeito da educação profissional em fins do Império.

Há que se considerar que a maior parte dos autores utilizados por Pires de Almeida estão implícitos e tal fato pode ser visto na tratativa sobre a educação profissional. Almeida não cita nenhum autor, mas é possível perceber que ele se apropriou e fez circular as ideias de Liberato Barroso que estão presentes em sua obra “Instrução Pública no Brasil” de 1867, que tem como referência a obra de André Guettier, de 1865.

Nesse contexto, as elites políticas e intelectuais estão argumentando a mesma coisa sobre a educação profissional, mas Pires de Almeida não expôs tudo o que os outros defendiam, ele escolheu o que tratar para que pudesse participar desse debate sobre o ensino de ofícios.

Esses argumentos circulam e Pires de Almeida se apropriou e entrou no debate divulgando as ideias de Liberato Barroso e André Guettier. Segundo Chartier (1990), o processo de apropriação e circulação dos saberes, nesse contexto discursivo, foi selecionado. Dessa forma, Pires de Almeida copiou os trechos que apontavam para a importância da educação profissional, ocultando as partes em que haviam críticas ao pouco desenvolvimento desse tipo de ensino no país.

Ao escrever “A Instrução Pública no Brasil”, Liberato Barroso não se propôs a tratar sobre a história da instrução pública no país, mas se ocupou em apresentar o panorama da educação naquele momento. Expôs a sua preocupação em relação às condições precárias e pouco desenvolvidas em que a instrução nacional se organizava. Entre os tipos de ensino, abordou sobre a educação profissional. (MACHADO, 2006).

De maneira direta e clara, Liberato Barroso iniciou o capítulo sobre o ensino profissional dizendo acerca desse tipo de ensino: “é forçoso confessar, póde-se dizer quasi desconhecido entre nós” (BARROSO, 1867, p. 127). Destacou que a indústria era a principal fonte de renda para sociedade e nesse sentido, o governo devia ocupar-se em desenvolver um tipo de ensino

destinado a instruir os operários das fábricas. A educação profissional precisava ser objeto de preocupação do governo, e para Liberato Barroso, os esforços eram poucos, ou praticamente inexistentes. Sob a ótica desse autor, tínhamos muito ainda a avançar.

Para escrever a obra sobre a instrução pública do país, Liberato Barroso se apropriou das ideias apresentadas por André Guettier<sup>72</sup> em “Histoire des Écoles Impériales d’art et métiers: Liancourt, Compiègne, Beaupréau, Chalons, Angers, Aix , Paris<sup>73</sup>” de 1865.

Em 1846, André Guettier publicava periodicamente textos em panfletos a pedido do Presidente da Sociedade Industrial do Departamento de Maine-et-Loire. Esses breves escritos foram reunidos e resultaram na organização dessa obra que apresentou a história da educação profissional na França, sendo publicada em 1865.

Ao tratar sobre a obra, logo na introdução, Guettier expõe um incômodo: os autores que reproduzem seus textos sem ao menos citá-lo. Para ele, estavam reproduzindo sem autorização as suas ideias e isso era algo inaceitável. Guettier destaca que utiliza informações oficiais e ditas, por ele, verdadeiras, para mostrar os esforços do governo vigente em oferecer um ensino profissional de qualidade.

É possível dizer que essas reproduções de outros autores fazem parte de um movimento que segue o conceito de circulação e apropriação definidas por Chartier (1990). É uma prática recorrente na escrita historiográfica do século XIX que, baseando-se num contexto iluminista, anseia difundir conhecimentos e práticas, utilizados por países ditos desenvolvidos e que de certa maneira, contribuíram “para se pensar projetos de educação” (LAGES, 2013, p. 116) para o Brasil.

Ao reproduzir as ideias de André Guettier, Liberato Barroso apropriou e fez circular os saberes sobre a educação profissional francesa. Sobretudo, apontou os esforços do governo em disseminar a importância desse tipo de ensino para o progresso e civilidade do país. Era nessa mesma perspectiva que deveria organizar os esforços do governo.

Liberato Barroso construiu os seus argumentos fazendo uma severa crítica à condição da instrução pública no país, dando destaque também ao ensino profissional. Nesse bojo, Pires

---

<sup>72</sup> O francês André Guettier nasceu em 1817 e faleceu em 1894, na cidade de Paris. Era engenheiro, pós-graduado em Artes e Ofícios, empresário e uma personalidade pública da França no século XIX. Trabalhou em grandes indústrias francesas e essa vivência possibilitou escrever a obra sobre a história das escolas imperiais de algumas cidades do país.

<sup>73</sup> História das escolas imperiais de Artes e Ofícios: Liancourt, Compiègne, Beaupréau, Chalons, Angers, Aix, Paris. A obra “Histoire des Écoles Impériales d’art et métiers: Liancourt, Compiègne, Beaupréau, Chalons, Angers, Aix , Paris” impressa pela P. Tranel, foi organizada em 466 páginas. O próprio autor afirma que esta é a primeira obra a tratar sobre escolas de artes e ofícios existentes em Paris, no período imperial.

de Almeida não reproduz tais críticas, se apropriando apenas dos trechos que julgou ser interessantes em sua escrita. É uma escolha estratégica, pois Almeida tem como interesse mostrar o que o Império fazia, omitindo as ideias contrárias. De certa maneira, podemos dizer que Liberato Barroso pontuou que os esforços em prol do ensino de ofícios ainda eram poucos.

Em contrapartida, Pires de Almeida construiu o seu discurso dizendo que essas iniciativas existiam, sendo possíveis a partir de pessoas de iniciativa e do Estado. Esse esforço possibilitou a criação de escolas profissionais, dentre elas o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e as duas escolas do Imperador, sendo uma na Quinta da Boa Vista e a outra no Fazenda de Santa Cruz.

O ensino profissional, aquelle que deve substituir para o povo o ensino universitário, que lhe devem proporcionar o uso certo dos seus direitos, e traçar-lhe o seu caminho no futuro, nunca compreendido nem organizado como devia. (BARROSO, 1867, p. 128).

Não se fez para o ensino profissional, diz ainda o mesmo escriptor<sup>74</sup>, o que se devia fazer. Esperou-se que as revoluções viessem exigir novas promessas, que o futuro difficilmente poderá recursar. Fazendo-se penetrar em todas as classes da sociedade uma instrucção séria, em harmonia com as necessidades de cada uma dessas classes, fundar-se-hão as bases de uma organização do trabalho, que não se baseará mais em utopias e sonhos, nem apoiará no pedestal das revoluções. (BARROSO, 1867, p. 128-129).

Podemos perceber que nas primeiras ideias apresentadas por Almeida, há uma estreita relação com os escritos de Liberato Barroso, ao dizer que:

A instrução e a educação profissionais deve, no futuro, ter mais escolas que o ensino chamado universitário, fazendo penetrar em todas as classes da sociedade uma instrução prática séria, em harmonia com as necessidades de cada classe. Assim estarão lançadas as bases e uma organização regular do trabalho, que não se apoiará em teorias ou perigosas utopias.<sup>75</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 195).

Liberato Barroso disse que o ensino profissional eleva os saberes do povo, sendo esta uma medida necessária para o progresso e o desenvolvimento tão desejado pelo país. Esta é uma ideia defendida por André Guettier em sua obra:

---

<sup>74</sup> Refere-se a André Guettier.

<sup>75</sup> Trecho original da obra: “L’instruction et l’éducation professionnelles doivent dans l’avvenir avoir un plus grand nombre d’écoles que l’enseignement dit universitaire. C’est en faisant pénétrer dans toutes les classes de la société une instruction pratique sérieuse em harmonie avec les nécessités de chaque classe, l’on jettera les bases d’une organisation régulière du travail, qui ne s’appuiera pont sur de simples théories ou sur de dangereuses utopies.” (ALMEIDA, 1889, p. 685)

O programma de instrucção, diz Guettier, é um vasto campo, que pertence á todos, no qual todas as intelligencias, todas as aptidões podem colher os fructos que desejão.<sup>76</sup> (BARROSO, 1867, p. 128).

Pires de Almeida reproduz esse mesmo trecho ao dizer que:

A instrucção de um povo é um vasto campo que pertence a todos, no qual todas as intelligencias e todas as aptidões colhem os frutos que melhor lhes convém.<sup>77</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 194).

Assim como Liberato Barroso, Pires de Almeida também defendia o caráter moralizador e de independência financeira que o ensino profissional proporcionava, sendo assim, considerada útil ao próprio indivíduo e a seu país. É possível dizer que essa dita necessidade pública não estava apenas direcionada ao povo, mas na verdade, ao governo imperial. A educação profissional procuraria orientar o pensamento do povo para o trabalho, deixando que as questões de governo fiquem a cargo dos homens públicos. Enquanto o povo aceitava essas condições, contribuía com o desenvolvimento e riqueza do país. Já ao governo imperial, empenhava em se manter no poder.

O ensino profissional além de sua influencia imensa sobre a moralisação e emancipação das massas, deve ser uma necessidade publica. Não somente elle fecha a porta das revoluções, dirigindo as idéas do povo para as fontes do trabalho agrícola, industrial ou comercial, que é a sua condição; mas pelos conhecimentos especiaes, que derrama, tende á augmentar a riqueza do paiz, desenvolvendo a producção, e melhorando-a debaixo da dupla relação da qualidade e do preço. (BARROSO, 1867, p. 129).

Almeida reproduz esse mesmo trecho ao dizer que:

Pela sua imensa influência sobre a moralização e emancipação das massas, o ensino profissional é uma necessidade pública. Fecha as portas às ideias de revolução e de mudança de governo, dirige as ideias do povo para as fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem-estar podem propiciar e, pelos conhecimentos especiais que difunde, este ensino tende a aumentar a riqueza do país, desenvolvimento a produção e melhorando tanto a qualidade quanto o preço. (ALMEIDA, 2000, p. 195)

Pires de Almeida reproduz e mostra as ideias de Liberato Barroso ao também destacar que a instrução pública, em especial, a profissional, deveria ser organizada. Para eles, isso se

---

<sup>76</sup> Liberato Barroso não referencia esse texto na íntegra, mas se inspira no seguinte trecho da obra original de Guettier: “Avec les éléments d'instruction qu'un certain nombre d'élèves apportent aux Écoles, avec les cours qui sont professés actuellement et qui, bien que limités, ouvrent une marge assez large pour donner carrière à toutes les aptitudes et mettre toutes les intelligences sur la voie du succès, il faut bien se dire que la plupart des contre-mâtres et des ouvriers instruits qui sortent des Écoles arrivent bientôt à prendre place dans les fonctions les plus hautes de l'industrie.” (GUETTIER, 1865, p. 212).

<sup>77</sup> Trecho original da obra: “L' instruction d' un peuple est un vaste champ qui appartient à tous, dans lequel toutes les intelligences, toutes les aptitudes peuvent venir récolter les fruits qui leus conviennent le mieux” (ALMEIDA, 1889, 683-684p)

justificava, pois este tipo de ensino se fazia presente nas sociedades modernas que direcionavam seus esforços em preparar o povo para o trabalho. Era um esforço humanitário e generoso que contribuiria para melhores condições de vida dos operários:

Em seu systema uniforme de educação publica é indispensavel uma boa organização do ensino profissional, creando-se escholae industriaes, commerciaes e agricolas, ligadas á um programma geral de ensino popular. A propagação dos conhecimentos profissanaes é uma necessidade das sociedades modernas, onde todas as classes e categorias se devem elevar á altura do progresso e da civilisação, que incessantemente se desenvolve: ella constitue necessariamente uma das condições desse movimento generoso e humanitário, que tem por fim a maior soma possível de bem estar para as classes obreiras, e que contitue o objecto das preocupações dos homens da seiencia e dos governos. (BARROSO, 1867, p. 129).

Almeida reproduz esse mesmo trecho com pequenas alterações:

É preciso, pois, em um sistema de instrução pública, haver uma boa organização do ensino profissional e, por conseguinte criarem-se escolas industriais, comerciais e agrícolas, ligadas a um programa geral de ensino popular. A propagação dos conhecimentos profissionais é uma necessidade da sociedade moderna, onde todas as classes, todas as categorias de cidadãos de vem educar-se à altura do progresso e da civilização que se desenvolvem incessantemente; constitui, necessariamente, uma das condições deste movimento humanitário que tem por finalidade o maior volume possível de bem-estar para as classes operárias e é objeto de preocupação dos sábios e dos estadistas.<sup>78</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 195).

Mais uma vez, ao apropriar-se dos argumentos de Liberato Barroso, Pires de Almeida defende a ideia de que o homem deveria ter acesso a um ensino mais prático, que daria condições de civilizar e preparar a massa operária para o mundo do trabalho. Mas, para alcançar esse ousado objetivo, seria necessária uma organização do ensino profissional, de modo que este fosse único e praticado em todo país.

Desde as escholae de aprendizagem, como diz Guettier<sup>79</sup>, até as instituições mais aproximadas dos limites extremos da seiencia se devem preparar as classes da

<sup>78</sup> Trecho original da obra: “Il faut donc, dans un bom système d’instruction publique, comprendre une bonne organisation de l’enseignement professionnel, et, par suite, créer des écoles industrielles, commerciales et agricoles, liées à un programme général d’enseignement populaire. La propagation des connaissances professionnelles est une necessite de lá société moderne, où toutes les classes, toutes les catégories de citoyens doivent s’élever à la hauteur du progrès et de la civilisation qui se développent incessamment; elle constitue nécessairement une des conditions de ce mouvement généreux et humanitaire qui a pour but la plus grande somme possible de bien-être pour les classes ouvrières, et qui est l’objet de la préoccupation des savants et des hommes d’Etat.” (ALMEIDA, 1889, p. 685-686)

<sup>79</sup> Ao tratar Guettier, Liberato Barroso se fundamenta em: “Qu’il nous suffise de résumer ici, afin qu’elles marquent leur place dans l’historique que nous traçons, les principales phases de ces orages, qui semblèrent vouloir accabler les Écoles à un moment où elles auraient dû être considérées et respectées comme devaient être, au moins, alors toutes les institutions d’un caractère populaire. Heureusement, elles se relevèrent et reprirent bientôt, au souffle du nouveau Gouvernement, leur marche utile et progressive. Si, depuis lors, elles n’ont pas reçu encore tous les perfectionnements dont elles sont susceptibles, il faut se dire que, comprises par la force des choses, dans le grand mouvement qui se fait autour de la question de l’enseignement professionnel, elles doivent un jour recevoir une impulsion nouvelle et, prenant leur place naturelle dans un système général d’organisation de l’instruction indus

industria, já pelas tendencias de uma pratica solida e esclarecida, já pelos conhecimentos theoreticos necessarios, á quem devem ordenar e dirigir, já finalmente pela elevação dos conhecimentos scientificos e do sentimento pratico para dominar o movimento industrial, esclarece-lo, guia-lo, e desenvolve-lo com conhecimento de causa. E este desideratum<sup>80</sup> depende essencialmente de uma organização fecunda e poderosa do ensino profissional, na qual se utilizem completamente todas as instituições respectivas, combinando-se para a autonomia do ensino e para a propagação das sciencias industriaes. E' do maior interesse para o governo e para a sociedade tudo o que póde contribuir para dar ao obreiro um ensino, que elevando a sua intelligencia e multiplicando os seus meios de ensino, se resolve em definitiva por um augmento de salario. Assim se exprimia o diretor do Collegio municipal Chaptal, em Paris, ouvido no inquerito sobre o ensino profissional, que ultimamente teve lugar sob a presidência Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. (BARROSO, 1867, p. 129-130).

Essa mesma ideia é reproduzida por Pires de Almeida ao dizer que:

As escolas de aprendizagem, até as instituições mais próximas da ciência devem sempre visar à preparação do homem para a prática, seja pela tendência a uma aplicação sólida e esclarecida, seja pelos conhecimentos teóricos, necessários pra quem deve organizar e dirigir, seja pela elevação dos conhecimentos científicos e do sentimento prático que precisam dominar o movimento industrial, esclarecê-lo, guia-lo até alcançar um conhecimento de causa. Este desiderato depende, essencialmente, de uma fecunda e vigorosa organização do ensino profissional, no qual devem estar incluídas as instituições especiais<sup>81</sup>, articuladas de tal modo que produzam uma autonomia do ensino que sirva para difundir as ciências industriais.<sup>82</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 195).

Ao apropriar-se das ideias de Liberato Barroso, que se referenciou em André Guettier para escrever sobre a educação profissional, Pires de Almeida escolheu copiar os trechos em que o autor tratava sobre a importância do ensino profissional, do caráter humanitário desse tipo de ensino, bem como a defesa de que seria necessário oferecer um currículo que ensinasse a prática dos ofícios.

Retomando o argumento de que essas ideias de Liberato Barroso e André Guettier são correntes, vemos que Pires de Almeida escolheu copiar principalmente os trechos sobre a importância da educação profissional, o caráter humanitário desse tipo de ensino e da oferta de um currículo que oferecesse também saberes práticos. Ele não se apropriou das críticas que

---

trielle, devenir un des leviers les plus puissants et les plus énergiques de cette organisation.” (GUETTIER, 1865, p. 73-74)

<sup>80</sup> aspiração, desejo.

<sup>81</sup> São as instituições de ensino superior (ALMEIDA, 2000, p. 141).

<sup>82</sup> Trecho original da obra: “Depuis les écoles d’apprentissage jusqu’aux institutions les plus rapprochées des limites extremes de la science, on doit toujours avoir em vue de préparer l’homme à la pratique, soit par la tendance à une application solide et éclairée, soit par les connaissances théoriques nécessaires à qui doit ordonner et diriger, soit enfin par l’élévation des connaissances scientifiques et du sentimento pratique qui doit dominer le mouvement industriel, l’éclairer, le guider et le développer em connaissance de cause. Ce desideratum dépend essentiellement d’une féconde et puissante organisation de l’enseignement professionnel, dand laquelle on comprend toutes les institutions spéciales, combinées de manière à produire une certaine autonomie de l’enseignement, servant à propager surtout les sciences industrielles.” (ALMEIDA, 1889, p. 686-687)

foram escritas, em especial àquelas que colocavam em xeque as ações do governo imperial para o desenvolvimento do ensino de ofícios. Dessa maneira, a sua intenção era de sustentar a Monarquia, defendendo que, apesar de as iniciativas ainda serem embrionárias, o governo se esforçava para contribuir com os avanços da educação profissional, a partir da subvenção pública. Tal defesa poderia ser vista nos exemplos de sucesso como o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e as escolas do Imperador, que eram mantidas por ele.

Nessa apropriação que Pires de Almeida faz de Liberato Barroso, no desenvolvimento dos seus argumentos, ele reforçou as duas principais defesas daquele momento em torno da educação profissional, que são garantir a ordem pública; uma sociedade civilizada em que se fecha as portas da prisão e diminui os índices de criminalidade via educação para o trabalho. Além disso, propicia o desenvolvimento econômico do país, o aumento da riqueza, questões de pleno interesse ao próprio trabalhador, quanto à pátria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira a educação profissional é tratada, por Pires de Almeida, na obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, publicada em 1889.

Buscamos entender o momento em que Pires de Almeida escreveu a obra em análise, sendo esse um período marcado por mudanças no contexto econômico, social e político e que contribuíram para que as formas de trabalho fossem remodeladas, conforme vimos no capítulo 1. No cenário econômico, foi possível perceber o crescimento industrial em diversos setores, o que culminou na necessidade de mão de obra para atender à crescente demanda. Na questão social, ganhou espaço o número de abolicionistas, internos e externos, que condenavam a escravidão em nosso país, devido às péssimas condições de vida a que os cativos eram submetidos. Com a abolição da escravatura, outro debate entrou em pauta: os libertos passaram a compor a massa trabalhadora nacional sem a devida qualificação e eram vistos como preguiçosos, vadios e avessos ao trabalho.

Nesse contexto, foi possível perceber que havia os que defendiam a imigração como forma de criar uma classe trabalhadora brasileira que já conhecia o mundo do trabalho, dada a experiência nas indústrias estrangeiras. E havia também os que acreditavam ser necessária a educação dos trabalhadores nacionais, de maneira a qualificá-los para o trabalho industrial que se expandia no Brasil, particularmente, no último quartel do século XIX. O debate em torno da questão da educação dos trabalhadores envolveu tanto conservadores quanto reformistas, ambos preocupados com a modernização do Brasil. Em relação à educação profissional, havia propostas que defendiam, por exemplo, que a organização do ensino técnico a ser adotada no país fosse de responsabilidade do governo imperial e que a aprendizagem de ofícios fosse destinada às camadas populares. Podemos considerar que essas propostas apontavam para a importância de se fomentar a educação profissional no país.

As leituras sobre a educação profissional nos apontaram que, apesar das discussões sobre o ensino técnico ainda serem vagas no Brasil, um pensamento se difundiu no país, naquele momento. Ganhou força a ideia da educação profissional como uma ferramenta para se garantir a ordem pública e o desenvolvimento econômico, o que criaria cidadãos úteis a si e a pátria.

Nesse momento de argumentos que buscavam realçar a importância do ensino profissional, Pires de Almeida, um médico, jornalista, arquivista, teatrólogo e não menos importante, escritor, produziu e publicou duas obras que abordaram esse tipo de ensino. Em

“Officina na Escola” de 1886, a educação profissional é o objeto e em “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, a educação profissional é abordada no conjunto da discussão da história da educação brasileira, conforme vimos no capítulo 2.

É possível destacar também dois fatos que foram importantes para a sua escrita sobre a educação: a sua formação na Faculdade de Medicina e a sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O primeiro permite-nos verificar que ao longo do século XIX, ocorreu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro um projeto que tinha por objetivo educar e civilizar os estudantes das escolas cariocas. Esse projeto contava com a participação dos alunos do curso. O segundo que acreditamos ser importante foi a participação de Pires de Almeida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Pires de Almeida foi membro honorário desse Instituto, o que certamente, garantiu ao nosso autor a possibilidade de acessar uma série de dados e documentos oficiais a respeito da história do Império.

Do ponto de vista das produções sobre a educação brasileira, em “Officina na Escola”, de 1886, podemos considerar que essa obra foi uma maneira que o autor, conservador e defensor da Monarquia encontrou para evidenciar que o ensino técnico fazia parte de um movimento mundial para o preparo do trabalhador e de crianças, que também estava sendo valorizado no Brasil.

A “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889, foi produzida e publicada para circular no Pavilhão Pedagógico da Exposição Universal de Paris de 1889. Nessa obra, Pires de Almeida se posicionou no debate ao tentar realçar os esforços do governo monárquico para a expansão da educação e também do ensino profissional. Dada a importância da obra, conforme apresentamos no capítulo 2, foi possível identificar a repercussão do projeto dessa produção nos jornais cariocas.

Nas 334 páginas da obra da “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, de 1889, na versão que foi traduzida (2000), entre as tratativas sobre a educação, foi possível perceber que Pires de Almeida ocupou-se também em abordar a ensino profissional entre as páginas 192 e 209. É possível perceber que o ensino técnico é tratado de maneira espaçada na obra, mas é nessas páginas que o nosso autor concentrou os seus argumentos. Podemos considerar que essa abordagem ocupou cerca de 5% da obra o que nos evidencia que ainda havia pouco a ser dito sobre esse tipo de ensino.

No capítulo 3, vemos que Pires de Almeida em sua abordagem sobre a educação profissional, ao relatar as iniciativas, se ocupou a tratar do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, apontando que a partir do ensino profissional ofertado nesse Liceu houve o crescimento das indústrias e riquezas nessa cidade. Podemos dizer que nesse momento, outros Liceus já

existiam, mas a escolha de Pires de Almeida se deu por entender que o Rio de Janeiro representava o Brasil, ou talvez, ao tratar desse Liceu de maneira extensa no momento em que aborda a educação profissional, tenha sido influenciado pela projeção dessa escola, dada a sua repercussão, por ser a primeira iniciativa e também ser considerada modelar para o país. Outro importante aspecto a se considerar sobre o Liceu foi a sua organização: iniciativa privada com subvenção do governo imperial; esta era uma defesa de Pires de Almeida. Há de se considerar também o fato do possível acesso facilitado às informações do Liceu, que por localizar-se no Rio de Janeiro, cidade de domicílio do autor, lhe permitiam escrever sobre essa iniciativa de modo mais minucioso.

Entre os principais argumentos, o autor evidenciou que o ensino técnico seria uma forma de elevar a inteligência e fazer surgir novos talentos no povo. Nesse sentido, Pires de Almeida acreditava ser necessário ter mais escolas técnicas do que universitárias. Ao construir essa defesa, o autor clarificou os conceitos do Iluminismo que perpassam a ideia de hierarquização da sociedade: para o povo, o ensino técnico destinado à aprendizagem do trabalho serviria para que tivessem melhores salários e para as elites, o ensino universitário, para que pudessem planejar os rumos da nação.

Para o autor, a educação profissional pertencia a um movimento humanitário que reforçava o pensamento sobre o ensino técnico como forma de garantir a ordem pública e o desenvolvimento econômico, tornando o cidadão útil a si e à pátria; suas ideias estavam em sintonia com o debate sobre o ensino profissional naquele momento: fechar as portas da prisão e garantir, além disso, o aumento da riqueza do país.

Ao longo da obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, Pires de Almeida admitiu que o ensino técnico no Brasil ainda dava seus primeiros passos. Não enalteceu esse contexto embrionário da educação profissional, mas quis mostrar que apesar disso, o governo imperial se esforçava para que o ensino profissional se disseminasse no país. Destacou ainda que esse empenho foi iniciado pelo Imperador ao abrir as duas escolas-oficina, a partir de seus recursos pessoais. É importante ressaltar que na obra estudada o autor apresentou a organização curricular de uma dessas escolas e defendeu que era necessária uma formação sólida a fim de preparar o aluno para o trabalho.

Ao tratar sobre a educação profissional, foi possível identificar, durante as leituras, que os argumentos sobre o ensino técnico se tornaram possíveis a partir da apropriação de ideias de Liberato Barroso, presentes em sua obra “Instrução Pública no Brasil”, publicada em 1867.

Na obra “Instrução Pública no Brasil”, de 1867, Liberato Barroso tratou sobre o ensino elementar, superior e também o técnico, tecendo críticas em relação à situação da educação

naquele momento. Ao discorrer sobre a educação profissional, iniciou o capítulo com uma crítica, apontando que havia pouco a ser dito sobre esse tipo de ensino. Ele desenvolveu seus argumentos, ora criticando o estágio do ensino técnico naquele momento, ora realçando a importância da educação profissional. Ao se apropriar dos argumentos de Liberato Barroso, Pires de Almeida ocultou as críticas e reproduziu apenas os trechos em que o autor reforçava a importância do ensino técnico e a defesa da promoção da educação profissional como forma de construir uma sociedade civilizada.

Ao ocultar os trechos das críticas, Pires de Almeida reforçou o seu papel de defensor do regime monárquico. Dessa maneira, essa postura pesou sobre a obra que, apesar de anunciada como imparcial e neutra, lançou mão apenas das informações que buscariam evidenciar a preocupação do governo imperial com o desenvolvimento desse tipo de ensino.

Por fim, é importante expressar que a escrita do autor foi influenciada pelas mudanças que ocorriam no Brasil. Além disso, a sua trajetória e os lugares em que ele esteve reforçaram suas ideias sobre a educação e a educação profissional. Podemos entender que a obra “Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação”, foi uma resposta às questões que pautavam as discussões sobre a educação, entre as elites e os políticos. Ao tratar sobre a educação profissional, apontavam para a necessidade de um ensino destinado ao preparo do trabalhador e para as crianças pobres e órfãs. O autor buscou evidenciar que o governo imperial, a partir das iniciativas públicas, se esforçava em garantir os avanços desse tipo de ensino, fazendo assim com que o objetivo do ensino técnico fosse cumprido: garantir a ordem pública e o desenvolvimento econômico. Além de ser uma forma de mostrar a educação brasileira a partir da iniciativa monárquica, foi também uma forma para atrair os imigrantes, buscando mostrar as riquezas do país.

É importante dizer que esse estudo foi apenas um recorte que nos possibilitou verificar de que maneira a educação profissional foi tratada nessa obra considerada a primeira sobre a história da instrução pública brasileira, bem como abordar de maneira breve a trajetória de seu autor, Pires de Almeida.

Do ponto de vista da interlocução, privilegiamos Liberato Barroso, mas é possível que outros autores também estejam presentes na obra sem serem referenciados. Além de investigar traços de outros autores em sua obra, seria ainda interessante considerar se Pires de Almeida, em suas publicações de artigos para jornais, também discutiu a respeito da educação profissional, antes e depois da produção dessa obra.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889):** história e legislação. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000. 334p.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **L’Instruccion Publique au Brésil:** histoire - legislation. Rio de Janeiro: Casa Leuzinger, 1889. 1102p.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Officina na escola.** Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp, 1885. 25p.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento:** a geração de 1870 na crise do Brasil - Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 392p.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Honorio Hermeto Correa da Costa.** Arquivo Público Mineiro. Disponível em:  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata\\_brtdocs/photo.php?lid=31918](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/photo.php?lid=31918). Acesso em: 27 jul. 2019.
- BARROSO, José Liberato. **A instrução pública no Brasil.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867. 265p.
- BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. **Dicionário biobibliográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 5, 1899.
- BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o Relatório de Condorcet. **Educação e Sociedade**, CEDES/Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, 2003.
- BRASILIANA FOTOGRAFICA. **Exposição universal de Paris:** exposição brasileira. Área externa do Pavilhão do Brasil, 1889. Disponível em:  
<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5654>. Acesso em: maio 2019.
- CHAMON, Carla Simone Chamon. **Escolas em reforma, saberes em trânsito:** a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2005. 338p.
- CHAMON, Carla Simone. Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império. **Cadernos de História da Educação (Online)**, v. 13, p. 569-591, 2014.
- CHAMON, Carla Simone. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade:** a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- CHAMON, Carla Simone. 'O Ensino Técnico no Brasil' (1887). *In:* CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2014, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC-PR, 2014. v. 1. 1-11p.
- CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JUNIOR, James William. A Incorporação do proletariado à sociedade moderna: A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 28, 2012. 317-338p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005. 190p.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EdiUSP, 1995. 208p.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. V. 1. 284p.

GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola**: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993.

GONDRA, José Gonçalves. **Sem Deus Nem Rei?**: o positivismo na escrita da educação brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GONDRA, José Gonçalves. A arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2005.

**Guettier, André**. Disponível em: <http://www.patronsdefrance.fr/q=sippaf-actor-record/23022>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GUETTIER, André. **Histoire des écoles impériales d'arts et métiers**. Paris: P. Ternel, 1865. 444p.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro. 1988.

HARDMAN, Foot. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. 124p.

**JORNAL DIARIO DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano II, n. 50, 4 de novembro de 1886. p. 1.

**JORNAL DIARIO DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano II, n. 52, 6 de novembro de 1886. p.1

**JORNAL DIARIO DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano II, n. 53, 7 de novembro de 1886. p.1

**JORNAL DIARIO DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 75, 30 de setembro de 1888. p.1.

**JORNAL DIARIO DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 77, 29 de dezembro de 1888. p.2

**JORNAL DIARIO DO COMMERCIO**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 89, 12 de dezembro de 1888. p. 1

**JORNAL DIARIO DO COMMERCIO**. Rio de Janeiro. Ano V, n. 90, 17 de agosto de 1889. p.1

**JORNAL O RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, ano II, n. 45, 5 de agosto de 1886. p. 3

**JORNAL O RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, ano II, n. 46, 6 de agosto de 1886. p.1

JÚNIOR KUHLMANN, Moysés. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922). **Caderno de Pesquisa**, n. 106, p. 159-171, 1999.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Ática, 1994. 335p.

KRIEGER, Ana Carolina. Lei do Ventre Livre, 1871: reflexos da aprovação da lei imperial de abolição gradual da escravidão na Província de Santa Catarina. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2010.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 262p.

LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrines da civilização**: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LIMA, Ângela Bernadete. A imigração para o Império do Brasil: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 5, n. 2, p. 26-36, 2017.

LIMA, Mariana Gonçalves de. **A trajetória de Sant'Anna Nery**: um mediador entre o Brasil e a França. Disponível em: [http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015\\_1456106563.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456106563.pdf). Acesso em: 20 jul 2019.

MACHADO, Maria C G. Brasil Império: estado da arte em história da educação brasileira. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Org.). **Navegando na história da educação brasileira**. Campinas: HistedBR, 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 317p.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. José Ricardo Pires de Almeida e a instrução primária no império brasileiro (1822-1889): um estudo sobre a obra história da instrução pública no Brasil (1889). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais** [...]. São Paulo: SBHE, 2012.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009.

MURASSE, Celina M. Bethencourt da Silva e o ensino técnico no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais** [...]. São Paulo: SBHE, 2012.

NUNES, Clarice. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 93, p. 51-59, 1995.

PINHEIRO, Alceste. A Lei dos Sexagenários em um jornal católico. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

**Revista do Ensino**. Ouro Preto. 05 de julho de 1889. 1p.

**Revista trimestral do IHGB**. Rio de Janeiro. 1889. 479-480p.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ES: economia e demografia (1848-1888)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. 251p.

SILVA, Helenice Rodrigues da Silva. A História Intelectual em questão *In: LOPES, Marcos Antônio (Org.).* **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. P. 15-24.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. *In: REMOND, René (org.).* **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. P. 232 - 253.

SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Difel, 2005.

USP, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. **Lei dos Sexagenários**. Lei de 28 de setembro de 1885. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-dos-sexagenarios.html>. Acesso em: 17 mar. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328p.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Contextualismo linguístico: contexto histórico, pressupostos teóricos e contribuições para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 17, n. 3, p. 43-67, 2017.

ANEXO 1 – Notícia do Jornal Diário de Notícias de 19 de julho de 1890 referente a divulgação da cooperativa de ensino que oferecia ensino elementar, secundário, superior e até mesmo o profissional, pertencente a José Ricardo Pires de Almeida, Adrelino Leite de Barcellos, Honorio Hermeto Correa da Costa, Antonio Soares de Almeida e Nunes Alvares Pereira de Souza.

DIARIO DE NOTICIAS--Sabbado 19 de Julho de 1890

5

# COOPERATIVA DO ENSINO ANNEXA Á COMPANHIA SEGURANÇA E PREVIDENCIA DESTINADA A SEGURAR AS CRIANÇAS, EM QUALQUER EDADE, A INSTRUCCAO E EDUCACAO, ISTO É, SEU FUTURO SOCIAL ADMINISTRAÇÃO

Adrelino Leite de Barcellos, presidente.  
Honorio Hermeto Corrêa da Costa, secretario.  
Dr. José Ricardo Pires de Almeida, director tecnico.

Antonio Soares de Almeida, thesoureiro.  
Nuno Alvares Pereira de Souza, gerente.

## A COOPERATIVA DO ENSINO TEM POR FIM

1.º Assegurar a educação e instrução de crianças de sexo masculino, em qualquer idade, mediante modesta contribuição por parte de 10 annos, e contar da data da inscrição, de conformidade com as tabellas abaixo esboçadas.  
2.º Promover por meio d'essa educação e instrução, e de estudos teóricas, academicas e de arte, o progresso para qualquer carreira profissional, em condições de ser útil a si e á patria.  
3.º Preparar, como premio ao mais talento e habili, vizinhos de instrução á Europa ou aos Estados Unidos da America do Norte, no intuito de applicar-se ao exercicio da carreira a que se destinem.  
4.º Para attender a esse fim, a Cooperativa mantem estabelecimentos, laboratorios e escolas de adolpho, e outras, em todas as multimesmo pedagogicas.

5.º Além da utilidade que se tem nos melhores empregos hygienicos, a Cooperativa contrahirá o pessoal mais habilitado e competente para os seus corpos docentes, ficando de deitar-se em que a previdencia não accionaria em caso de qualquer, ao país.  
6.º Os seguros inscritos para a escola commercial, desde que possam ser exercidos em seções preparatorias, não sem deixar fazer o respectivo curso nos países da Europa ou nos Estados Unidos da America do Norte, á vontade do estudante.  
7.º A Cooperativa publicará por meio de revista uma collheita de obras didacticas, e de exercicios de grammar e litteratura de ensino, tanto para o uso das suas escolas, como para se vender em vastas quantidades.

## A COOPERATIVA DO ENSINO ESTABELECE COMO CONDIÇÕES

a) O pagamento das contribuições constantes das tabellas seguintes, em prestações annuaes, semestraes ou mensaes, e mais a inscrição, que é de 1000\$000.  
b) O juro adicional, tambem constante das tabellas seguintes, semestraes ou mensaes; bem como as multas por motivo de demora no pagamento.  
c) Por fallimento da segurada ou do compromissario do seguro, sem que nenhum direito tenha de contribuições pagas a 4 julia de inscrição.

A tabella das contribuições é a seguinte:

Até 1 anno.	12000 por a no
Até 2 e 3 annos.	18000 por anno
Até 4 e 5 annos.	24000 por anno
Até 6 e 7 annos.	30000 por anno
Até 8 e 9 annos.	36000 por anno
Até 10 annos.	42000 por anno

E assim proporcionalmente. Acrescendo mais para as despesas de inscrição:

Para o 1º caso.	12000
Para o 2º caso.	18000
Para o 3º caso.	24000
Para o 4º caso.	30000
Para o 5º caso.	36000
Para o 6º caso em vitalicio.	42000

Assim como a Companhia SEGURANÇA E PREVIDENCIA assegura o pão do corpo aos seus mutuários, A COOPERATIVA DO ENSINO, completando tão auspicioso programma, assegurará o pão do espirito.

As inscrições serão abertas no dia 21 de julho corrente, no escriptorio da companhia SEGURANÇA E PREVIDENCIA, á rua do Hospicio n. 26.

# BANCO LUSO-BRAZILEIRO

CAPITAL. . . . 10.000:000\$000

DIVIDIDO EM 50.000 ACCÇÕES DE 200\$000 CADA UMA

Os accionistas realizarão apenas 50 % em entradas de 10 % nas épocas determinadas pela directoria, sendo, porém, a primeira effectuada no acto da subscrição.

Os restantes 50 % serão constituidos por uma quota deduzida dos lucros liquidos semestraes, depois de feito o dividendo de 9 % ao anno.

• A esta quota o banco accumulará semestralmente o juro de 6 % annual até completar os 50 %.

O banco tem por fim realizar todas as operações de natureza bancaria e desenvolver as relações commerciaes, industriaes e monetarias entre Portugal e os Estados Unidos do Brazil.

A SUBSCRIPÇÃO DAS ACCÇÕES ESTARÁ ABERTA NO DIA 21 DO CORRENTE, NO

## BANCO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

e encerrar-se-ha logo que estiver preenchido o capital.

DIRECTORES E INCORPORADORES

Visconde de Ibituruna. Visconde de Carvalhaes.  
Barão de Paranapiacaba. Barão de Santa Leocadia.  
Commendador Antonio da Costa Chaves Faria.

**ANEXO 2 – Autorização da Biblioteca Nacional para acesso a edição do Jornal L’Estefette du Brésil de 1874.**



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DO ACERVO DA  
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

Eu, Natália Luize Pereira da Conceição  
*(nome da pessoa legalmente qualificada para assinar o termo)*  
portador(a) do CPF nº 088.629.506-83, na qualidade de (X) pessoa física /  
( ) representante legal do(a) --  
*(razão social da empresa)*  
CNPJ nº --, domiciliado(a) à Rua José Percey, 496, bairro  
*(no caso de pessoa física, preencher com endereço completo)*  
Jão José - Pedrao Leopoldo/ MG - CEP: 33.600-000  
*- rua, número, bairro, cidade e CEP - e telefone residenciais, no caso de representante legal de pessoa jurídica, informar o*  
--, declaro:  
*endereço completo e telefones da empresa ou órgão representado)*

a) Concordar que não será autorizada a reprodução de originais que possuam fac-símiles, negativos ou diapositivos ou cópias digitais, em razão da necessidade de preservação do acervo. Nesses casos serão usadas as reproduções existentes;

Utilizar as reproduções do acervo da Fundação Biblioteca Nacional cujas referências vão relacionadas ao final para única e exclusiva reprodução em:

A educação profissional na ussita de Pires de Almeida  
*(em caso de trabalho acadêmico especificar título e/ou tema)*

c) Estar de acordo em mencionar o crédito à Fundação Biblioteca Nacional por ocasião da sua utilização na forma: **“Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil”**

d) Assumir o compromisso de não utilizar as imagens em outros trabalhos, edições, tiragens e publicações que não os especificados na presente solicitação e não repassar a terceiros as reproduções que me forem cedidas;

e) Estar ciente que o descumprimento desta disposição acarretará na suspensão temporária do acesso do usuário ao serviço de reprodução da Fundação Biblioteca Nacional pelo prazo de 6 (seis) meses;

f) Estar ciente do pagamento de retribuição pela preservação da integridade do acervo, de acordo com as finalidades declaradas no item b e os valores pré-determinados;



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Relação dos documentos a serem reproduzidos:

L'ESTAFETTE DU BRÉSIL: JOURNAL POLITIQUE LITTÉRAIRE ET  
COMERCIAL - P. 36. 6. 23 - páginas 1, 2, 3 e 4 - edição de  
4 de janeiro de 1874

Local de guarda: Obras Raras

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2018.

Natália Ruize Pereira da Conceição

ASSINATURA DO USUÁRIO

Autorizado em 17/10/2018

Joyce Lacorte Pereira Arruda  
Fundação Biblioteca Nacional  
Matr. SIAPE 2244800

RESPONSÁVEL PELO ACERVO